

**Associação
Brasileira de
Psicologia Política**

Jul. / Dez. . VOL.6 . nº 12 . ISSN 1518-549X

Psicologia Política

2006

Associação Brasileira de Psicologia Política

Presidente

Cornelis Johannes van Stralen (UFMG-Brasil)

Vice-Presidentes

Centro Oeste - Ana Raquel Rosas Torres (UCG-Brasil)

Sudeste - Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/Unicamp-Brasil)

Norte - Enock Pessôa (UFAC-Brasil)

Nordeste - Leoncio Camino (UFPb-Brasil)

Sul - Louise Lhullier (UFSC-Brasil)

Secretário Geral

Vanessa Andrade Barros (UFMG)

Conselho Fiscal

Karin von Smigay (UFMG-Brasil)

Maria Palmira da Silva (ESP-Brasil)

Cícero Pereira (UCG-Brasil)

Alessandro Soares da Silva (PUCSP-Brasil)

Comitê Editorial da RPP

Editores

Marco Aurélio M. Prado (UFMG-Brasil)

Salvador Antonio Mireles Sandoval (PUCSP/UNICAMP-Brasil)

Editores de texto

Cássia Reis Donato (UFMG-Brasil)

Frederico Alves Costa (UFMG-Brasil)

Frederico Viana Machado (UFMG-Brasil)

Manuela de Sousa Magalhães (UFMG-Brasil)

Otacílio de Oliveira Junior (UFMG-Brasil)

Conselho Editorial

Ana Raquel Rosas Torres (UCG – Brasil), Bert Klandermans (Free Univ. of Amsterdam – Holanda), Cecília Coimbra (UFF – Brasil), Celso Pereira de Sá (UERJ – Brasil), Celso Zonta (UNESP – Brasil), Cornelis van Stralen (UFMG – Brasil), Elísio Estanque (Univ. de Coimbra – Portugal), Iray Carrone (USP – Brasil), John Hammond (CUNY – EUA), Jorge Valla (Univ. de Lisboa – Portugal), Jose Sabucedo (Univ. de Santiago de Compostela – Espanha), Karin von Smigay (UFMG – Brasil), Louise Lhullier (UFSC – Brasil), Lucília Reboredo (UNIMEP – Brasil), Márcia Regina de Oliveira Andrade

(ITESP – Brasil), Maria da Graça Correa Jacques (UFRGS), Maria de Fátima Quintal de Freitas (UFPR – Brasil), Maria Aparecida Morgado (UFMT – Brasil), Maritza Montero (UCV – Venezuela), Odair Sass (PUC/SP – Brasil), Osvaldo Yamamoto (UFRN – Brasil), Pedrinho Guareschi (PUC/RS – Brasil), Telma Regina de Paula Souza (UNIMEP/PUCCAMP – Brasil)

Os artigos da RPP são de responsabilidade dos autores.

Endereço para correspondência

Núcleo de Psicologia Política - Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências humanas

Av. Antônio Carlos, 6.627 - FAFICH - sala 4020 - Pampulha

Cep: 31.275-901 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil

Revista disponível integralmente no site:

www.fafich.ufmg.br/rpp

Revisão técnica de língua inglesa

Salvador Sandoval - PUC/SP

Cornelis Johannes van Stralen - UFMG

Preparação para formato eletrônico

Frederico Viana Machado

Manuela de Sousa Magalhães

Projeto Gráfico, Diagramação e Produção Editorial

Ana Paula Trindade

Fone: (31) 3225-5309 || (31) 9968-5309

Tiragem

500 exemplares/Impresso em 2007

Esta revista está indexada nas seguintes bases:

INDEX PSI (Conselho Federal de Psicologia)

GEODADOS (Universidade Federal de Maringá)

PSER INFO (Colômbia)

LILACS - Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde

CLASE - Citas Latino Americanas en Ciencia Sociales y Humanidades (UNAM - México)

Revista psicologia política / Sociedade Brasileira de Psicologia Política
– vol.5, nº10 - (Jul./Dez. 2005). – São Paulo: SBPP, 2001.

Semestral

ISSN 1519-549X

1. Psicologia política – Periódicos
2. Psicologia social – Periódicos
3. Psicologia e política – Periódicos.

CDD-320.019

Bibliotecária: Rosangela Ap. Marciale CRB 8/5846

Mensagem da Associação Brasileira de Psicologia Política	235
Editorial - A Revista Psicologia Política e a política de acesso aberto	239
Consumo ético: construção de um novo fazer político? Isleide Arruda Fontenelle (Fundação Getúlio Vargas/EAESD).....	243
Trabalhadores amedrontados, envergonhados e (in)válidos: violência e humilhação nas políticas de reabilitação por LER/DORT Izabel Cristina Ferreira Borsoi (UFC), Adna Oridéia Rabelo dos Santos (UFC), Sylvia Helena Araújo Acário (UFC)	265
MST e consciência de classe: estudo a partir da trajetória de vida de um militante Fernando Lacerda Júnior (PUC-Campinas), Raquel Souza Lobo Guzzo (PUC-Campinas)	289
Análise cognitivista do terrorismo do ETA e da Al Qaeda Gilberto Sarfati (Fundação Álvares Penteado - SP), Gabriela Toutin (Fundação Álvares Penteado - SP)	337
Nas tramas do discurso: a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault Martha Giudice Narvaz (UFRGS), Henrique Caetano Nardi (UFRGS), Blanca Morales (UFRGS)	369
A violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância Junia de Vilhena (PUC-RJ)	391
Poder e terrorismo: entrevistas e conferências após 11 de setembro Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá (UFC)	417
Normas para o envio de manuscritos e orientação editorial	423

CONTENTS

vol. 6 - number 12 - july / december 2006

Message from Brazilian Society of Political Psychology	235
Editorial - The Brazilian journal of Political Psychology and the open access	239
Ethical consumption: the construction of a new political action doing? Isleide Arruda Fontenelle (Fundação Getúlio Vargas/EAESP).....	243
Frightened ashamed and (dis)abled workers: violence and humiliation in the rehabilitation policies of Repetitive Strain Injuries / Work-related Musculoskeletal Disorders (RSI/WMSD) Izabel Cristina Ferreira Borsoi (UFC), Adna Oiridéia Rabelo dos Santos (UFC), Sylvia Helena Araújo Acário (UFC)	265
Landless rural workers movement and class consciousness: study of a life history trajectory of a militant Fernando Lacerda Júnior (PUC-Campinas), Raquel Souza Lobo Guzzo (PUC-Campinas)	289
A Cognitivist Analysis of terror of ETA and Al Qaeda Gilberto Sarfati (Fundação Álvares Penteado - SP), Gabriela Toutin (Fundação Álvares Penteado - SP)	337
In the discourse threads: Michel Pêcheux's and Michel Foucault's discursive approach Martha Giudice Narvaz (UFRGS), Henrique Caetano Nardi (UFRGS), Blanca Morales (UFRGS)	369
The violence of colour: on Racism , alterity and intolerance Junia de Vilhena (PUC-RJ)	391
Power and therorism: interviews and conference after september 11 th Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá (UFC).....	417
Guide lines and editorial lines	423

Mensagem da Associação Brasileira de Psicologia Política

De 11 a 14 de setembro de 2006, a Associação Brasileira de Psicologia Política realizou o IV Simpósio Nacional de Psicologia Política em Belo Horizonte. Este foi organizado pelo Núcleo de Psicologia Política do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Embora nacional quanto aos participantes, o Simpósio assumiu um caráter cada vez mais internacional quanto aos seus conferencistas. Esta vez o Simpósio contou com a participação de **Alexandre Dorna**, presidente e fundador da Associação Francesa de Psicologia Política, que na conferência de abertura falou sobre a “*Transversalidade da Psicologia Política*”, de **Graciela Motta Botelho**, professora e pesquisadora da Universidade Nacional Autônoma de México, que abordou o tema “*Modelo de Educacion Centrada en la Diferencia y la Negociacion*” e de **Maritza Montero**, presidente em saída (*past president*) da International Society of Political Psychology, que na conferência de encerramento discutiu o tema “*Entre a Psicologia Política e a Ciência Política: a Psicologia Política na busca de sentido*”.

Quanto aos conferencistas nacionais, ao lado da presença obrigatória de pioneiros como professor **Leônicio Camino** e **Salvador Sandoval**, que discutiram conosco respectivamente o “*Comportamento Eleitoral e Formas de Participação Política*” e “*Psicologia Política das Ações Coletivas*”, havia novas presenças: a professora **Lúcia Rabello de Castro**, coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e a professora **Marlise Matos**, coordenadora do Núcleo de Pesquisas sobre a Mulher e atual chefe do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais, que respectivamente falaram sobre a “*Socialização Política e Juventude*” e a “*Multiplicação das Identidades de Gênero: para onde fomos*”.

Por mais que todos estes conferencistas contribuíram ao sucesso do Simpósio, o grande destaque foi à presença de pesquisadores e estudantes de todas as regiões do país, que através das mesas redondas que organizaram e pôsteres que apresentaram, demonstraram a vitalidade e

a potencialidade da Psicologia Política no Brasil. Havia forte presença da psicologia comunitária, um dos berços da Psicologia Política Brasileira, ao lado de temas já consolidados tais como cidadania e direitos humanos, ação coletiva e movimentos sociais, participação política ou temas novos tais como a prática pedagógica crítica na Educação Física e a contribuição da Psicologia Política para o estudo de Instituições militares e religiosas.

O IV Simpósio nos interrogou a respeito das perspectivas da Psicologia Política no Brasil. Enquanto na apresentação do programa do Simpósio se dizia que a Psicologia Política, mais do que uma área interdisciplinar entre a Psicologia Política e a Ciência Política, é, por seu objetivo, uma área transversal onde são estudados temas desde a personalidade de líderes políticos, a religião, etnias, comunicação e opinião política, identidade nacional, etc., na maioria das mesas redondas havia uma estranha ausência de pesquisadores de outros campos de saber. Não é menos estranha a ausência de temas tais como identidade e globalização, violência e insegurança, liderança política, comportamento eleitoral no Brasil.

Durante o Simpósio, a Associação Brasileira realizou sua Assembléia anual. Neste Assembléia foi concluído o processo eleitoral iniciado durante o XIII Encontro Nacional da ABRAPSO. Temos assim a seguinte diretoria e conselho fiscal: presidente:.. Cornelis Johannes van Stralen / UFMG; vice-presidente regional Norte: Enock da Silva Pessoa / UFAC; vice-presidente regional Nordeste Pedro de Oliveira Filho / UFPE; vice-presidente regional Centro-Oeste: Ana Raquel Rosas Torres / UCG; vice-presidente regional Sudeste: Lucia Rabello de Castro / UFRJ; vice-presidente regional Sul: Giseli Paim Costa / UCS; Secretária Geral:..Vanessa Andrade de Barros / UFMG; membros titulares do conselho fiscal: Leônicio Camino Rodriguez Larrain / UFPB; Salvador Antônio Mireles Sandoval /PUC-SP;.. e Prof. Alessandro Soares da Silva /USP-Leste; suplentes: Soraia Ansara ISS e FBSP; e Claudia Andrea Mayorga Borges / UFMG

Foi decidido que o V Simpósio Nacional de Psicologia Política, previsto para o ano 2008, será realizado no Rio de Janeiro sob os cuidados da nova vice-presidente regional do Sudeste, Lúcia Rabello de Castro.

No ano de 2007, a Associação Brasileira de Psicologia Política organizará atividades na II Congresso Latino-Americano de Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia-ULAPSI que será realizado de 11 a 14 de setembro de 2007 em Cuba e estará presente no XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social

- ABRAPSO quando realizará sua Assembléia anual.

O esperado Instituto de Verão Latino-Americano em Psicologia Política terá início no verão de 2008. Sob os auspícios da ISPP e da ABPP, será promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia com seu Núcleo de Psicologia Política e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política com seu Projeto Democracia Participativa.

Todos estes eventos demonstram que a Psicologia Política no Brasil é um campo em movimento. Cabe a todos nós dar uma direção a este movimento!

Convidamos que os amigos convidados a este encontro, que se realizará no dia 19 de junho, 2007, que pode ser feito em www.anpepp.org.br. Neste encontro, em reuniões abertas, discussões da Psicologia, reuniões durante o XI Congresso da ANPEPP, devem ser apontar e discutir os rumos do campo de estudo de acordo com suas opiniões. A RPP incentiva cada grupo de discussões a elaborar a sua política. Para tal, é necessário que a Sociedade Brasileira de Estadística Científica (SEER) implementado o "jornal eletrônico" para facilitar o processo de Informação Científica e Tecnológica (BIDCT) para todo fundamental. O SEER tem sido uma importante ferramenta para auxiliar o processo editorial dos resumos, garantir maior participação dos autores e consultores durante o processo editorial e fornecer a mesma publicada a todos os artigos publicados. Estudos ainda em fase de experimentação, no entanto, já é possível adotar a "versão eletrônica" que a adesão a esta política trará para a vida de todos os pesquisadores.

Nesta "camera" a RPP tem seis artigos originais que são divididos entre os artigos apresentados no leitora, palestra ou discussão teórica e clássicos e contemporâneos que são tratados por diferentes perspectivas da Psicologia e das Ciências Humanas em geral. O primeiro artigo deixa aberta inaugura uma temática que merece debate intenso. A autora interpela uma questão a todos nós: é possível um socialismo liberal? Que exige uma ação política? De autores de Ildo de Oliveira Potiguar, o texto é intitulado "O que é um 'socialismo liberal'?" e consta de um novo falar político, nos interrogando esta possibilidade. A pergunta da experiência do movimento está emplacado ruco, a autora interroga sobre o seu papel na alienação da cultura pública. O segundo artigo intitulado Trabalhadores portuários: ameaças, ameaçadas e (in)aliados: violência e histeriação nas políticas de reabilitação por LIRR/DGR, de autoria de Izabel Bonsucesso, Ana Guedes Rubião dos Santos e Sylvia Helena Araújo Scarpin, discute a partir da experiência de um grupo de trabalhadores em breves entrevistas e de trabalhadoras em trezentiduzentos, como tem se desenrolado

A Revista Psicologia Política e a política de acesso aberto

A Revista Psicologia Política (RPP), a partir deste número, incorpora as decisões expressas no último encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia (ANPEPP) contidas no documento que ficou mais conhecido como a “Declaração de Florianópolis”, que pode ser lido em www.anpepp.org.br. Neste documento, os pesquisadores da área da Psicologia, reunidos durante o XI Simpósio da ANPEPP, decidiram apoiar e endossar o conceito de publicação científica de acesso aberto. A RPP incentivada pela moção de Florianópolis fez adesão a esta política. Para tal, a utilização do Sistema Eletrônico de Editoração Científica (SEER) implementado e disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT) tem sido fundamental. O SEER tem sido uma importante ferramenta para agilizar o processo editorial dos manuscritos, garantir maior participação dos autores e consultores durante o processo editorial e fomentar o acesso público a todos os artigos publicados. Estamos ainda em fase de experimentação, no entanto, já é possível adiantar a “revolução cotidiana” que a adesão a esta política trará para a vida de todos os pesquisadores.

Neste número a RPP traz seis artigos originais e uma resenha. Entre os artigos apresentados os leitores poderão reconhecer temáticas clássicas e contemporâneas que são tratadas por diferentes pesquisadores da Psicologia e das Ciências Humanas em geral. O primeiro artigo deste número inaugura uma temática que merece debate intenso. A autora interpela uma questão a todos nós: é possível um consumo ético? Ele exige uma ação política? De autoria de Isleide Fontenelle, o texto intitulado Consumo ético: construção de um novo fazer político? nos interroga sobre esta possibilidade. A partir da experiência do movimento pelo consumo ético, a autora interroga sobre o seu papel no alargamento da esfera pública. O segundo artigo intitulado Trabalhadores amedrontados, envergonhados e (in)válidos: violência e humilhação nas políticas de reabilitação por LER/DOR, de autoria de Izabel Borsoi, Adna Oiridéia Rabelo dos Santos e Sylvia Helena Araújo Acário, discute, a partir da experiência de um grupo de trabalhadores em agências bancárias e de trabalhadores em teleatendimento, como tem se implementado

as formas de reabilitação de portadores de LER/DORT frente as políticas de reabilitação. Além de constrangimentos públicos, o que as autoras revelam é o quanto as políticas específicas tem criado formas de humilhação social aos trabalhadores portadores. O terceiro artigo publicado neste número é de autoria de *Fernando Lacerda Junior e Raquel Guzzo* e versa sobre os trabalhadores rurais. O artigo intitulado *MST e Consciência de Classe: estudo a partir da trajetória de vida de um militante* traz uma questão clássica ao campo da psicologia política, especialmente na América Latina: o estudo da dinâmica da consciência política e social. O quarto artigo, polemizando o campo da política, aponta para uma análise cognitivista do terrorismo. O texto de autoria de *Gilberto Sarfati e Gabriela Toutin* intitulado *Análise cognitivista do terrorismo do ETA e da Al Qaeda* apresenta uma temática que revela os meandros da relação entre política e violência. O quinto artigo de autoria de *Martha Giudice Narvaz, Henrique Caetano Nardi e Blanca Morales* com o título *Nas Tramas do Discurso: a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault* faz uma comparação entre dois modelos de análise de discurso que tem sido bastante utilizados para análise do discurso político. E por fim, o sexto artigo apresentado por *Junia de Vilhena - A violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância* - discute o racismo a partir das contribuições da psicanálise. Ainda neste número o leitor poderá encontrar uma resenha sobre o livro *Poder e Terrorismo* que apresenta entrevistas e conferências de Noam Chomsky após o ato terrorista de 11 de setembro nos Estados Unidos da América.

Esperando que os leitores participem ativamente desses debates é que convidamos todos a leitura deste número e para participar, através do site da RPP, com questões e interpelações aos autores.

Marco Aurélio Máximo Prado

Consumo ético: construção de um novo fazer político?

Isleide Arruda Fontenelle
Fundação Getúlio Vargas/EAESP

Resumo

Objetiva-se compreender o movimento pelo consumo ético e refletir sobre seu alcance na constituição de uma nova cultura de consumo e seu papel no “espaço público”. Efetuou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema, em interlocução com a abordagem sociológica sobre os processos de democratização, consolidada nos anos 90, que traz a perspectiva de uma dinâmica nova do “espaço público” a partir da emergência de novos atores políticos e, com isso, recupera a possibilidade de um diálogo entre teoria crítica e teoria democrática. Na ausência de uma produção acadêmica nacional, buscou-se, na literatura internacional, as principais interpretações sobre o tema: uma que assume a positividade do movimento, sua capacidade de resistência e seu poder de transformação social; e outra que aponta para a negatividade do movimento e sua total absorção pelo mercado. Como pano de fundo, tem-se a problemática da falsa autonomia do sujeito burguês e da (im)possibilidade da consciência crítica.

Palavras-chave

Consumo ético; cultura de consumo; espaço público; democratização; consciência crítica.

Ethical consumption: the construction of a new political action doing?

Abstract

Our aim is to understand the movement for ethical consumption and reflect on its scope on the constitution of a new consumer culture, and its role in the "public space". We conducted a bibliographic review on the subject, which dialogues with a sociological approach on the democratization processes consolidated in the 1990's, bringing the perspective of a new dynamic of the "public space" arising from the emergence of new political actors. The possibility of a dialogue between critical theory and democratic theory is hence recovered. In the absence of a national academic production, we searched in the international literature for the key interpretations on the subject: one that assumes the positivity of the movement, its capacity for resistance and its power of social transformation, and another which points to the negativity of the movement and its complete absorption by the market. At the backdrop is the issue of the false autonomy of the bourgeois subject and the (im)possibility of a critical conscience.

Key words

Ethical consumption; consumer culture; public space; democratization; critical conscience.

Consumo ético: ¿construcción de un nuevo proceder político?

Resumen

El objetivo es comprender el movimiento por el consumo ético y reflexionar sobre su alcance en la constitución de una nueva cultura de consumo y su papel en el «espacio público». Se efectuó una revisión bibliográfica sobre el tema, en interlocución con el abordaje sociológico sobre los procesos de democratización, consolidada en los '90, que trajo la perspectiva de una nueva dinámica del «espacio público» a partir de la emergencia de nuevos actores políticos y, con eso, recupera la posibilidad de un diálogo entre teoría crítica y teoría democrática. Con la ausencia de una producción académica nacional, se buscó, en la literatura internacional, las principales interpretaciones sobre el tema: una de ellas asume lo positivo del movimiento, su capacidad de resistencia y su poder de transformación social; y otra apunta a la negatividad del movimiento y su total absorción del mercado. Como plano de fondo, se tiene la problemática de la falsa autonomía del sujeto burgués y de la (im) posibilidad de conciencia crítica.

Palabras clave

Consumo ético; cultura de consumo; espacio público; democratización; conciencia crítica.

1. Introdução

“O posicionamento ético é a continuação da guerra por outros meios” (Gilles Lipovetsky).

O objetivo deste ensaio teórico é o de refletir sobre o alcance do “consumo ético” na construção de uma nova cultura de consumo; bem como, de questionar até que ponto esse tipo específico de movimento de consumidores representaria uma forma nova de política no seu significado amplo, qual seja, no sentido de recolocar a questão do “espaço público” como uma esfera de crítica e de poder na determinação dos rumos da transformação social.

Consumo ético, na proposição dos autores e organizadores do livro *The Ethical Consumer* (Harrison; Newholm; Shaw; 2005), se refere a um ato de compra (ou não compra) no qual estão implícitas as preocupações do processo de consumir com os impactos que isso possa causar ao ambiente econômico, social ou cultural. Ou seja, ele está circunscrito ao fato de que o consumidor pensa e se preocupa com os efeitos que uma escolha de compra gera aos outros e ao mundo externo como, por exemplo, com o tratamento despendido aos trabalhadores envolvidos na produção de um determinado produto, ou com os impactos ambientais que certos produtos causam.

Esse tipo de atitude, que pode ser individual, só se tornaria política ao se condensar em um coletivo, denominado de movimento de consumidores ou consumer activism, nas proposições de Lange e Gabriel (2005). Empreendendo uma breve história sobre o ativismo dos consumidores, os autores demonstram como esse termo não é novo, remontando ao século XIX, através de histórias de boicotes e de formação de cooperativas de compras, como as cooperativas inglesas emergentes no final do século XIX, formadas em reação aos preços excessivos e à má qualidade dos produtos. Os autores reconhecem que o ativismo dos consumidores tem sido pouco teorizado na literatura histórica e acadêmica, mas apontam para a importância que o movimento pelo consumo ético tem ganhado nesse início de século, na medida em que as questões contemporâneas que o movimento tem levantado envolvem problemas complexos como a sustentabilidade do planeta, o comércio justo, a solidariedade social, e os direitos do consumidor enquanto direitos de cidadania.

Mas qual é o alcance e a efetividade desse tipo de movimento? Murphy e Bendell (2001) descrevem os consumidores como a nova força capaz de enfrentar as grandes corporações em face do declínio do poder e a da influência dos sindicatos trabalhistas; e que eles, de fato, estão causando impactos profundos nos projetos das grandes corporações. Se-

gundo os sociólogos Beck (1999) e Giddens (1990), tendo em vista que muitos dos riscos que nós estamos enfrentando são decorrentes das nossas próprias ações humanas na construção das sociedades de consumo, tais ações passaram a ser questionadas e politizadas. Sob essa perspectiva, o “consumo ético” estaria provocando uma mudança na atual sociedade de consumo de massas e formatando uma nova “cultura de consumo”.

Mas até que ponto esse tipo de atitude pode ser considerada política no seu sentido amplo, qual seja, na determinação de uma transformação social que altere o jogo de forças no qual predomina, hoje, o mercado? Na literatura crítica internacional, há dois tipos de interpretação: a que acredita na importância do movimento em provocar mudanças radicais na sociedade contemporânea e, nesse sentido, promover a transformação social; e, em uma perspectiva oposta, uma interpretação que recusa ver o movimento como uma forma de ação política. Na primeira linhagem, estariam trabalhos como o de Klein (2002), Gorz (2005), Canclini (1996; 1990), Beck (1999) e Giddens (1990). Entre os que desacreditam dessa possibilidade, encontram-se autores como Frank (1997; 2004) e Potter e Heath (2005).

Tais autores e suas argumentações serão desenvolvidos ao longo deste artigo. Por ora, pretende-se demonstrar que o debate em torno dessa questão aponta para as reflexões que este artigo apresenta acerca das relações entre consumo ético e espaço público, lançando mão, especialmente, da abordagem sociológica sobre o processo de democratização na América Latina, consolidada ao longo dos anos 90, que redefiniu a noção de “espaço público” enquanto um “modelo discursivo”. Essa concepção, que “diz respeito mais propriamente a um contexto de relações difuso no qual se concretizam e se condensam intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social” (Avritzer & Costa, 2004), reforça a importância da sociedade civil como um eixo central das novas relações de poder. Mas é possível se assumir que tal concepção também deixa brechas para se pensar a emergência de novos atores que surgiram como produto de novas formas de vida e de comportamento, dentre os quais poder-se-ia localizar o movimento de consumidores?

Certamente que as respostas para essas questões só poderiam ser respondidas a partir de uma pesquisa empírica mais ampla, na qual, de fato, este ensaio teórico está inserido. Entretanto, tal pesquisa – sobre movimentos de consumidores e consumo ético no Brasil – ainda está em fase inicial de realização. Daí porque, neste momento, propõe-se este ensaio teórico no sentido de apontar as questões, as reflexões teóricas e a importância de se colocar, na pauta da discussão, a temática dos movimentos

de consumidores e do consumo ético. Adianta-se, também, que, embora a produção acadêmica sobre consumo ético já comece a despontar em publicações internacionais – das quais a coletânea *"The Ethical Consumer"* é uma referência e traz contribuições de diversas áreas - uma primeira revisão da literatura nacional na área de Psicologia não indicou produções acadêmicas nesse sentido.

Visando contribuir para esse debate, o presente artigo discorrerá sobre os seguintes tópicos: sobre o papel do consumo ético na produção de uma nova cultura de consumo; e sobre as relações entre resistência, poder e politização do consumo. Por último, tecem-se algumas considerações finais a respeito do assunto. Com isso, pretende-se alcançar uma melhor compreensão sobre o que está acontecendo no campo do consumo ético e sobre o que a análise desse campo nos fornece a respeito do espaço público e do papel da sociedade civil. Em outras palavras: estariam os movimentos de consumidores que defendem o consumo ético forçando a produção de uma nova cultura de consumo, na medida em que lançam mão de seu poder de causar danos às imagens de marca? Até que ponto isso poderia provocar uma transformação social mais ampla ou, nessa esfera, o ativismo dos consumidores se apresentaria como um mero movimento de resistência passiva que, estruturalmente, não mudaria muita coisa?

2. O consumo ético na produção de uma nova cultura de consumo

Buscando entender o que provocou o florescimento de movimentos pelo consumo ético nas últimas três décadas, Harrison et al. (2005) identificaram sete fatores: a globalização dos mercados e o enfraquecimento dos governos nacionais; a ascensão das marcas e corporações transnacionais; a ascensão de campanhas de grupos de pressão; os efeitos dos avanços tecnológicos sobre os ambientes natural e social; o deslocamento do poder do mercado em direção aos consumidores; a eficácia de campanhas de mercado; o crescimento de um amplo movimento de responsabilidade corporativa. Tais fatores teriam emergido como resultado de uma sociedade de consumo no qual o mercado tornou-se dominante, mas cujas consequências sociais teriam transformado o consumo em um espaço de disputa política, tanto pelos problemas a ele associados, quanto pela “descoberta” da força do consumidor frente ao poder do mercado.

Na perspectiva de Lipovetsky (2004), o consumo ético pode ser compreendido como a contrapartida da responsabilidade social corporativa, espelhando uma nova forma de gestão global que foi pautada por uma

necessidade ética do mundo organizacional, no sentido de recolocar a dimensão humana nas empresas. Nesse sentido, para Lipovetsky, a ascensão da ética nos negócios se deveu a quatro fatores: a) a uma necessidade real de preservação do meio ambiente e do homem; b) a uma busca de maior transparência dos mercados, tendo em vista o novo modelo econômico do capitalismo a partir das políticas neoliberais dos anos 1980, gerando uma fúria econômica e, conseqüentemente, escândalos corporativos que puseram o mundo organizacional sob suspeita; c) a uma nova estratégia do marketing, na medida em que as empresas passaram a perceber o lado benéfico de atitudes socialmente responsáveis para suas imagens de marca; d) a uma promoção da cultura empresarial, em busca de uma mobilização dos empregados, na medida em que, acredita-se, alcançando uma imagem de respeitabilidade externa, a empresa também conseguiria motivar o seu pessoal e a mobilizá-lo, fazendo com isso também influenciasse na dinâmica produtiva da empresa.

Embora a perspectiva de Lipovetsky não deixe espaço para se pensar que o movimento pela "ética nos negócios" seria decorrente de uma pressão social - e, não apenas, de uma escolha das empresas-, ela nos ajuda a demonstrar como as organizações já estão reagindo ao movimento. Nesse sentido, o consumo ético pode ser compreendido como o resultado necessário de um novo estágio das sociedades de consumo e, como desdobramento deste, pode se apresentar como uma nova estratégia de negócio e de fortalecimento da imagem. Um conceito que permitiria pensar essa questão seria o de "risco": risco corporativo relacionado especialmente aos prejuízos causados, por uma "crise de imagem", sobre a reputação da empresa, com repercussões negativas diretamente na escolha dos seus consumidores.

O processo funcionaria da seguinte maneira: diante da pressão de movimentos de consumidores, especialmente do "patrulhamento das ONG's", as empresas estariam sendo impelidas a desenvolverem um modelo de produção socialmente responsável como uma nova estratégia de negócio. Sendo assim, na outra ponta, as empresas buscariam disseminar a sua imagem "socialmente responsável" através de estratégias de comunicação que veiculassem e valorizassem suas ações, visando um consumidor disposto a realizar uma escolha "politicamente correta", ou seja, que reconheça e atribua valor a tais estratégias empresariais. O "consumidor ético" passa a ter, portanto, um papel fundamental, especialmente através das escolhas de compra, consumindo ou boicotando determinados produtos por conta das ações das empresas envolvidas em sua produção.

Esse movimento parece indicar que poderia estar se dando a cons-

trução de uma nova cultura de consumo, tal qual se constituiu, nas primeiras décadas do século XX, a “cultura de consumo de massas”. Como a história da formação da sociedade de consumo americana nos mostra, a construção da sociedade de massas foi mais que um projeto econômico: foi também um projeto político de grande envergadura que, nos anos 1920, contou com a força-tarefa da comunidade empresarial, de intelectuais da “psicologia humana” e de medidas políticas do Presidente Herbert Hoover. Dentre muitos os fatores que contribuíram para a “criação da psicologia do consumo de massa”, estão a criação do crédito ao consumidor, o surgimento dos subúrbios e um novo imaginário baseado na insatisfação que formatou uma “expansão capitalista do desejo” (Sennett, 2006).

A esse respeito, também são interessantes as referências de Jeremy Rifkin em “o Fim dos Empregos” (Rifkin, 1995) e de André Gorz, em “O Imaterial” (Gorz, 2005). Ambos os autores discorrem longamente, a partir de uma vasta bibliográfica histórica sobre o período americano, sobre como se deu a produção dessa sociedade de consumo de massas e como isso se espalhou pelo mundo como um *american way of life*. Nesse sentido, os profissionais de marketing tiveram um papel fundamental na longa jornada de “educação” do povo americano para que, por exemplo, este viesse a desistir da compra a granel – ainda predominante nas primeiras décadas do século XX – e passasse a consumir produtos industrializados e embalados em massa.

Tal cultura de consumo se globalizou, sobretudo, a partir do segundo pós-guerra e, mesmo misturando um ideário americano às especificidades nacionais, o fato é que se pode falar de uma “estandardização da cultura mundial, com as formas locais populares ou tradicionais sendo deslocadas ou emudecidas para abrir espaço para a televisão americana, para a música americana, para comida, roupas e filmes, como um aspecto central da globalização.” (Jameson, 2001:20).

Em que pesa essa predominância dos produtos culturais americanos, há algo mais penetrante a se enfocar aqui: a de que consumir tornou-se uma modalidade específica de vida, como afirma o sociólogo Zygmunt Bauman:

“quando falamos de uma sociedade de consumo, temos em mente algo mais que a observação trivial de que todos os membros dessa sociedade consomem... O que temos em mente é que a nossa é uma ‘sociedade de consumo’ no sentido, similarmente profundo e fundamental, de que a sociedade dos nossos predecessores, a sociedade moderna nas suas camadas fundadoras, na sua fase

industrial, era uma ‘sociedade de produtores’. Aquela velha sociedade moderna engajava seus membros primordialmente como produtores e soldados; a maneira como moldava seus membros, a ‘norma’ que colocava diante de seus olhos e os instava a observar, era ditada pelo dever de desempenhar esses dois papéis... Mas a maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada, primeiro e acima de tudo, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel” (Bauman, 1999:87-88).

De fato, esse modelo cultural ainda predomina nos nossos dias, e é esse modelo que o movimento de consumidores pelo “consumo ético” vem questionar. Nesse sentido, é interessante apontar como, em seus primórdios, as batalhas travadas em torno do consumo ético não colocavam em xeque a sociedade de consumo de massas. Pelo contrário. Eram batalhas pela inserção no modelo, visando baixar os preços dos produtos ou questionando a higiene, a qualidade ou a segurança dos mesmos. Foi apenas a partir da década de 1970 que começou a emergir, muito lentamente, uma nova forma de organização de consumidores voltada a questionar o consumo excessivo e propor alternativas a ele. Segundo Harrison et al. (2005) essa nova onda de ativismo passou a envolver temas como consumo verde, ética, solidariedade para com o terceiro mundo e orientações para comércio justo. Entretanto, para esses autores, somente a partir da década de 1990 é que foi possível apreender uma coerência global desses movimentos que pudesse agregá-los em torno do termo “consumo ético”, especialmente a partir da criação da *Ethical Consumer Research Association* (ECRA), no Reino Unido, e do *Council on Economic Priorities*, nos Estados Unidos. Assumindo o poder do consumidor – “cada vez que você se dirige a uma caixa registradora, você vota.” (Will; Marlin; Corson; Schorsch; 1989:143) – esses novos movimentos passaram a afirmar que seus objetivos seriam provocar uma mudança cultural e promover a consciência do consumidor sobre as implicações globais do padrão de consumo do mundo ocidental.

Em que pese a força e a importância desse movimento para uma transformação da cultura de consumo de massas, há outros elementos em jogo. Rifkin (2001) demonstra um outro lado que nos faz compreender a real extensão das novas formas de atuação das organizações: não se trataria apenas de reagir a uma forma de resistência do consumidor, mas o foco em formas de produção e consumo “socialmente responsáveis”

poderia ser também produto de um esgotamento do mercado de massas, no sentido de que o capitalismo enfrenta um novo desafio:

"Para as nações ricas e, em particular, para os 20% mais abastados da população mundial que continuam a colher os frutos oferecidos pelo modo capitalista de vida, o consumo de bens está quase alcançando o ponto de saturação. Restam poucos valores psíquicos que se podem tirar ao se ter... aparelhos de todo tipo para suprir todas as necessidades e desejos possíveis. É nessa conjuntura que o capitalismo está fazendo sua transição final para o capitalismo cultural plenamente desenvolvido..." (Rifkin, 2001:117).

Demonstrando sua tese, Rifkin nos mostra como o mercado empreendeu a desregulamentação das funções e serviços do governo nas décadas de 1980 e 1990 e, em menos de duas décadas, absorveu grande parte do que antes era da esfera pública, incluindo, no âmbito comercial, os serviços de utilidade pública, de telecomunicações e do transporte coletivo. A próxima etapa da esfera pública a ser absorvida pelo mercado, ainda segundo Rifkin, seria a cultural já que, no capitalismo contemporâneo, *"a única área onde há oportunidades para se ganhar dinheiro é o oferecimento de experiência aos clientes, na forma de serviços."* (Rifkin, 2001:76).

Daí porque, o capitalismo do futuro, ainda segundo Rifkin, terá que, necessariamente, envolver um “vasto arranjo de experiências culturais”, tais como: viagem e turismo global, parques e cidades temáticos, centros de bem-estar, enfim, formas de entretenimento pessoal pago. De fato, quando analisamos as denominadas pesquisas de mercado de tendências culturais, constatamos o quanto o mercado tem mapeado e investido em uma nova frente: na Economia da Experiência (Pine & Gilmore; 1999), desenhada como produto do “novo desejo fundamental”, que estaria relacionado a buscar *“estados alterados que realmente façam bem, conexões humanas mais saudáveis, um senso de identidade, e caminhos e líderes com fins benévolos”* (Davis, 2003:280). Ou seja: a fusão entre cultura, ética e negócios, que termos como “marketing cultural” e “marketing social” definem tão bem.

Essa necessidade estrutural do mercado que o faz buscar novos nichos de consumo se soma a outras perspectivas que nos apresentam um quadro mais acabado da crise da sociedade de consumo de massas, qual seja, o esgotamento dos recursos naturais e do próprio imaginário, no sentido de ter se tornado claro de que o sonho do consumo de massas

nunca esteve, mesmo, ao alcance de todos. No que diz respeito à questão da sustentabilidade, o estudo de Portilho (2005) demonstra a virada discursiva que se deu no movimento de defesa pelo meio ambiente que, a partir da década de 1990, deslocou a ênfase até então dada à produção, para o campo dos hábitos de consumo e do papel do consumidor na responsabilidade pela sustentabilidade ambiental. Essa questão tem impacto no imaginário, na medida em que torna claro o quanto o planeta Terra não suportaria a extensão do consumo de massas a todos os rincões da terra, como era a promessa da ideologia do progresso.

Na perspectiva de Frank (1997), seria esse estado de coisas que estaria levando as empresas a absorverem os movimentos de resistência dos consumidores. Autor do livro “The conquest of cool”, Frank demonstra como os movimentos contraculturais dos anos 60 injetaram um novo alento para o mercado e para a renovação e perpetuação da sociedade de consumo. Nesse início de século, com a nova etapa pelo “consumo ético”, o mercado também teria encontrado sua nova face: trata-se do “marketing de libertação... do capital”, título de um artigo escrito por Frank para o Le Monde Diplomatique, no qual o autor demonstra a nova feição do marketing, que absorve o discurso crítico e até mesmo questiona a sociedade de consumo:

“a publicidade da moda admite que realmente há algo de errado com a nossa existência, que o mercado não nos deu tudo o que prometeu, que não resolveu os problemas decorrentes do desenvolvimento capitalista... Seguindo essa grande narrativa publicitária, estimulada todos os anos por centenas de bilhões de dólares, o problema maior de nossas sociedades seria o conformismo, e a resposta apropriada, o carnaval... Para resistir, seria preciso que freqüentássemos as redes de restaurantes ‘étnicos’, ou vissemos os vídeos de Madonna. Ou simplesmente homenageássemos os consumidores que o fizessem... A crítica do capitalismo tornou-se, de forma bem estranha, o sangue salvador do capitalismo. É um sistema ideológico fechado, dentro do qual a crítica pode ser abordada e resolvida, porém de maneira simbólica.” (Frank, 2004).

De fato, quando nos deparamos com o imenso “mercado verde” ou com o “mercado da cidadania”, relacionados, respectivamente, a atitudes politicamente corretas e a ações de filantropia e de responsabilidade social, somos tentados a concordar com Frank e a admitir que esses movimentos de consumidores funcionariam como uma espécie de vírus do

sistema, que, à semelhança de Neo, no filme Matrix, seriam produzidos para indicar as falhas e as possibilidades de correção do modelo. Ou seja: poderiam até causar mudanças no modelo, mas não alterariam as relações de força, comandadas, hoje, pelo mercado, e nem empreenderiam transformações sociais mais amplas.

Mas o movimento pelo consumo ético também inspira um outro tipo de interpretação que o coloca como novo ator social. Referindo-se ao livro “Sem Logo”, de Klein (2002), André Gorz argumenta que a autora retraça, ao mesmo tempo, o método e a extensão da “*tomada dos espaços públicos e a resistência que ela encontra*” (Gorz, 2005:51). Essa tomada se daria através da penetração cultural das grandes corporações e suas marcas publicitárias, gerando uma nova forma de conflito:

“uma luta de classes deslocada para um novo campo: o do controle da esfera pública, da cultura comum e dos bens coletivos. Os atores da resistência, organizada... em grande escala – ou melhor, auto-organizada localmente e internacionalmente graças à Internet -, são movimentos de estudantes secundaristas, de consumidores e de moradores decididos a reconquistar o domínio público, a novamente se apropriar do espaço urbano, a retornar o poder sobre seu meio, sua cultura comum e sua vida cotidiana.” (Gorz, 2005:51-52).

De fato, Naomi Klein estaria retratando uma forma específica de resistência ligada ao contexto do consumo: a de negar que todos os aspectos da vida fossem transformados em mercadoria. Segundo a autora, essa forma específica de resistência se chamaria “movimentos anticorporação”, mas seu livro acaba por abrir o leque, a fim de incluir toda forma de protesto que não indicaria

“manifestações e um só movimento, mas convergências de muitos movimentos menores, cada um visando a uma multinacional específica (como a Nike), um setor particular (como o de agrobusiness) ou uma nova iniciativa de comércio (como a Área de Livre Comércio das Américas), ou em defesa da autodeterminação de povos nativos (como os zapatistas)” (Klein, 2002:478).

Esses movimentos estariam lutando com as mesmas forças que,

segundo Klein, baseiam-se em participações no nível local – associações de bairro, sindicatos, fazendas, grupos anarquistas, etc – mas que visariam, estrategicamente, desvincular suas lutas de algo étnico ou local, a fim de apontar uma questão universal e um inimigo global: o neoliberalismo, caracterizado pelo poder mundial do mercado. Tais movimentos ainda estariam, segundo a autora, substituindo as instituições tradicionais “que antes organizavam os cidadãos em grupos ordenados e estruturados [e que] estão todas em declínio: sindicatos, religiões, partidos políticos.” (Klein, 2002:483).

Desse ponto de vista, tratar-se-ia, de fato, de uma mudança de perspectiva cultural e política: a agenda de conflito dos movimentos de consumidores estaria absorvendo temas caros à agenda política dos processos de democratização relativos à esfera pública e aos direitos de cidadania. Portanto, não se trata apenas de uma questão semântica. Dessa perspectiva, o consumidor assume, de fato, o lugar de um ator político de maior importância, através de uma nova forma de conflito caracterizada pela não mediação estatal, que interpela diretamente o mercado e usa, como arma de protesto, os riscos à imagem publicitária das corporações.

Por que essa mudança de foco? Para Newholm (2000), tendo em vista a influência que a cultura de consumo teve em moldar nossos estilos de vida, nós, cada vez mais, expressamos nossas éticas através do consumo, precisamente porque o consumo e sua relação com a construção da auto-imagem, tornou-se nossa principal atividade e aquela que mais consome o nosso tempo. Daí porque, quando os consumidores são forçados a considerar as consequências existenciais do consumo, isso pode apontar para uma nova concepção de cidadania na qual o consumidor tem um papel central. Nesse sentido, ganha espaço a tese de Nestor García Canclini, que articula consumo e cidadania a partir de um outro prisma: aquele no qual “os Estados cederam ao capital privado o controle da economia, tanto material quanto simbólica, através da privatização em larga escala.” (Portilho, 2005:15). Tal mudança de contexto forçou a recolocação da questão do público no qual o consumidor reconhece não apenas o seu direito mas, principalmente, o seu poder. Isso nos encaminha para a segunda parte do artigo.

3. Resistência, poder e politização do consumo: novos domínios do espaço público?

A temática do consumo sempre representou um objeto central de reflexão para a teoria crítica que, a partir dos escritos de Adorno; Horkheimer (1985), sob como as sociedades de consumo estariam gerando uma nova “cultura de massas”, produziu um amplo arcabouço teórico-crítico que demonstrou o lugar do consumo na sociedade contemporânea e de como, a partir do marketing e de seus principais mecanismos de persuasão (anúncio comercial e publicidade), começou a se dar uma infiltração da esfera comercial na esfera pública, mediante uma forma de comunicação cada vez mais guiada pelo mercado. Tal fenômeno seria ainda mais forte nas sociedades latino-americanas, caracterizadas pela inexistência histórica de um espaço comunicativo semelhante ao contexto europeu, possibilitando, dessa forma que os meios de comunicação de massa passassem a ser os mediadores sociais por excelência e estabelecessem “uma nova diagramação de espaços e intercâmbios urbanos” em tais sociedades (Canclini, 1990:49). Tal estado de coisas levou a uma interpretação central da teoria crítica, especialmente adorniana: a da perda da autonomia do espaço público e da atomização do indivíduo e sua transformação em consumidor de entretenimento.

Predominante ao longo de quase toda a metade do século X, foi apenas na década final do referido século, no prefácio da reedição alemã de 1990, do livro Mudança Estrutural da Esfera Pública, que a teoria crítica foi revisitada por Jurgen Habermas, um dos principais representantes contemporâneos da Escola da Frankfurt (Habermas, 2003). Em uma bela revisão histórica que faz sobre o desenvolvimento do conceito de espaço público, Avritzer e Costa (2004) enfatizam as questões centrais que Habermas elaborou nesse prefácio, no qual sustenta o potencial público de crítica, a despeito da pressão da mídia, e detalha “o papel de uma esfera pública politicamente influente dentro de sua concepção teórico-discursiva da democracia.” (Avritzer & Costa, 2004:709)¹.

Ainda, segundo esses autores, Habermas recuperou a possibilidade de uma relação entre a teoria crítica e a teoria democrática que passou a demarcar uma nova abordagem sociológica sobre o processo de democratização na América Latina, que se consolidou ao longo dos anos 90 e que redefiniu a noção de “espaço público” enquanto um “modelo discursivo”. Entretanto, os autores apontam para necessidades de correção do modelo discursivo habermasiano, dentre os quais, estaria a proposição de Cohen e Arato (1994) acerca da emergência dos new publics:

“a criação e expansão de novos públicos e novos loci de realização de formas críticas de comunicação – contextos de difusão de subculturas, movimentos sociais, microespaços alternativos, etc..., os quais colocam em movimento dinâmicas de inovação cultural e contestação dos padrões sociais estabelecidos no plano, por exemplo, das representações de gênero, das relações étnicas, etc.” (Cohen & Arato, 2004:711).

Seria possível, a partir dessa definição dos *new publics*, identificar o movimento pelo consumo ético, tal qual ele vem sendo caracterizado nesse início de século - com sua agenda voltada para questões como comércio justo, direitos civis, solidariedade global, etc -, como um novo ator político, que pudesse recuperar a relação entre teórica crítica e teoria democrática? A revisão bibliográfica empreendida até o momento nos leva a perceber um silenciamento a esse respeito no campo da teoria crítica. O avanço do conceito de espaço público, no interior da literatura sociológica ao longo dos anos 90, indica um debate travado em torno da questão da representação e do conceito de democracia, ou seja, da relação entre política institucionalizada e “relação argumentativa crítica”, com a organização política no lugar da participação direta. É esse o centro do debate e é em torno dele que os denominados “novos movimentos sociais” ou *new publics*, são chamados a participar, tendo em vista que, na proposição habermasiana, o espaço público continuaria *“estabelecendo, como órbita insubstituível de constituição democrática da opinião e da vontade coletiva, a mediação necessária entre a sociedade civil, de um lado, e o Estado e o sistema político, de outro.”* (Avritzer & Costa, 2004:708).

Convém destacar que a questão da representação também é central para o movimento de consumidores “éticos”, envolvendo desde as organizações que se fundam e agem em torno dos limites institucionais, até os movimentos mais radicais – como os denominados “ecoterroristas”, de defesa dos animais - que negam o lugar do Estado e reivindica a ação direta e anárquica. O fato é que esse poder de pressão direta sobre as corporações têm levado teóricos do anarquismo, como o antropólogo americano David Graeber, a tomarem esses exemplos como modelos vivos de formas contemporâneas de luta pela reinvenção da democracia, mediante uma ação direta que pudesse mudar o mundo sem ser a partir do controle do Estado (Graeber, 2005). No campo da literatura, o escritor J.G. Ballard tematizou diretamente sobre essa questão envolvendo a revolta de consumidores. Falando a respeito do seu livro “Terroristas do Milênio”, em

entrevista dada à Folha de São Paulo, Ballard (2005) assume que

“a política fracassou completamente no mundo inteiro e não é mais capaz de resolver nossos principais problemas – intolerância étnica e racial, desigualdades de renda, epidemias globais, a destruição do ambiente, o aquecimento global, ajudar o Terceiro Mundo e tantos outros. Onde a política falha, soluções mais perigosas e radicais tendem a aparecer...” (Ballard, 2005).

Em que pese esse foco, o livro de Ballard não apresenta o consumidor como uma força política capaz de fazer frente a tal estado de coisas; pelo contrário, sua crítica ácida se dirige, ao mesmo tempo, à sociedade de consumo, ao Estado e à “falta de sentido” dessa revolta de consumidores entediados com aquilo que lhes dá conforto e comodidade.

Essa questão permeia o debate em torno da politização do movimento. Daí porque, para Harrison et al. (2005) – que são ao mesmo tempo, ativistas e pensadores do movimento –, é preciso definir consumo ético, antes de tudo, como aquele que está preocupado com questões para além do mundo interno dos consumidores, ou seja, com sua saúde, seu conforto, sua qualidade, etc. As “bandeiras” do consumo ético precisam ser, na perspectiva desses autores, fundamentalmente externas, voltadas para o mundo que os rodeia, encampando o tema da solidariedade. Assim, a questão da representação política está ligada a uma outra temática – que também aproxima o movimento pelo consumo ético das reflexões que fundaram a teoria crítica – qual seja, a da possibilidade de consciência crítica. Na medida em que as proposições do consumo ético, nesse sentido, é de circunscrevê-lo ao campo da moral, de mudar a mentalidade para o consumo, até que ponto isso pode representar a possibilidade da “consciência crítica” e da ação política?

Sabe-se o quanto esse tema foi central, especialmente nas proposições de Adorno a respeito da *“autonomia ilusória do sujeito burguês [e] do funcionamento opressor da razão científica e tecnológica, inclusive em sua aplicação ao campo social”* (Dews, 1996:51), o que levou a uma certa paralisação da teoria crítica acerca da possibilidade da emancipação. Mas sabe-se, também, o quanto, para Adorno *“as verdades mais profundas, e amiúde não reconhecidas, dos artefatos culturais revelam-se pelos seus aspectos aparentemente mais marginais e fortuitos”* (Dews, 1996:51). Desnecessário, portanto, afirmar a importância de se pensar a emergência de um movimento de crítica no interior de uma cultura na

qual o consumo passou a influenciar, decididamente a maneira como nós agimos, pensamos e vivemos ao longo da vida.

O desafio deste artigo é, justamente, propor que é possível se pensar o movimento pelo consumo ético no horizonte da teoria crítica, a partir das duas temáticas elencadas acima, quais sejam: a do nível da representação política e o da consciência crítica. Trata-se de um desafio para o futuro, que este artigo não tem a menor pretensão de esgotar mas, tão somente, de apontar, na medida em que, para ser rigorosamente coerente com a teoria crítica, tal empreendimento só poderia ser plenamente realizado a partir da pesquisa empírica. Retomando Habermas, quando o autor forjou seu conceito de espaço público enquanto espaço discursivo, não deixou de levar em conta a ambivalência constitutiva da esfera pública, marcada como esta está pela imbricação entre a esfera pública e a privada, levada a cabo pelo mercado, especialmente, pelos meios de comunicação de massa. Daí porque, propôs que as associações voluntárias que operariam na esfera pública, se opondo aos atores instituídos, fossem desvinculadas do mercado e do Estado – e passassem a se denominar “sociedade civil” – e alertou para que tais movimentos fossem avaliados individualmente e empiricamente, a fim de que se pudesse compreender o seu alcance de interferência nas instâncias decisórias.

Será, portanto, mediante a realização da pesquisa empírica sobre movimento de consumo ético que se espera encontrar maiores desenvolvimentos para as questões que este ensaio teórico aponta. Mas espera-se que este artigo já contribua com o debate, na medida em que aponta algumas questões contemporâneas pertinentes às questões relativas às possibilidades da emergência do sujeito do conflito.

4. Considerações finais

Este ensaio teórico procurou compreender uma faceta do movimento de consumidores, denominada de “consumo ético”, visando entender até que ponto ele estaria forjando uma nova cultura de consumo, em oposição à cultura de consumo de massas. O levantamento bibliográfico realizado até o momento permite elucidar que, em conjunto com outros fatores - o esgotamento do mercado de consumo de massas e a demanda das empresas por novos nichos de consumidores; bem como, um problema real de sustentabilidade do planeta -, o movimento pelo consumo ético tem forçado a uma mudança de mentalidade e, portanto, à produção de uma nova cultura de consumo. Essa ainda emergente cultura de consumo

pode ser localizada em movimentos pelo consumo verde, boicotes contra empresas que não são socialmente responsáveis ou, inversamente, através da compra positiva.

O artigo também procurou refletir sobre a produção acadêmica que vem teorizando sobre o movimento pelo consumo ético, que se divide em duas formas opostas de interpretação: aquela que aponta para o consumidor ético como um “novo ator social”, no sentido de que ele seria a força capaz de pressionar por transformações sociais mais amplas; e, por outro lado, uma posição que aponta a total absorção dos ideários do consumidor ético pelo mercado. Mas o artigo propôs que é possível refletir sobre a temática do consumo ético a partir da teoria crítica, na medida em que foi esta teoria que melhor formulou os impasses relacionados à questão da esfera cultural e das (im)possibilidades de uma esfera cultural autônoma. Através dos conceitos de representação política e de consciência crítica – ambos presente no horizonte prático do movimento pelo consumo ético, bem como, no horizonte teórico da crítica da cultura – a realidade contemporânea poderia interpelar e fazer avançar a teoria que, a esse respeito, tem se emudecido.

Tais proposições têm um horizonte de pesquisa mais amplo, qual seja, uma pesquisa empírica sobre movimento de consumidores e consumo ético no Brasil, que ainda está em sua fase inicial de realização. As reflexões obtidas ao longo deste ensaio teórico indicam para a necessidade de um foco maior da pesquisa na mecânica da “consciência crítica” e da reinvenção da democracia nesses novos processos de contestação que trazem em seu bojo a crítica ao consumo.

Notas

¹ Vale ressaltar que o termo “teoria crítica” refere-se à produção intelectual da Escola de Frankfurt que, por sua vez, tem dois momentos históricos distintos: o que se inicia com a primeira geração – que, dentre outros, é representada por Max Horkheimer e Theodor Adorno – e a sua continuidade em uma segunda geração capitaneada por Jurgen Habermas. É preciso ressaltar que há diferenças substantivas entre a produção teórica e crítica nessas duas gerações. O que se pretende é que, com o desdobramento da pesquisa que este artigo propõe, se possa partir da formulação de Habermas – e de sua teoria comunicacional da sociedade, com seu potencial crítico -, para se retornar à primeira geração – especialmente Theodor Adorno - e sua formulação de uma teoria crítica que, em interlocução com a produção freudiana a respeito do peso da cultura na formatação subjetiva, nos instigou e ainda instiga a pensar sobre as (im) possibilidades de sermos sujeitos críticos em uma cultura de consumo.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1985). *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- AVRITZER, L; COSTA, S. (2004). Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 4 (47), 703-728.
- BALLARD, J.D. (2005). *Terroristas do Milênio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bauman, Zygmunt. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BECK, U. (1999). *World Risk Society*. Cambridge: Ma Polity.
- CANCLINI, N. G. (1996). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- _____. (1990). *Culturas híbridas*. México: Grijalbo.
- COHEN, A; ARATO, J. (1994). Sociedade civil e teoria crítica. In: Avritzer, L (org.). *Sociedade Civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.
- DAVIS, M. (2003). *A nova cultura do desejo*. Rio de Janeiro: Record.
- DEWS, P. (1996). Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade. In: ZIZEK, S. (Org.). *O Mapa da Ideologia*.(1998) Rio de Janeiro: Contraponto.
- FRANK, T. (2004). *O marketing de libertação... do capital*. Cadernos Le monde diplomatique..1 (3), 43-45.
- _____. (1997). *The conquest of cool*. Chicago: The university of Chicago press.

- GIDDENS, A (1990). *The consequences of Modernity*. Cambridge: MA Polity.
- GORZ, A. (2005). *O imaterial*. São Paulo: Annablume.
- GRAEBER, D. (2005, 14 de Agosto de). *O carnaval está em marcha*. Folha de São Paulo, [São Paulo]
- HABERMAS, J. (2003). *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Editora Tempo Brasileiro.
- Harrison, R.; Newbold; T.; Shaw, Deirdre. (2005). *The Ethical Consumer*. London: Sage Publications.
- JAMESON, F. (2001). *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes.
- Klein, Naomi. (2002). *Sem Logo*. Rio de Janeiro: Record.
- LANG, T.; GABRIEL, Y. (2005). A brief history of consumer activism. In: HARRISON, R. et al. *The Ethical Consumer*. London: Sage Publications.
- LIPOVETSKY, G. (2004). *Metamorfozes da cultura liberal: mídia, ética, empresa*. Porto Alegre: Sulina.
- MATIAS, A. (2005, 9 de junho de). *Feira de Atrocidades: em terroristas do milênio, J.G. Ballard descreve a revolução da classe média para elucidar questões sociopolíticas atuais*. Folha de São Paulo. [São Paulo]
- MURPHY, D.; BENDELL, J. (2001). Getting engaged. In: STARKEY, R; WELFORD, R. (Org). *The Earthscan Reader in Business and Sustainable Development*. London: Earthscan.
- NEWHOLM, T. (2005). Case studying ethical consumer's projects and strategies. In: HARRISON, R. et al. *The Ethical Consumer*. London: Sage Publications.

PINE, B. J.II; GILMORE, J. (1999). *The experience economy: Work is theatre and every business a stage.* Cambridge: Harvard Business School Press.

PORTILHO, F. (2005). *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.* São Paulo: Cortez.

POTTER, A; HEATH, J. (2005). *The rebel sell: how the counter culture became consumer culture.* UK: Capstone.

RIFKIN, J. (1995). *O fim dos empregos.* São Paulo: Makron Books.

_____. (2001). *A era do acesso.* São Paulo: Makron Books.

SENNETT, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo.* Rio de Janeiro: Record.

WILL, R.; MARLIN, A.T.; CORSON, B.; SCHORSCH, J. (1989). *Shopping for a better world.* New York: Council on Economic Priorities.

relacionantes de um alto nível de competência profissional e
comunicativa no estudo do Coim. No entanto, ao longo da carreira o
profissionalização não recuperou a capacidade libertadora das relações
de trabalho, que, bem se caracterizado por dimensões de condicionamento
intelectual no trabalho. O resultado é um trabalhador convergindo para
a criação pela limitação da sua capacidade liberal, pelo sentimento
de solidão e pelo risco de desilusão.

Isleide Arruda Fontenelle

e-mail: idefontenelle@uol.com.br

- recebido em 24 de outubro de 2006.
- aprovado em 22 de janeiro de 2007.

Trabalhadores amedrontados, envergonhados e (in)válidos: violência e humilhação nas políticas de reabilitação por LER/DORT¹

Izabel Cristina Ferreira Borsoi

Adna Oiridéia Rabelo dos Santos

Sylvia Helena Araújo Acári

Universidade Federal do Ceará

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir como determinados aspectos das situações laborais atingem trabalhadores portadores de LER/DORT reabilitados ou em reabilitação, quando retornam ao trabalho. Tomamos como referência um grupo de bancários de agências de um banco estatal e um grupo de teleatendentes de um call center de empresa privada de telecomunicações, no estado do Ceará. Nossa análise aponta que o processo de reabilitação não recupera a capacidade laborativa dos trabalhadores. Além disso, tem se caracterizado por situações de constrangimento e humilhação no trabalho. O resultado é um trabalhador envergonhado e amedrontado pela limitação de sua capacidade laboral, pelo sentimento de inutilidade e/ou pelo risco de demissão.

Palavras-chave

Bancário; teleatendente; LER/DORT; reabilitação; humilhação.

Dentre as ocorrências mais freqüentes relatadas às Juventudes Ocupacionais pelo trabalhador em sua dimensão ética, encontra-se a LER/DORT, que é considerada uma das principais causas de desemprego no Brasil (Silveira, 2002). Através das suas ações, esse setor tem sido responsável por grande parte dos problemas diagnosticados entre os trabalhadores que procuram atendimento médica e psicológico (Silveira, 2002).

Frightened ashamed and (dis)abled workers: violence and humiliation in the rehabilitation policies of Repetitive Strain Injuries / Work-related Musculoskeletal Disorders (RSI/WMSD)

Abstract

The aim of this study is to discuss issues that affect workers who suffer from RSI/WMSD, either rehabilitated or in rehabilitation, when they return to work. We have taken as a reference a group of bank tellers working at agencies of a State-owned bank, and a group of operators working at the call center of a private telecommunications company, in the state of Ceará (Brazil). Our analysis indicates that the rehabilitation process does not restore the workers' labor capability. Besides, it has been characterized by situations of embarrassment and humiliation at work. The result is an ashamed and frightened worker, due to his/her limited labor capability, to the feeling of uselessness and/or to the risk of dismissal.

Key words

Bank teller; call center operator; RSI/WMSD; rehabilitation; humiliation.

1. Introdução

Por mais que se insista em afirmar o fim da centralidade do trabalho, a realidade tem evidenciado que estamos muito distantes de uma sociedade que possa funcionar sem essa âncora. Sabemos que as profundas mutações tecnológicas e a implementação de um modus operandi cada vez mais racionalizado na produção têm gerado consequências extremamente negativas, como a “destruição, precarização e eliminação de postos de trabalho” que têm levado a um “desemprego estrutural explosivo” (Antunes, 2006: 15). Essa precarização do mundo laboral, de acordo com Castel (1998), é resultado do surgimento de novos modelos de produção e da necessidade de flexibilização por parte das empresas. Para Druck (2002), essa crescente flexibilidade tem se evidenciado nas terceirizações, nos empregos temporários, nas atividades informais, nas cooperativas de trabalho etc. e tem se difundido em todas as atividades e lugares.

Em que pese o fato de essa nova morfologia laboral ter provocado um intenso redimensionamento da classe trabalhadora, hoje mais heterogênea, fragmentada e complexa (Antunes, 2006), não se pode afirmar que o trabalho tenha perdido sua dimensão central, tanto do ponto de vista econômico, quanto no que refere ao seu universo cultural, simbólico e psicológico, tal como entende Castel (1998). Sendo assim, o trabalho continua a ser “referência na definição das identidades sociais” (Hirata e Préteceille, 2002: 49), permanece como definidor do jeito de viver dos indivíduos, dos seus valores e hábitos, dos modos de pensar e agir e também de sofrer e adoecer (Borsoi, 2005).

No interior das empresas, os trabalhadores têm sido submetidos a modelos organizativos de produção que buscam velar de forma cada vez mais refinada as relações de exploração que sempre marcaram o capitalismo; têm lidado, também, com tecnologias que, ao contrário de liberá-los, de fato, do esforço da produção de bens ou serviços, vêm contribuindo, em grande medida, para uma maior exigência física e mental, um processo que, na maioria das vezes, tem se traduzido em sofrimento e, muitas vezes, em adoecimento.

Dentre as queixas mais freqüentes relacionadas às doenças provocadas pelo trabalho em sua dimensão atual, encontra-se a LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho). A julgar pelo estudo realizado por Sato e Bernardo (2005) em um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) em Campinas-SP, essa afecção tem sido responsável por grande parte dos problemas diagnosticados entre os trabalhadores que procuram atendimento médico.

Por seu caráter multifatorial, ela tem sido considerada “*Uma síndrome clínica, caracterizada por dor crônica, acompanhada ou não por alterações objetivas e que se manifesta principalmente no pescoço, cintura escapular e/ou membros superiores por decorrência do trabalho*”.²

Para Barros e Guimarães (1999: 84), trata-se de uma patologia difícil de ser detectada através dos sentidos tático ou visual, ou, ainda, por meio de exames complementares. Seu diagnóstico é baseado, fundamentalmente, no relato do paciente que sente a dor, uma dor entendida como “*de ordem subjetiva, uma experiência absolutamente individual, imensurável, intocável e invisível*”. Sua origem, em geral, está associada a uma interação de aspectos psicológicos do trabalhador com fatos da sua realidade de trabalho, esta última caracterizada pela repetição das tarefas, por problemas ergonômicos, por exigência de produtividade etc. (Lima, 1997).

Por não afetar do mesmo modo todos os trabalhadores que exercem as mesmas funções e que se encontram sob as mesmas condições, a LER/DORT guarda certo caráter enigmático, do ponto vista etiológico, o que tem se tornado um problema adicional para os trabalhadores acometidos por esta forma de sofrimento. Muitas vezes, eles têm que lidar com o descrédito não só das pessoas com quem trabalham, sejam seus superiores hierárquicos ou colegas de mesmo nível, como também dos próprios profissionais de saúde que os atendem. O trabalhador, muitas vezes, pode ser qualificado como mentiroso, ou alguém que se escora numa queixa inventada para fugir às exigências e às rotinas do trabalho. Soma-se a isto o fato concreto de que a doença limita, em grande medida, sua capacidade de trabalho e também, muitas vezes, sua vida cotidiana depois da jornada.

Os dilemas resultantes do processo de adoecimento, entretanto, não terminam quando se conclui o diagnóstico e se definem o tratamento e o prognóstico. Isto normalmente vem acompanhado de um processo de reabilitação que possa, em princípio, permitir o retorno do trabalhador às suas atividades laborais de origem. É aqui que se faz sentir a segunda parte do drama experimentado pelos trabalhadores. É nesta dimensão que as políticas adotadas nas empresas e nas instituições responsáveis pelo processo de reabilitação e realocação do trabalhador expressam sua violência, atingindo, assim, os que precisam adquirir novas habilidades ou aprender tarefas distintas das que realizavam anteriormente.

O objetivo deste artigo é mostrar como determinados aspectos das situações laborais atingem os trabalhadores portadores de LER/DORT em processo de reabilitação, ou já considerados reabilitados, por ocasião de seu retorno às suas atividades laborais, e assinalar as constantes formas de

violência que permeiam as relações entre esses trabalhadores, as empresas e as instituições responsáveis pela assistência e pelo acompanhamento nessa situação.

A violência, nesse contexto, está relacionada fundamentalmente às situações de humilhação, sendo esta entendida no sentido adotado por Barreto (2003: 188). Trata-se do “*sentimento de ser ofendido, menosprezado, rebaixado, inferiorizado, submetido, vexado e ultrajado pelo outro. É sentir-se um ninguém, sem valor, inútil; magoado, revoltado, perturbado, mortificado, indignado, com raiva*”. Para esta autora, o ato de humilhar envolve, sempre, relações autoritárias e pressupõe a existência de um agressor para se concretizar.

Nossa discussão está ancorada em informações obtidas a partir de pesquisas realizadas com um grupo de bancários de agências de um banco estatal e com um grupo de teleatendentes de um *call center* (ou central de atendimento telefônico) de uma empresa privada de telecomunicações,³ no estado do Ceará. A consideração das duas situações para análise nesta exposição se deve a três razões fundamentais: em primeiro lugar, trata-se de empresas integrantes de dois ramos de atividades que sofreram intenso processo de reestruturação, este aliado a uma forte política de privatização implementada pelo governo federal nos últimos anos; em segundo, tem-se constatado um aumento crescente dos casos de LER/DORT entre trabalhadores nesses tipos de serviços; por fim, há o fato de que a inserção pública ou privada, no que se refere ao vínculo empregatício, além de definir, em parte, a conduta adotada dentro dessas organizações em relação aos trabalhadores considerados reabilitados ou em reabilitação, também determina as formas de percepção e de sentimento construídos por esses trabalhadores em relação ao trabalho e às perspectivas (im)postas a partir das limitações de sua capacidade de trabalho.

2. O bancário, o teleatendente, seus trabalhos e a LER/DORT

Como se sabe, as profundas transformações no mundo do trabalho atingiram diversos setores de atividade, afetando sobremaneira o modo de ser e de fazer dos trabalhadores. Essas tendências de mudança, cada vez mais globalizadas, revelam a crise de contratualização, recusam ou contornam as formas anteriores de negociação entre capital e trabalho através de condições impostas unilateralmente ao componente mais fraco das relações laborais (Santos, 2004). Esse processo tem atingido todos os setores da economia, dentre os quais se destacam os serviços, que,

cada vez mais, estão submetidos à racionalidade do capital, como mostra Antunes (2000: 111). O autor chama a atenção para o assalariamento dos trabalhadores desse ramo de atividade que, segundo ele, “*aproxima-se cada vez mais da lógica e da racionalidade do mundo produtivo, gerando uma interpenetração recíproca entre eles*”.

Em certa medida, é o que podemos constatar tanto no setor bancário quanto no de telecomunicações. Em ambas as situações, houve mudanças profundas, tais como a relação com um mercado cada vez mais mundializado, que exige padrões específicos de produtividade e qualidade, o crescente processo de informatização/automação e a implementação de novos modelos de gestão e organização do trabalho que, por sua vez, tem redimensionado as cobranças em torno da capacidade e qualificação dos trabalhadores. Isso, somado às privatizações ocorridas ao longo dos últimos anos, as quais intensificaram a reestruturação de empresas nesses setores, a exemplo do que tem ocorrido no Brasil, resulta em um conjunto de situações de hiperexploração e violência física e psicológica, como as que procuramos apresentar no presente artigo.

A começar pelos bancos, o processo de reestruturação se iniciou, principalmente, a partir da década de 1980, compreendendo a redução de custos operacionais, a racionalização e otimização do uso da informática, o fechamento de agências, as demissões progressivas e a terceirização de diversas atividades. Com a automação, houve forte investimento na migração do maior número possível de transações bancárias para o ambiente dos microcomputadores ou para as salas de auto-atendimento (Merlo & Barbarini, 2002). Esse redimensionamento do funcionamento bancário, ao contrário do que possa parecer, não reduziu o volume de trabalho nos bancos. Na realidade houve um aumento que, entretanto, não gerou novos postos de trabalho e, sim, sua redução, bem como a diminuição do número de trabalhadores (Druck et al., 2002).

O resultado disso foi uma mudança substancial no posicionamento do bancário na estrutura do banco. Suas tarefas passaram a exigir mais qualificação com amplo conhecimento do mercado financeiro, habilidade de relacionamento com clientes e com equipe de vendas, bem como a necessidade de lidar com tarefas não prescritas – diferentemente das exigências anteriores, que deveriam acompanhar fielmente o manual da empresa.

Essas mudanças exigiram a requalificação do profissional bancário, que, por sua vez, teve que arcar sozinho com a responsabilidade desse processo, tanto do ponto de vista financeiro quanto em relação ao tempo a ser despendido em seu novo treinamento. Os bancos não só deixaram de assumir os custos, como, também, não liberaram parte da jornada dos tra-

balhadores para a aquisição da qualificação exigida. Afora isto, passaram ainda a pressionar por produtividade e qualidade, o que, consequentemente, gerou aumento significativo de carga de trabalho.

Como resultado desse novo contexto, o modo de trabalhar e de viver dos bancários sofreu profundas alterações, a começar pela instabilidade e imprevisibilidade que atingiram, em especial, as instituições financeiras estatais. Se, antes, esses trabalhadores tinham a vida pautada na carreira bancária, viam seu trabalho como o exercício de uma profissão da qual tinham orgulho e planejavam se aposentar como bancários, após os processos de mudanças, passaram a perceber seu trabalho como mais exigente, em termos de qualificação e de demanda intelectual, e como um emprego transitório, uma atividade mantida na expectativa de trabalhos mais gratificantes, financeira e profissionalmente.

Em relação, especificamente, ao banco investigado, o que, de certo modo, está em acordo com a realidade de outras instituições do gênero, essas transformações atingiram tanto os bancários que atuavam como caixas-executivos – função antiga no setor bancário – quanto os atendentes do segmento social que, por sua vez, já ocupavam um posto de trabalho resultante do processo de reestruturação. Anteriormente, os caixas eram responsáveis exclusivamente por movimentações bancárias, ou seja, pagamentos e recebimentos, que são atividades características de função de confiança em razão de lidarem diretamente com dinheiro. Quanto aos atendentes, eles ficavam responsáveis por atividades relacionadas aos programas do governo federal, tais como Bolsa Escola, Bolsa Família, liberação de FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e pagamento de Seguro-Desemprego.

Com a reestruturação no setor bancário, esses trabalhadores passaram a acumular novas tarefas, dentre as quais a venda de produtos bancários com metas específicas a cumprir. Neste contexto, aqueles que mais sentiram as consequências foram os que tinham entre 15 e 20 anos de trabalho bancário. Tanto os caixas-executivos quanto os atendentes tiveram que aprender a função do novo bancário, submetendo-se às novas exigências de produtividade, qualidade, rapidez, flexibilidade funcional e uso contínuo dos processos informatizados. Isto significou sobrecarga de trabalho, extensão de jornada muito além das seis horas regulares e uma rotina na qual passou a imperar o lema “*eu faço, eu faço, eu faço*” como protótipo da flexibilidade típica da reestruturação produtiva (Grisci & Bessi, 2004).

O resultado disso foi praticamente a sujeição da vida do trabalhador à dinâmica da organização. Com isto, as rotinas cotidianas do bancá-

rio passaram a ser definidas muito mais em acordo com as necessidades e demandas do banco – sempre percebido como prioridade – e menos com suas próprias necessidades. É neste contexto que os números de casos de LER/DORT entre bancários começaram a aumentar de modo significativo, como pudemos verificar na pesquisa realizada.

Na ocasião da investigação, o banco contava com 151 bancários na função de caixas-executivos. Quanto aos ocupantes dos postos de atendimento social, não foi possível precisar seu contingente em razão da sua elevada rotatividade interna, definida, fundamentalmente, pelos picos de demanda por serviços. De acordo com a área de saúde da própria instituição, havia 34 trabalhadores com diagnóstico de LER/DORT em seu quadro funcional, dentre os quais 12 afastados. A maioria ocupava a função de caixa-executivo da chamada “área negocial”, setor bancário diretamente responsável pela venda de serviços do banco e que tem como características básicas o contato direto com o público e as atividades realizadas sob pressão para cumprimento de metas. A escolaridade média desses trabalhadores era de nível superior e o tempo de trabalho da maioria ultrapassava os 15 anos na mesma empresa.

Se o setor bancário sofreu grandes transformações que atingiram agudamente seus trabalhadores, o mesmo pode ser dito sobre o setor de telecomunicações. Neste caso, uma das funções que mais sofreu esse impacto foi a de telefonista, cujo trabalho foi modificado, dando lugar ao que se conhece hoje como teleatendente. Antes, o trabalho em telefonia exigia qualidades como boa dicção, cortesia, objetividade e agilidade (Borsoi, Ruiz & Sampaio, 1995; Breder, 2001), e se caracterizava, fundamentalmente, por auxiliar o cliente ou assinante em suas demandas por serviços de informações, ligações, registros de reclamações ou solicitações de conserto etc. A nova feição do trabalho, marcada pela interface com a informática, exigiu habilidades novas e maior complexidade no exercício da tarefa. As atividades passaram a consistir não só em fornecer informações, como também em buscar soluções para problemas específicos relacionados aos sistemas de telefonia, utilizando-se para isso de suporte tecnológico informatizado. Desse modo, o trabalhador passou a ser exigido tanto em sua capacidade de comunicação com o cliente, como também em sua habilidade em lidar com determinados programas de informática e digitação.

No Brasil, esse processo se intensificou a partir da privatização do setor de telecomunicações, ocorrida por volta da segunda metade da década de 1990, e do surgimento da telefonia móvel. A rápida expansão da oferta de serviços e, consequentemente, o investimento em novas

tecnologias e a terceirização da maioria das atividades voltadas para o atendimento ao cliente – antes concentradas na própria empresa – fizeram aumentar o número de centrais de teleatendimento, também conhecido como *call center*. Este se caracteriza por um local no qual estão concentrados grupos de trabalhadores — em geral, muito jovens — com relativa qualificação e especialmente treinados para o atendimento telefônico e o manuseio de microcomputadores.

O trabalho realizado por esses atendentes implica o cumprimento de metas que são estipuladas a partir do denominado tempo médio de atendimento – TMA – cujo cálculo leva em conta o total das chamadas entrantes, o número de atendentes e a meta estabelecida pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). Dentre as medidas adotadas por essa agência reguladora, a empresa deve atender o cliente em um tempo máximo de 10 segundos, estando, assim, em acordo com o artigo 07 da Resolução 249/00. Para assegurarem o cumprimento dessa meta, muitas vezes as empresas de telefonia, ao invés de contratar mais trabalhadores, cobram dos seus atendentes maior rapidez, estabelecendo para eles um tempo médio menor de atendimento, como foi constatado na empresa cujo *call center* foi pesquisado. A meta deveria ser cumprida independentemente das contingências que pudessem ocorrer, fossem elas congestionamento de tráfego, falhas no sistema ou lentidão dos computadores.

O *call center* em questão tinha suas atividades centradas em telefonia móvel, um ramo cuja expansão ocorre num ritmo crescente no Brasil, e, por ocasião da pesquisa, funcionava com 176 atendentes, dentre os quais 152 eram de empresa terceirizada. A idade variava entre 18 e 22 anos, o que está em consonância com outros estudos realizados sobre a mesma categoria (Glina & Rocha, 2003). Em termos de escolaridade, 87% deles cursavam ou já haviam cursado o nível superior. Os demais tinham o ensino médio completo. Deste grupo, 14 atendentes apresentavam sintomas de LER/DORT e, dentre eles, oito se encontravam licenciados, quatro reabilitados e dois ainda seguiam trabalhando, apesar da identificação da doença.

Podemos notar, em relação aos trabalhos realizados tanto por bancários quanto por teleatendentes, que, guardando as devidas diferenças, eles se caracterizam por um conjunto de tarefas realizadas a partir de determinadas exigências de tempo e de ritmo, com vistas ao alcance de metas estipuladas pelas empresas. A definição de tais tarefas e metas não foi baseada na capacidade objetiva dos trabalhadores e, muito menos, foi resultado de sua ação participativa. Elas apenas atendem às novas exigências impostas pelas transformações no mundo da produção

e pelas políticas de sustentação desse momento do capitalismo. Para os trabalhadores, isto implica alterações brutais não só na forma de gerir as relações de trabalho — que passaram a ser pautadas, fundamentalmente, pela competição interna —, mas também no conteúdo de suas atividades, que se tornaram cada vez mais carentes de sentido intrínseco.

No caso dos bancários entrevistados, eles passaram a não encontrar mais sentido naquilo que fazem — como ocorria aos “mais antigos”, que definiam sua vida em torno da carreira bancária. O que restou foi muito mais a busca quase pura e simples do salário ao fim do mês, sem grandes expectativas de mudança, ao menos no contexto daquela empresa. Quanto aos teleatendentes, o objetivo principal se reduz, praticamente, à manutenção do emprego, tendo em vista o desemprego crescente que ameaça a todos.

No plano do trabalho propriamente dito, as tarefas realizadas tanto por teleatendentes como por bancários não são marcadas por uma repetição ininterrupta de movimentos e realizada em alta velocidade, típica de um digitador. Como se trata de atividades que exigem comunicação com clientes, a digitação será sempre interrompida em determinados momentos, argumento frequentemente utilizado por empresas de telecomunicações para não respeitarem a exigência de pausas regulares nos moldes determinados pela legislação quando se trata especificamente de quem lida fundamentalmente com digitação (Silva, 2004).

Cabe ressaltar, entretanto, que o fato de as atividades de bancários e teleatendentes não serem qualificadas como típicas de um digitador no sentido estrito da palavra não significa, necessariamente, eliminar a exigência de rapidez que envolve mãos e dedos e, além disto, não tira o trabalhador da posição estática diante do posto de trabalho. Essas características, somadas ao quadro de exigência e cobrança para a manutenção de produtividade com vistas a atingir metas, têm sido apontadas como responsáveis pelo adoecimento dos trabalhadores por LER/DORT.

O reconhecimento do impacto dessa forma de organização do trabalho na saúde dos trabalhadores tem forçado a busca de critérios reguladores de determinadas atividades laborais que envolvam o uso de microcomputadores. O Anexo II da Norma Regulamentadora 17 (NR-17), voltado especificamente para o trabalho em teleatendimento/telemarketing, expressa essa preocupação (SIT, 2006). O texto, divulgado para consulta pública, propõe, entre seus vários pontos, alguns que valem à pena ser destacados pela relação direta com o tema em questão: garantia de pausas regulares a cada 90 minutos trabalhados, incluídas na jornada e sem prejuízo do intervalo já previsto para alimentação; proibição de de-

terminados procedimentos que forcem o aumento da velocidade no atendimento; voto do uso de métodos que levem à pressão no trabalho, medo ou constrangimento, a exemplo do estímulo à competição entre trabalhadores ou entre grupos de trabalho; considera como fator de risco à saúde dos trabalhadores a fixação de metas incompatíveis com as condições e o tempo oferecidos, a monitoração contínua e excessiva de desempenho, incentivos monetários para aumento de produtividade etc.

Chama a atenção na proposta o conjunto de critérios relativos à exigência e ao controle excessivo no trabalho. Pode-se, com isso, depreender que há o reconhecimento de que a pressão exercida sobre os trabalhadores pode fragilizá-los e essa fragilização poderia contribuir para o adoecimento. Neste artigo, interessa discutir mais precisamente o resultado dessa fragilização e o que ocorre aos trabalhadores uma vez adoecidos por LER/DORT. O foco será então a longa jornada em busca de diagnóstico, de tratamento e, fundamentalmente, de reconhecimento da doença e de recuperação da sua capacidade de trabalho.

3. Trabalhadores (in)válidos em trabalhos estáveis ou instáveis: o desalento, a vergonha e o medo compartilhados

*O tempo é tudo, o homem é nada,
quando muito é a carcaça do tempo.*

Karl Marx – *A miséria da filosofia*

A política predominante do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) é não aposentar o trabalhador por LER/DORT, por não considerar a doença incapacitante, e sim, apenas, limitante. Diante disto, entra em cena o Centro de Reabilitação Profissional (CRP) visando preparar o trabalhador para o seu retorno ao trabalho. O CRP segue uma rotina de orientação e acompanhamento profissional do reabilitando, o que inclui atendimento individual, contatos com a empresa de origem para planejar treinamentos, inscrições em cursos profissionalizantes, prescrições de recursos como transporte e diárias.

Normalmente, há um extenso percurso para que o trabalhador chegue ao CRP em razão da necessidade de realocação num posto de trabalho. Quando se trata da LER/DORT, esse percurso pode ser ainda mais longo, pois, em geral, o trabalhador, ao perceber os primeiros sinais, retarda a busca de diagnóstico e tratamento, tentando resolver sozinho

seu problema. Quando este é diagnosticado, e caso seja determinado o afastamento por mais de quinze dias, o trabalhador será encaminhado a uma perícia junto ao INSS. É esta instância que define o tratamento, o acompanhamento e as novas avaliações para verificar se o trabalhador tem ou não condições de retornar às suas atividades habituais de trabalho. Se a conclusão for pela mudança de posto motivada pela não-recuperação integral de sua condição de saúde, o trabalhador, então, será encaminhado ao CRP para que possa iniciar sua preparação e treinamento, a fim de assumir novas funções na empresa de origem (LER/DORT, 2001).

Uma vez considerado reabilitado, o trabalhador com vínculo empregatício não-estável terá, por lei, doze meses de estabilidade na empresa após o seu retorno. Este retorno vem acompanhado de recomendações sobre o tipo de atividade que poderá executar, o que implicará, muitas vezes, a necessidade de exercer atividades ou funções diferentes daquelas que realizava por ocasião do adoecimento.

Em geral, o INSS determina o tempo de treinamento no novo posto de acordo com a complexidade das tarefas a serem assumidas pelo trabalhador. Ao final, é a empresa que avalia se ele está apto ou não ao retorno definitivo. Caso ela avalie que há a necessidade de maior período de treinamento, o INSS será comunicado, podendo ou não acatar a solicitação.

No que se refere ao trabalho dos bancários e dos teleatendentes, em se tratando de LER/DORT, as atividades deverão excluir o uso constante de microcomputadores, o que dificulta muitas vezes a realocação do trabalhador, na medida em que se trata de atividades para as quais esses equipamentos são recursos praticamente obrigatórios.

Uma vez tenha retornado às suas atividades laborais, o trabalhador é formalmente acompanhado pelo CRP durante o primeiro mês no novo posto, em geral definido a partir de um acordo com a empresa, que, após esse período, assume a responsabilidade pelo treinamento e avaliação juntamente com o próprio reabilitando. É nessa etapa que os medos se agudizam e o trabalhador se sente, muitas vezes, entregue à própria sorte e sujeito a situações de constrangimento.

Um dos primeiros receios dos trabalhadores, quando retornam à empresa, é o de não conseguirem se adaptar à nova situação, de não produzirem de acordo com as expectativas de seus superiores hierárquicos e de seus próprios colegas. Sabem, de antemão, que estarão em situação de inferioridade em termos de capacidade produtiva e, ao mesmo tempo, estarão também sendo cobrados a partir das metas definidas pela empresa. Em se tratando dos trabalhadores do setor privado, a exemplo dos tele-

atendentes, a incerteza é ainda mais aguda, pois sabem que, por lei, sua estabilidade termina após um ano do retorno ao trabalho.

Um outro problema experimentado por esses trabalhadores está relacionado ao fato de ter que lidar com tarefas tidas, em geral, como inferiores àquelas realizadas antes do adoecimento, quando não inúteis. O caixa-executivo e o atendente do segmento social do banco deixam seus postos de relativo reconhecimento e visibilidade para exercer atividades incompatíveis com seus conhecimentos técnicos, a exemplo do suporte ao serviço de "auto-atendimento" ou de algum setor de cobrança mais afastado do público e dos colegas.

Em relação aos teleatendentes da nossa pesquisa, o posto ocupado por trabalhadores reabilitados chegou a ser criado apenas com a finalidade de atender às exigências do INSS. Como um call center se caracteriza fundamentalmente por lidar com atividades que exigem o manuseio de microcomputadores, praticamente não há como alocar o trabalhador (então impossibilitado de digitar) em outra atividade. Daí a necessidade de praticamente "inventar" um posto de trabalho específico para os reabilitados por LER/DORT. Por conta disto, a empresa de telecomunicações investigada criou para os trabalhadores que se encontravam nessa condição o que chamou de "apoio", um conjunto de atividades que consistia em registrar horários de entrada, de saída e de lanche dos atendentes, oferecer suporte aos colegas diante de alguma dúvida durante o atendimento e registrar reclamações sobre equipamentos que apresentavam defeitos. Cabe esclarecer que essas atividades eram anteriormente realizadas pelos supervisores. O que os atendentes reabilitados passaram a fazer foi somente registrar em papel aquilo que os supervisores teriam que, obrigatoriamente, registrar depois em microcomputador.

O lugar que muitas vezes tais trabalhadores passam a ocupar na empresa, por ser considerado inferior e por indicar as restrições da capacidade produtiva, tende a ser, para eles, motivo de vergonha, sejam eles bancários ou teleatendentes. Percebem-se excluídos da categoria à qual pertencem por considerar-se incapazes de responder às exigências que antes lhes eram dirigidas e de competir por produtividade em igualdade de condições com os colegas saudáveis. Estes, por sua vez, tendem a apresentar dificuldades em lidar com aqueles que apresentam alguma limitação provocada pela LER/DORT.

Cabe ressaltar que, dentro de uma organização que visa, fundamentalmente, produtividade e lucro, não há meio termo: ou o trabalhador pode tudo ou nada pode; ou ele investe seu tempo e sua energia em benefício da empresa, ou então precisa ser, de alguma forma, descartado. A

flexibilidade que caracteriza o modelo de produção não vale para o trabalhador adoecido. O que vigora é a inflexibilidade: afinal, como afirma Barreto (2003), o que importa não é a saúde do trabalhador, mas apenas a saúde necessária à produção.

Na percepção dos trabalhadores que abordamos, não há, de fato, um novo posto de trabalho para os que estão em reabilitação ou já reabilitados. O que ocorre são ajustes nos postos de trabalho, ou a busca de tarefas adaptadas, ou mesmo "inventadas", que, muitas vezes, podem ser abandonadas, quando não há quem as ocupe. É comum trabalhadores, principalmente, bancários, retornarem, de modo gradativo, a atividades não-recomendadas, bem como a situações de cobranças que fazem desrespeitar as recomendações que poderiam manter sob controle os sintomas da LER/DORT. Isto, por si, mostra que o trabalho que faziam pode ser até mesmo descartado.

No caso do banco, por ser empresa pública e admitir trabalhadores por concurso, não há o risco da perda do emprego por causa de adoecimento ou de limitação da capacidade produtiva. Isso não impede, entretanto, que o trabalhador se sinta amedrontado e excluído. O motivo para estes sentimentos está em não conseguir acompanhar o ritmo de trabalho de seus pares, por não se sentir capaz de atender às exigências da empresa na forma como elas são impostas a todos e por não ter mais a mesma versatilidade para cumprir quaisquer demandas ou preencher alguma função que esteja de acordo com seu domínio técnico e com seu treinamento. Enfim, por se sentir inútil diante do que tem como tarefa e, ao mesmo tempo, saber que é capaz de trabalhar com competência em atividades qualificadas, mas que os deixem distantes do uso freqüente dos microcomputadores. O medo e a vergonha do bancário que pode permanecer na empresa é o de viver constantemente o que um trabalhador chamou de "síndrome do canto", uma vivência que soma ao sentimento de inutilidade a experiência do isolamento, da invisibilidade da tarefa e de seus resultados, portanto, de si mesmo como trabalhador diante dos próprios colegas.

Quanto ao *call center*, o sentimento de humilhação é também compartilhado por envolver, de modo semelhante, a realização de atividades desnecessárias, inúteis e sem sentido, que nada acrescentam ao trabalhador adoecido e a seus colegas saudáveis. Só que, aqui, o atendente sente-se fingindo que trabalha para justificar sua permanência no emprego e seu salário; sente-se envolvido num faz-de-conta compartilhado tanto por superiores como por colegas.

Nos dois casos, o que ocorre parece ser o que Barreto (2003) denomina de sentimento de "segregação destrutiva", provocada por uma

vivência num contexto de fronteira entre inválidos e sadios. O trabalhador sente-se violentado não só por ter sido roubado em sua capacidade de trabalho, mas também por não se sentir respeitado e aceito no grupo, pela vergonha ao perceber-se como uma espécie de “peso morto”, alguém que não conta como parte importante na busca da produtividade e no cumprimento das metas da empresa e do próprio grupo.

Na situação vivida pelo atendente de *call center*, soma-se à vergonha e ao sentimento de humilhação o medo de ser desligado tão logo finde sua estabilidade, porque daí resulta a dolorosa decisão sobre o que fazer e onde trabalhar. São trabalhadores muito jovens e já com sua capacidade de trabalho comprometida, que terão de enfrentar um mercado de trabalho competitivo, que exige cada vez mais habilidades exatamente naquilo que os levou ao adoecimento: o trabalho informatizado. Sabem, de antemão, que, entre jovens trabalhadores saudáveis e jovens trabalhadores já não tão saudáveis, a opção de uma organização recairá sempre pelo primeiro grupo, por sua capacidade de dedicação integral à produção e, portanto, à busca do crescimento dos seus lucros.

Diante do que foi exposto até aqui, é possível notar que o processo de reabilitação não tem facilitado a reinserção do trabalhador em suas atividades laborais. Também não tem preservado o trabalhador dos riscos de retorno dos sintomas da doença – uma vez que ela é somente controlável. Por fim, não tem protegido o trabalhador do risco de, diante do desemprego, não encontrar novos postos trabalhos.

Um conjunto de aspectos parece concorrer para a não-efetividade da reabilitação da LER/DORT. Um primeiro diz respeito ao desconhecimento, por parte dos integrantes das empresas das reais características e limites da doença. Nossas pesquisas, em consonância com outros estudos (Barros & Guimarães, 1999; Murofuse & Marziale, 2001; Gravina, 2005), apontam que parte do problema se deve a certa “invisibilidade” da doença, o que leva ao descrédito do trabalhador e de sua queixa e, muitas vezes, também ao tratamento ríspido dispensado por colegas e chefias. Aqui, tem-se a impressão de que há um pacto coletivo de silêncio, cegueira e surdez para não se perceber o sofrimento e a injustiça infligidos a quem está fragilizado, tal como entende Dejours (2005).

Um outro aspecto importante que dificulta a efetividade da reabilitação e o consequente retorno do trabalhador às suas atividades laborais é a existência de certa omissão das instituições de saúde envolvidas nesse processo. Do que se pode notar, não há uma política efetiva de esclarecimento aos trabalhadores, doentes ou não, sobre em que consiste a doença e sobre o que o trabalhador adoecido pode ou não realizar em termos de

trabalho. Uma prática de esclarecimento exigiria que os profissionais de saúde estivessem, de fato, convencidos de que a LER/DORT não pode ser tomada como uma simulação ou, mesmo, uma desordem de base psíquica; implicaria considerar a concretude dessa forma de adoecimento, incorporando seu caráter “invisível”, sua expressão não-palpável, como sua característica específica, e não como elemento a ser utilizado contra o trabalhador.

Um terceiro fator relevante é a ausência de planejamento de atividades adequadas dentro das organizações para a inserção dos trabalhadores adoecidos, o que evitaria a construção de uma percepção de inutilidade tanto por parte deles próprios quanto por aqueles que ainda se encontram saudáveis. As empresas deveriam ter condições de manter o trabalhador em outra função, ainda durante seu tratamento. Para tanto, elas teriam *“que ter postos de trabalho adequados, flexibilidade para receber pessoas com restrições laborais, política de prevenção e mudanças técnico-organizacionais, de forma a evitar o surgimento de novos casos”* (LER/DORT, 2001: 21).

Por fim, há ainda as dificuldades dos próprios sindicatos em tratar a saúde no trabalho como prioridade. Para Antunes (1995: 148), frente à crise que atingiu o mundo do trabalho, os sindicatos foram *“forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à ‘imediaticidade’, à ‘contingência’, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital”*. Em se tratando dos sindicatos dos bancários, por exemplo, o quadro de rápidas mudanças no setor, dentro de um contexto de desmobilização política e social, tem tornado sua atuação limitada a formas de denúncia que não se concretizam em conquistas, mesmo parciais, como mostram Druck et al. (2002). De modo geral, os sindicatos sentem-se atados diante do quadro de desemprego e da crescente precarização dos vínculos laborais que os obrigam a negociar até mesmo a manutenção dos salários e dos postos de trabalho já existentes. Diante disso, é o trabalhador quem, mais uma vez, segue desamparado.

O resultado dessa complexa situação soa um tanto desalentador. A empresa trata o trabalhador como objeto, como coisa; suga ao máximo o que ele tem a oferecer enquanto se mantiver saudável e, diante da exaustão de sua saúde, descarta-o por não ter mais o que aproveitar dele. Os profissionais de saúde, não raramente, o tratam como mais um caso de doença e não, necessariamente, como um trabalhador adoecido. Muitas vezes, dificultam o reconhecimento da doença ao duvidar da queixa, ao tratá-la como resultado de uma simulação ou invenção. O INSS o vê como um gasto, como razão de prejuízo para as contas públicas, e o CRP

como força de trabalho que precisa ser recuperada minimamente para voltar a ser utilizada.

Quanto ao trabalhador, ele já não se sente parte da organização na qual trabalha e nem do seu grupo de trabalho. No máximo, sente-se meio-trabalhador, ou o equivalente a "meia força de trabalho". Carrega consigo a velha dicotomia entre razão e sentimento: racionalmente, sabe-se capaz, mas, afetivamente, sente-se inválido. E, assim, são os sentimentos que parecem falar mais alto quando as empresas exigem que a rationalidade prevaleça. A esse trabalhador, quase sempre, resta sofrer, sozinho, sua dor física em razão da própria doença; suportar sua dor moral pela vergonha de não poder compartilhar com colegas e superiores sua produtividade em nível de igualdade; lidar com a dor da humilhação, do desalento e do medo.

4. Considerações Finais

Sabemos que as práticas mais adequadas para responder ao problema da LER/DORT são aquelas que investem em prevenção e criam condições de trabalho que preservem a integridade física e psíquica dos trabalhadores. Planejamento de móveis e equipamentos dentro de parâmetros ergonômicos; pausas regulares a cada período de trabalho ininterrupto; atividades diferenciadas, de modo a evitar a permanência numa mesma postura e a repetição dos mesmos movimentos — eis algumas medidas que deveriam ser adotadas para a prevenção da doença. Afora isto, é preciso reconsiderar as chamadas metas de produtividade dentro das organizações; o modelo de controle do trabalho; o incentivo à competição entre trabalhadores, cujo parâmetro é a competitividade entre as próprias empresas por uma determinada fatia de mercado, para seus produtos. Como dito anteriormente, a LER/DORT é resultado de um conjunto de fatores, dentre eles a pressão à qual estão submetidos os trabalhadores. Sendo assim, as mudanças nas situações de trabalho teriam que atingir, necessariamente, as políticas das próprias organizações em relação ao que produzem e a como produzem.

Uma condição ideal de trabalho, infelizmente, ainda não faz parte da realidade dos trabalhadores. Por esta razão, ela precisa integrar o rol de suas reivindicações, ao lado de exigências como a preservação dos postos de trabalho, a melhoria salarial, a manutenção dos direitos sociais e a participação nas decisões que resultem em mudanças tecnológicas.

O que está em tela nesta discussão, entretanto, é o processo de

reabilitação e de recuperação do trabalhador já adoecido. Então, nossa atenção precisa contemplar uma situação mais específica, que diz respeito a que fazer quando já temos uma queixa definida e já existe o reconhecimento dos fatores geradores dos sintomas que estão na base dessa queixa. Assim, as práticas e intervenções devem resultar do envolvimento de todas as instâncias com as quais o trabalhador, de algum modo, mantém vínculo, o que vai da empresa até a Previdência Social, passando pelas instituições de atenção à saúde, sejam elas públicas ou privadas, pelos órgãos de fiscalização, bem como os sindicatos.

As empresas caberia, ao menos, cumprir as exigências definidas pelo INSS em relação ao tratamento a ser dispensado a um trabalhador em reabilitação, envolvendo-o em atividades que possam, de fato, respeitar seus limites e, ao mesmo tempo, explorar, de forma saudável, aspectos de sua capacidade produtiva que não estejam comprometidos. Ao Estado, responsável pelas políticas de saúde efetuadas por instâncias como INSS e CRP, além de fiscalizações mais efetivas dos processos de reabilitação em curso, caberia a definição de políticas públicas claras que pudessem contribuir, efetivamente, para estabelecer critérios limitadores das exigências de produção e do controle do ritmo de trabalho, nos moldes sugeridos por Silva (2004) ao se referir à situação dos teleatendentes. Importa lembrar que há, ainda, no âmbito estatal, a responsabilidade pela inspeção dos locais de trabalho com vistas a garantir o cumprimento de normas relativas às condições e às relações de trabalho, atividade a cargo das Delegacias Regionais do Trabalho – DRTs. Estas podem atuar tanto de forma preventiva, ou seja, planejada, como também reativa, isto é, resultante de denúncias realizadas por trabalhadores, sindicatos etc.

As instituições de saúde, públicas ou privadas, que iniciam o processo de diagnóstico da doença, seriam necessários, por um lado, a devida atenção ao histórico de trabalho de quem as procura e, por outro, o respeito à queixa do trabalhador, para que se possa apontar, de modo seguro, o nexo entre a situação de trabalho e o acidente. Ao sindicato permanece a incumbência de reivindicar mudanças estruturais nas condições e processos de trabalho, exigir o cumprimento de resoluções já existentes no campo da saúde e da segurança e pressionar por novas regras que possam proteger os trabalhadores dos riscos provocados pelas metas e pelos ritmos impostos pelas empresas.

Cabe perguntar, a esta altura, qual o lugar ocupado pelos profissionais que atuam no campo da saúde. Aqui uma lembrança torna-se importante: são eles os responsáveis por avaliar, julgar e definir se o trabalhador está ou não doente. Entre aqueles que acompanham e orientam os tra-

lhadores em processo de recuperação estão médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e terapeutas ocupacionais. Esses profissionais podem estar no INSS, no CRP, nos consultórios privados, nos ambulatórios, nos CRST, nas empresas e, algumas vezes, também nos sindicatos. Obviamente, são muitas as restrições que sofrem em razão das regras e das exigências normativas que cada instituição ou organização tem. É claro, também, que sua avaliação, julgamento e prescrição seguem critérios específicos para definir quando se trata de doença ocupacional, de limitações laborais ou de incapacidade.

Entretanto, até onde se sabe, não há restrições no que diz respeito a tratar o trabalhador como uma *pessoa doente*, quando for o caso, ao invés de lidar apenas com sua *doença*. Nesse sentido, se considerarmos o trabalhador a partir do que ele é como pessoa e de como sente sua dor — uma dor que, por ser singular, é intransferível —, seguramente o tratamento dispensado será diferente daquele que foca apenas a doença, o sintoma, ou, quando muito, o sujeito que porta determinada força de trabalho.

Se, muitas vezes, não podemos forçar mudanças estruturais que atinjam de modo direto e contundente as políticas tanto das empresas quanto do próprio sistema de saúde, podemos, ao menos, atuar de modo mais crítico, partindo de concepções mais consequentes em relação à saúde, à doença, ao sofrimento e à dor e, fundamentalmente, considerando a vivência das pessoas que experimentam as agressões das condições de trabalho e de vida e que, por isto, expressam determinada forma de adoecimento.

A nosso ver, juntamente com a construção de novos conhecimentos sobre os processos de adoecimento relacionados às situações de trabalho e à busca de planejamento de políticas de prevenção e de intervenção baseadas nestes conhecimentos, é necessário promover mudanças no olhar e na atuação de profissionais que lidam com os trabalhadores, principalmente aqueles que têm como alvo principal a saúde. Isto porque considerar a queixa de um trabalhador como sofrimento legítimo, específico e digno de nota em toda a sua complexidade, e não apenas como mais um registro realizado em prontuário sob a frieza dos códigos do CID 10 (Código Internacional de Doenças), pode ser fundamental não só para a compreensão das especificidades da doença, mas também para conhecermos a amplitude com que ela tem atingido os trabalhadores.

Tomando a LER/DORT como referência, se a invisibilidade dos sinais que indicam sua existência for considerada como parte do problema; se a vivência dos trabalhadores que sofrem for considerada fundamental para o diagnóstico, a definição de tratamento e a recuperação; se o olhar

dos profissionais de saúde não estiver centrado na dúvida sobre o estatuto da doença (portanto, na dúvida sobre a queixa do trabalhador doente) — se todas essas condições forem atendidas, seguramente estaremos colaborando não só para implementar políticas que de fato recuperem e realoquem trabalhadores, mas também estaremos oferecendo munição importante para que reivindiquem mudanças reais em suas condições de trabalho.

Notas

¹ Este artigo é uma versão ligeiramente modificada de um trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Economia Política e no I Encontro Nacional de Política Social, ocorridos entre 13 e 16 de junho de 2006, em Vitória-ES.

² Definição oferecida pela Divisão de Atividades Previdenciárias (DAP), em 1997 – conforme *Diário Oficial da União* de 11 jul. 1997, citado por Barros e Guimarães (1999: 82).

³ As informações sobre os bancários foram levantadas por Sylvia Helena da Ponte Acári e integram a pesquisa realizada para sua dissertação de mestrado, intitulada *Reestruturação bancária, LER/DORT e suas repercussões na reabilitação* (2006). Em relação aos telespectadores de *call center*, os dados aqui utilizados foram colhidos por Adna Oiridéia Rabelo dos Santos e também fundamentam sua dissertação de mestrado intitulada *O trabalho do atendente de call center – adoecimento por LER/DORT e descartabilidade*, essa realizada com bolsa do CNPq (2006). Parte da discussão apresentada neste artigo está baseada em análises contidas nessas dissertações.

Referências Bibliográficas

- ACÁRIO, S. H. da P. (2006) *Reestruturação bancária, LER/DORT e suas repercussões na reabilitação*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.
- ANTUNES, R. (1995) *Adeus ao trabalho – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- _____ (2000) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- _____ (2006) *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- BARRETO, M. M. S. (2003) *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhação*. São Paulo: EDUC.
- BARROS, C.A. & GUIMARÃES, L. A. M. (1999) Lesões por Esforços Repetitivos – LER. In: GUIMARÃES, L. A. M. & GRUBITS, S. *Saúde mental e trabalho* (pp. 73-85). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- BORSOI, I C. F. (2005) *O modo de vida dos novos operários: quando o purgatório se torna paraíso*. Fortaleza: Ed. UFC.
- BORSOI, I. C. F.; RUIZ, E. M. & SAMPAIO, J. J. C. (1995) Trabalho e identidade em telefonistas. In: CODO, W. & SAMPAIO, J. J. C. (Orgs.). *Sofrimento psíquico nas organizações: Saúde mental e trabalho* (pp.152-173). Petrópolis: Vozes.
- BREDER, A. (2006) *O teleoperador expert*. Acessado em 28 de fevereiro de 2006, de <http://www.callmunity.com.br>
- CASTEL, R. (1998) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.

DEJOURS, C. (2005) *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

DRUCK, G. (2002) *Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho*. Caderno CRH. Dossiê: Trabalho, Flexibilidade e Precarização Salvador, 37, jul/dez, 11-22.

_____ ; GODINHO, L. F.; JESUS, S. de.; OLIVEIRA, L. P.; BARRETO, T.; BARRETO, B. (2002) *Bancário: um emprego de múltiplos riscos*. Caderno CRH. Dossiê: Trabalho, Flexibilidade e Precarização. Salvador, 37, jul/dez, 217-233.

GLINA, D. M. R. & ROCHA, L. E. (2003) *Fatores de estresse no trabalho de operadores de centrais de atendimento telefônico em um banco em São Paulo*. Rev. Bras. Med. Trab., Belo Horizonte, 1 (1) jul/set., 31-39.

GRAVINA, M. E. R. (2005) *Bancários com LER (Lesões por Esforços Repetitivos) e sua reabilitação profissional: possibilidades e limites no retorno ao trabalho*. Programa de Pós Graduação em Saúde Pública. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

GRISCI, C. L. I. & BESSI, V. G. (2004) *Modos de trabalhar e de ser na reestruturação bancária*. Sociologias. 12, jul./dez., 160-200

HIRATA, H. & PRÉTECEILLE, E. (2002) *Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França*. Caderno CRH. Dossiê Trabalho, Flexibilidade e Precarização. Salvador, 37, jul/dez, 47-80.

LER/DORT (2001). *LER/DORT Dilemas, polêmicas e diávidas* (23 p.). Brasília: Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Acessado em 13 setembro de 2003, de <http://www.brasgolden.com.br>.

LIMA, M. E. A. (1997) A dimensão psicológica. In: LIMA, M. E. A.; ARAÚJO, J. N. G. de & LIMA, F. de P. (Orgs.) A. L.E.R. *Lesões por Esforços Repetitivos: dimensões ergonômicas e psicossociais* (pp.

49-60). Belo Horizonte: Ed. Health.

MERLO, Á. R. C. & BARBARINI, N. (2002) *Reestruturação produtiva no setor bancário brasileiro e sofrimento dos caixas executivos: um estudo de caso*. Psicologia & Sociedade; 14 (1) jan./jul, 103-122.

MUROFUSE, N. T. & MARZIALE, M. H. P. (2001) *Mudanças no trabalho e na vida de bancários portadores de Lesões por Esforços Repetitivos: LER*. Rev. Latino-Am Enfermagem..9 (4), 19-25.

SANTOS, A. O. R. (2006) *O trabalho do atendente de call center – adoecimento por LER/DORT e descartabilidade*. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Dissertação Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

SANTOS, B. de S. (org.) (2004) *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. S. Paulo: Civilização Brasileira.

SATO, L. & BERNARDO, M. H. (2005) *Saúde mental e trabalho: os problemas que persistem*. Revista Ciência & Saúde Coletiva. 10 (4), Out./Dez. Rio de Janeiro. Acessado em 04 de fevereiro de 2006, de <http://www.scielo.br/scielo.php>

SILVA, A. M. da (2004) *A regulamentação das condições de trabalho no setor de teleatendimento no Brasil: necessidades e desafios*. Programa de Pós Graduação em Saúde Pública. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

SIT (2006) (17 de março) *Secretaria de Inspeção do Trabalho - Portaria Nº 153, de 14 de março de 2006*. Diário Oficial da União (80-82). Brasília.

Izabel Cristina Ferreira Borsoi
e-mail: cristinaborsoi@uol.com.br

Adna Oiridéia Rabelo dos Santos

e-mail: adnarabelo@yahoo.com.br

Sylvia Helena Araújo Acário

e-mail: shapa@terra.com.br

- *recebido em 08 de outubro de 2006.*
 - *aprovado em 14 de janeiro de 2007.*

MST e consciência de classe: estudo a partir da trajetória de vida de um militante

Fernando Lacerda Júnior

Raquel Souza Lobo Guzzo

Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica Campinas

Apoio: Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo

Resumo

O objetivo deste trabalho foi o de discutir e problematizar a relação entre sujeito e história, assim como elementos associados com a participação em movimentos sociais, a partir da análise da trajetória de vida de um militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), buscando compreender elementos associados com seu envolvimento em um movimento social. O referencial teórico discute a relação dialética entre subjetividade e objetividade, por meio das categorias classe social, consciência de classe, psicologia de classe e vida cotidiana. Uma breve história sobre a questão agrária no Brasil, a constituição do MST e desafios atuais para o movimento são apresentadas, bem como algumas problemáticas existentes no movimento apontadas por estudos da psicologia social sobre o mesmo. Para analisar a trajetória de vida do participante da pesquisa partiu-se do método de histórias de vida e utilizou-se uma entrevista semi-estruturada. Na análise organizou-se o conteúdo, de modo a superar impressões imediatas e desvendar temáticas que surgem da narrativa. O texto foi construído tendo como base a organização em unidades temáticas articuladas com o referencial teórico. Os temas predominantes na entrevista foram: trabalho e mercado, família e participação no MST. As considerações finais problematizam algumas questões levantadas pelo sujeito pesquisado: (1) como se dá a sua inserção na sociedade; (2) conexões entre consciência cotidiana e consciência de classe; (3) as possibilidades de mudanças sociais para o participante e para o MST.

Palavras-chaves

Vida cotidiana; consciência de classe; questão agrária; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Landless rural workers movement and class consciousness: study of a life history trajectory of a militant

Abstract

The aim of this paper was to discuss the relationship between subject and history and elements associated to the process of engagement in social movements, using as a source the life trajectory of a militant from the Landless Rural Workers Movement (MST) militant. The theoretical considerations discuss the dialectic relationship between subjectivity and objectivity, social class, class consciousness, class psychology and everyday life. A brief history about the agrarian question in Brazil, the development and actual tasks of MST, and issues raised by social psychology studies related to MST are presented. An semi-structured interview was made using the contributions of the life-story method. The content analysis aimed to surpass immediate impressions and created themes which appeared on the participant's narrative. The main themes identified in the interview were: labour and market, family, and engagement on MST. The discussion reflects about: (1) the insertion of the subject in the society; (2) connections between everyday life consciousness and class consciousness; (3) possibilities of social change for the subject and the MST.

Keywords

Everyday life; Landless Rural Workers Movement (MST); class consciousness; agrarian question.

1. Introdução

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de Iniciação Científica mais ampla que buscou analisar as relações entre indivíduo e sociedade, por meio das histórias e experiências dos sujeitos. O objetivo específico desta pesquisa foi o de investigar e conhecer sobre como sujeitos ingressavam em movimentos coletivos com o intuito de melhorar suas condições de vida. Para tal, focalizou-se como eles construíram sua existência, o que enxergam como necessidades para a sua vida e como pretendem realizá-las a partir do ponto em que estão. Isto é, buscou-se explorar a consciência que o sujeito possui de si e da sua relação com a sociedade analisando escolhas, necessidades, projetos, mudanças, a influência dos movimentos coletivos sobre a vida do indivíduo, expressos em suas narrativas sobre a vida.

O estudo das experiências e conhecimentos destes indivíduos pode contribuir para o que Martín-Baró (1998) chamou de desideologização: desmascarar a ideologia que naturaliza a história, pesquisar mecanismos que mantém a sujeito alienado frente a sua própria realidade e elaborar um conhecimento que permita à população objetivar suas necessidades e transformar sua realidade.

A escolha dos participantes dessa pesquisa partiu do critério de que os mesmos deveriam participar ou ter participado de algum tipo de atividade coletiva. Definimos este critério, porque partimos do entendimento de que a relação entre sujeito e história, expressa nas narrativas dos participantes da pesquisa, é enriquecida a partir do momento em que o sujeito busca interferir ativamente sobre a história. Isto porque a atividade política, tal como Heller (1987) a define, é um fazer realizado com a consciência de um nós, se dá em prol dos interesses de uma determinada integração social (Estado, classe, etc.). Trata-se de uma objetivação que põe os seres singulares em contato com o gênero humano possibilitando a suspensão temporária do cotidiano. Pessoas que exercem ou exerceram algum tipo de atividade política podem ter alcançado algum grau de desenvolvimento genérico, pois precisam pensar sobre interesses que vão para além da esfera da mera reprodução de sua vida cotidiana.

Suspender a vida cotidiana envolve passar da esfera de uma existência em-si a uma existência para-si. Quando se fala de uma existência em-si está se afirmado que determinado aspecto da realidade tem uma existência que se realiza sem qualquer consciência, enquanto o ser-para-si é marcado pela penetração da práxis consciente do sujeito (Heller, 1987; Lukács, 1979). Não se esperou aqui que os participantes da pesquisa al-

cançassem o máximo de desenvolvimento genérico, mas definiu-se como critério para a escolha dos participantes a participação destes em atividades políticas, isto é, uma atividade genérica.

Neste artigo analisaremos apenas um dos participantes da pesquisa, cuja trajetória está marcada pela particularidade de participar do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). As especificidades do método utilizado para a pesquisa e a narrativa espontânea produzida pelo sujeito nos levaram à decisão de realizar uma análise separada deste sujeito, pois a sua trajetória é permeada pela luta para a sobrevivência e contradições do sistema de reprodução capitalista que impuseram mudanças bruscas em sua vida e ao engajamento político em um movimento social.

A luta do sujeito individual está, intrinsecamente, marcada pelos desafios de um sujeito coletivo, de uma classe social subalterna que tem no MST uma de suas expressões. Isto é, desafios, limites, contradições e conquistas na trajetória de vida do participante e do MST existem em determinação reflexiva, não podendo ser possível pensar as problemáticas da vida do sujeito individual, sem pensar desafios e perspectivas mais gerais para o MST. Desta forma, discutiremos como um indivíduo que participa de um movimento social o qual expressa as necessidades imediatas e mediadas de uma classe social subalterna, enxerga a sua própria trajetória de vida, suas necessidades, seus projetos, desafios e o papel que o movimento social exerceu sobre sua vida. Em nossa análise buscamos refletir sobre três problemáticas centrais na trajetória do sujeito participante da presente pesquisa: (1) as limitações e coações impostas às possibilidades de desenvolvimento do sujeito; (2) as relações entre as representações e as práticas do sujeito com a sua participação e atuação no MST; (3) as possibilidades de ruptura e superação da ordem, dadas ao sujeito e ao MST.

Diante do exposto, a estrutura deste artigo divide-se em uma fundamentação teórica mais geral em que procuraremos explicitar a nossa compreensão sobre a relação entre sujeito e história, dando ênfase à relação indissociável entre o indivíduo singular imerso na vida cotidiana, sua situação de classe, a expressão disto nas lutas de um movimento social e na forma como os desafios do movimento passam a fazer parte da vida do indivíduo.

Em seguida, realizaremos uma breve apresentação histórica sobre o MST, suas raízes estruturais e desafios atuais, pois este conjunto de problemas está associado aos desafios colocados para a vida do sujeito individual estudado. Neste primeiro momento, faremos uma análise geral sobre a constituição história da questão agrária no Brasil e o desenvolvimento do MST e, logo em seguida, passaremos às análises realizadas por algumas revisões bibliográficas que trabalharam com o ponto de vista dos

participantes do MST sobre algumas temáticas importantes nas fileiras do movimento. Tal apresentação justifica-se por nossa preocupação em superar análises que se restringem à esfera singular, mas sem eliminar o papel do sujeito na história em análises “sociologizantes”. Por fim, passaremos à apresentação do método utilizado pelo presente estudo e à análise e discussão das temáticas que surgiram da entrevista em articulação com os nossos eixos teóricos.

2. Indivíduo, vida cotidiana, psicologia e consciência de classe

Entendendo, tal como Lane (1987; 2001), que a psicologia social busca estudar a relação entre indivíduo e sociedade, historicamente, desde as relações sociais de produção, podemos afirmar que no âmago desta compreensão está um problema central em qualquer ciência social: a relação entre sujeito e estrutura.

Qualquer teoria social ou psicológica aborda, de alguma forma, a relação entre o sujeito individual e a sua estrutura social. Pensar criticamente esta relação é condição para não recair em reducionismos sociologistas ou psicologistas que anulam o sujeito, tomam a estrutura em sua aparência imediata ou que secundarizam a estrutura para afirmar uma liberdade imanente do sujeito (Ratner, 1971).

Neste trabalho, partimos da perspectiva dialética, isto é, entendemos que sujeito e objeto são processualidades históricas, em permanente desenvolvimento contraditório. A compreensão que temos da dialética, provém da tradição marxista, a qual tem como peculiaridade central, a perspectiva da totalidade. Cada objeto é parte de um todo, no qual as suas diferentes partes constituintes só existem em relação. O marxismo “tem sempre em vista a totalidade do ser social e a utiliza como medida para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular” (Lukács, 1979, p.27).

A totalidade é um complexo uno e unitário, ainda que contraditório e em permanente movimento, sem o qual as partes analisadas perdem qualquer sentido. A análise do mais singular dos objetos precisa estar inserida no permanente processo de mudança histórica do ser social – o movimento é sempre de uma forma de ser – e, portanto, as categorias sempre existem em determinação reflexiva (Konder, 2003; Lessa, 2000; Lukács, 1979).

Este entendimento parte da concepção histórica de homem, cuja expressão mais clara é a VI tese sobre Feuerbach, formulada por Marx

(s/d p. 209): “a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado. É, em sua realidade, o conjunto das relações sociais”. Tais relações sociais são mais do que relações de interação social imediata entre indivíduos, mas são relações sociais de produção que colocam a exigência de partirmos da divisão social do trabalho, para realizar qualquer análise individual.

Martín-Baró (2004), considerando a contribuição teórica de Marx, afirma que as relações sociais de produção são relações estruturais, isto é, predominam na determinação de toda a vida de uma pessoa e a principal categoria de análise destas relações é a classe social, pois esta condiciona todos os demais vínculos e problemas humanos. Na mesma perspectiva, Montero (1980) afirmava:

“Todos los problemas son problemas de clase, se dan en ella y por ella; por tanto, no es posible pensar que la gente se plantee, por ejemplo, el problema de la vivienda y el problema de la alimentación separadamente, porque el pensar en que es proletario o es capitalista es un asunto diferente. La gente se plantea el problema de vivir en una quinta o en un apartamento cómodo, o de conseguir un rancho propio o alquilado, porque pertenece a una determinada clase que le indica cuál es el medio accesible para satisfacer sus necesidades y cuáles son los valores por los que debe orientarse” (Montero, 1980, p. 318).

Martín-Baró (2004), a partir da obra marxiana, destaca que uma classe social possui três elementos básicos: o papel do modo de produção de cada sociedade dividindo as pessoas com interesses e modos de vida diferentes ou mesmo opostos; uma classe social só existe inserida na luta de classes que, por sua vez, é fundamental na definição de cada formação social; e, por fim, o pertencimento de um indivíduo a uma classe social não depende da vontade subjetiva. Estas considerações do autor servem para criticar uma série de estudos – realizados principalmente pela sociologia e pela antropologia norte-americana – que são marcados pelo subjetivismo metodológico e buscam definir classe social, a partir da posição que o indivíduo atribui a si mesmo na sociedade.

“Cuando el influjo de la clase social pretende encontrarse en el saber consciente de las personas, la realidad objetiva de la clase social pierde sus contornos: sin duda las personas suelen considerar que existen diferencias sociales en el sentido de

diversos estratos o grupos diferenciados en la jerarquía social, pero esta diferenciación no constituye ni mucho menos una conciencia de clase en el sentido estricto del término ni coincide frecuentemente con los estratos que se pueden distinguir en base a datos sociales objetivos (los llamados indicadores sociales). (...) Puede que el saber consciente sobre las clases sociales sea importante en aquellos que lo poseen y, en este sentido, no haya que menospreciar este dato; pero ¿se puede afirmar que las clases sociales no influyen en el pensar, sentir y hacer de quienes no son conscientes de su existencia o no creen pertenecer a alguna de ellas? La respuesta es no” (Martín-Baró, 2004, pp. 84-85).

No entanto, cabe notar que a análise das relações estruturais também não deve partir de um tipo ideal abstrato, que é generalizado para qualquer sociedade, mas sim do estudo de uma determinada formação social localizada em um período histórico específico. A definição de uma classe social depende, fundamentalmente, da posição que a parte ocupa no todo. A classe social de um indivíduo não se define por critérios de estratificação social, mas pelo papel que ele desempenha no processo de produção. “São as diversas inserções dos indivíduos na estrutura produtiva de uma sociedade que diferenciam as classes entre si: é a função que exercem na reprodução social, o fundamento material da distinção entre as classes.” (Lessa, 2003, p.267-8).

Da análise das classes sociais, Martín-Baró (2004) cita categorias (psicologia de classe, consciência de classe e etc.) que, por um lado, superam qualquer noção em que a subjetividade seria um efeito linear de condições objetivas e, por outro lado, não negam a relação entre subjetividade e objetividade. Assim, o autor define psicologia de classe:

“La psicología de clase consiste en aquellas formas de pensar, sentir, querer y actuar propias de los individuos que pertenecen a las diversas clases sociales históricas. La psicología de clase es un producto histórico constituido por formas empíricas que dependen de la situación en que se pueden manifestar o no, según los casos, los intereses de esa clase social” (Martín-Baró, 2004, p. 101).

Nesta perspectiva não há qualquer supressão do papel da consciência na constituição da realidade. Ela é central para entender os processos histórico-sociais em uma sociedade dividida em classes. A diferença entre

classe social que existe *em si* (sem que seus membros tenham consciência disto) e classe social que existe *para si* (quando há consciência de classe) só pode ser devidamente compreendida tomando como objeto de análise a consciência.

A psicologia de classe não é o mesmo que consciência de classe. Esta é a forma de consciência em que o sujeito não responde passivamente à história, mas busca apreendê-la para, intencionalmente, mudá-la com o fim de libertar-se de condições opressivas e de exploração. Desta forma, somente há identidade entre psicologia de classe e consciência de classe, quando a consciência do sujeito está em consonância com os interesses objetivos de sua classe social. Quando não existe consciência de classe, os interesses objetivos de uma determinada classe social podem estar em clara contradição com a psicologia de classe de uma pessoa.

Em síntese, o que buscamos apresentar com esta reflexão, é que a existência do homem é sempre enquanto ser singular e enquanto ser genérico. Heller (1987), afirma que as atividades do indivíduo, enquanto ser singular, voltam-se para a sua auto-reprodução, para a satisfação de suas necessidades individuais, ao passo que enquanto ser genérico ele é o conjunto de suas relações sociais, herda e preserva o desenvolvimento humano¹. A vida cotidiana, portanto, é o conjunto de atividades necessárias para a reprodução dos homens singulares e a reprodução destes é condição para a reprodução social. A alienação passa a existir justamente quando há um abismo entre as atividades necessárias para a reprodução do indivíduo singular e o processo de desenvolvimento do gênero humano.

Na vida cotidiana², o sujeito tem uma compreensão imediata das coisas. Porém, quando o sujeito suspende, temporariamente, a vida cotidiana pode-se passar de uma consciência espontânea para a consciência de classe e ao retornar à vida cotidiana enriquecê-la (Heller, 1987).

Sendo a vida cotidiana o ponto de partida e de chegada da consciência de classe, pode-se dizer que não existe uma fronteira rígida entre a consciência cotidiana e a consciência de classe. Não há como entender esta, sem a compreensão das formas imediatas de consciência do homem no âmbito de sua vida cotidiana, assim como a possibilidade de passagem de uma consciência espontânea para uma consciência emancipada ou o inverso.

"Se o indivíduo é expressão da singularidade e o gênero humano é uma dimensão de universalidade, a classe é a mediação que particulariza os seres sociais que vivenciam condições de similitude em sua existência concreta, no mundo da produção e reprodução social. A consciência de uma classe é, pois a articulação complexa,

comportando identidades e heterogeneidades entre singularidades que vivem uma situação particular. Essa consciência do ser que trabalha é, portanto, uma processualidade, algo em movimento, em seu ir-sendo. Neste longo complexo, tortuoso percurso, com idas e vindas, encontra-se ora mais próximo da imediatidate, do seu ser-em-si-mesmo, da consciência contingente, ora mais próximo da consciência auto-emancipadora, do seu ser-parasi-mesmo que vive como gênero, que busca a omnilateralidade, momento por certo mais difícil, mais complexo, da universalidade autoconstituinte” (Antunes, 2005, p. 119).

Em síntese, buscou-se aqui apresentar uma concepção de homem e de sociedade em que ambos são incompreensíveis de forma separada. Dentro da perspectiva marxista, a compreensão do sujeito individual, sem uma referência à sua situação de classe e à gênese histórico-social da mesma, só pode ser um reducionismo que resulta em uma concepção abstrata e metafísica de homem. Os projetos, as necessidades, os dilemas, as decisões tomadas pelo sujeito participante de nossa pesquisa, só podem ser compreendidas dentro das problemáticas gerais colocadas para o campesinato em uma sociedade capitalista.

3. O MST e o capitalismo no Brasil³

Os camponeses têm seus processos de vida marcados pela tradição e por relações estáveis, tal como é a sua relação com a terra. Todavia, após o advento e expansão do capitalismo e a introdução deste modo de produção em países que tinham, predominantemente, uma população camponesa, ocorreram enormes mudanças na vida desta classe social. Tal processo cria enormes desafios e situações de conflitos sociais em que o campesinato desempenha um papel central (Wolf, 1984).

Tal como Ianni (1985) afirma, a condição camponesa é a de uma classe social subalterna, constituída por elementos heterogêneos e contraditórios que têm como centro a terra. Os camponeses:

“Compõem-se de unidades familiares de produção, dispondo de alguns meios de produção, além da força de trabalho. Estão altamente determinados pela terra, como objeto e meio de produção. Uns são sitiantes, outros posseiros; uns parceiros, outros arrendatários. Muitos combinam a produção para o

consumo e o comércio; alguns exclusivamente para o comércio; outros exclusivamente para o consumo. Todos convivem de permeio a latifúndios, empresas, fazendas, usinas, reservas e parques indígenas, além de outras formas de organização do trabalho” (Ianni, 1985, p. 38).

A história do desenvolvimento do MST está, intrinsecamente, ligada aos desafios criados pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil para os camponeses. Desta mesma forma, o MST é fruto de processos históricos que impediram a reforma agrária e foi dentro de um contexto muito particular, que se tornou o maior movimento social brasileiro dos anos 90 (Coletti, 2005; Pinassi, 2005).

A questão agrária no Brasil é marcada pela existência de grandes latifúndios que perduraram graças à modernização conservadora. Diferentemente do que ocorreu, por exemplo, na Revolução Francesa com a derrubada das forças conservadoras pela burguesia para a implantação do capitalismo, a modernização no Brasil é próxima, ainda que não idêntica, à via prussiana: ela se dá pela acomodação das forças vigentes e do latifúndio, ao invés de sua superação e destruição por meio de uma revolução burguesa. A implementação hiper-tardia do capitalismo no Brasil se dá por uma via colonial: uma modernização realizada pelo alto e voltada ao atendimento das necessidades expansionistas das nações imperialistas (Chasin, 1977).

Assim: “os latifúndios subsistem e se convertem paulatinamente em base da exploração capitalista da terra; mantêm-se igualmente por decênios seu predomínio político e a pressão, humilhação, miséria e ignorância dos camponeses” (Ribeiro, 1978, p. 148).

As consequências deste processo histórico perduram até hoje: 1% do total dos imóveis registrados no Brasil ocupa 153 milhões de hectares – o que equivale a quase metade do tamanho somado pelas propriedades que compõem os 99% de imóveis registrados restantes. Nestes 153 milhões de hectares, planta-se somente em 14% da área agricultável e 48% são ocupados com criação de gado (Pinassi, 2005).

A manutenção deste quadro traz grandes consequências para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil no campo e na cidade. O maior período de crescimento industrial e de urbanização se deu entre os anos 50 e 60. Neste período, os custos de reprodução da força de trabalho urbana eram altos, pois a produção de alimentos baratos pelo setor agrícola era reduzida, visto que o latifúndio era usado como reserva de valor

independentemente da terra ser produtiva ou não. Ao mesmo tempo, as organizações sindicais dos trabalhadores rurais, organizadas ao longo de toda a primeira metade do século XX, em conjunto com alguns movimentos reformistas conquistaram alguns direitos parciais, como o Estatuto do Trabalhador Rural. A resposta das oligarquias rurais foi a expulsão massiva dos trabalhadores rurais que residiam nos latifúndios, por meio de relações de caráter clientelístico com os grandes proprietários. Estes trabalhadores expulsos tornam-se trabalhadores volantes (os chamados bóias-frias) em uma situação de extrema precarização e ausência de qualquer trabalho, ou migram para as cidades causando um êxodo rural que ocorre com uma intensidade maior do que a capacidade do setor urbano-industrial de criar empregos⁴ (Coggiola, 1999; Romeiro, 2004).

Desde esse período até a primeira metade dos anos 80 os interesses dos grandes latifundiários, passam ao associar-se com os de proprietários da indústria de insumos e equipamentos agrícolas que levaram à redução da mão-de-obra necessária para as operações agrícolas: “as motivações profundas e reacionárias, que levaram os grandes proprietários a modernizar suas lavouras, se transmutaram aos olhos da sociedade em motivações progressistas, fortemente apoiadas pelo Estado através de toda a sorte de subsídios e incentivos” (Romeiro, 2004, p. 123).

O que se pode ver é uma intensificação do processo de territorialização do capital e, consequentemente, uma crescente integração do campo com a cidade. O processo de industrialização da produção agrícola, hoje apresentado como o agronegócio, é exemplo claro disto. Este processo permitiu que a produção no campo aumentasse, mesmo sem a realização da reforma agrária, ao contrário o que ocorreu foi um crescimento constante da concentração fundiária desde os anos 40 que se mantém até o presente. O agronegócio, nada mais é que a continuidade do desenvolvimento da agropecuária capitalista, com a diferença de que aumenta a produtividade em áreas menores, mas sem romper com a estrutura agrária vigente no Brasil (Cavalcante & Fernandes, 2006; Fernandes, 2005; Oliveira, 2004).

Porém, o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo não leva ao desaparecimento do pequeno produtor familiar camponês. Ao mesmo tempo em que cresceu a produtividade do latifúndio, desde os anos 80, cresceu o papel da produção do pequeno produtor familiar – principalmente no abastecimento do mercado interno de alimentos. Diversos camponeses recusam a proletarização e por meio do estabelecimento de relações de trabalho não-capitalistas com grandes latifundiários, lutas sociais pela reforma agrária e outros meios, continuam a subsistir no campo

(Oliveira, 2004; Romeiro, 2004). Este processo dramático é apresentado claramente por Fernandes (2001):

“a existência do campesinato é consequência da sua luta heróica contra a expropriação e a proletarização, causada pelo desenvolvimento do capitalismo, no movimento de criação e recriação do campesinato no processo de diferenciação. Esse é um processo contraditório que acontece por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Desse modo, a formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das condições de realização do trabalho familiar, criação/destruição/recriação das relações sociais como a propriedade camponesa, a posse, o arredamento, a meação e a parceria. Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo. Dessa forma, pode-se compreender a destruição do campesinato pela territorialização do capital, bem como o processo de recriação do campesinato, onde o capital se territorializou” (Fernandes, 2001:30-31).

Permeando todo o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, estão as lutas sociais. A primeira metade do século XX é marcada por diversas lutas pela posse da terra, mas poucas conseguiram ultrapassar o nível local. Nos anos 40, começam a se estabelecer as primeiras organizações sindicais, que culminarão com o desenvolvimento das ligas camponesas entre os anos 50 e 60. Estas conseguirão dar um caráter nacional para as suas lutas, porém sofrerão uma enorme derrota com o golpe militar de 64 (Coggiola, 1999).

A criação do MST tem como pano de fundo tal situação e as diversas lutas no campo e na cidade, que ocorriam desde os anos 70, quando a ditadura começava a entrar em crise. Em 1984 é realizado o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que resulta na fundação do MST. Neste processo há grande contribuição da esquerda católica, especialmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de diversos pequenos movimentos sociais de caráter regional, principalmente aqueles que rompem com o sindicalismo rural conciliacionista (Coggiola, 1999; Coletti, 2005; Löwy, 2001).

O MST é um movimento heterogêneo, tanto em sua composição quanto em suas formas de luta. Em suas fileiras existem pequenos agricultores sem-terrás, subempregados e desempregados rurais ou urbanos. Os seus movimentos de luta dirigem-se, principalmente, a pressionar o governo

a fazer desapropriações ou criar políticas de apoio a pequenos agricultores. Pode-se citar, por exemplo: as ocupações de latifúndios, acampamentos, marchas nacionais, ocupações de edifícios públicos, manifestações públicas e saques (Coletti, 2005; Fernandes, 2001; Pinassi, 2005).

Tanto a base social, quanto os métodos de luta do MST, demonstram a interdependência entre a cidade e ao campo que tentamos mostrar em nossa apresentação sobre o desenvolvimento da questão agrária no Brasil. A incorporação de trabalhadores urbanos desempregados é um exemplo significativo desta interdependência: ao mesmo tempo em que a ausência da reforma agrária contribui para um êxodo rural intenso que torna a cidade incapaz de gerar empregos suficientes para incorporar a mão-de-obra excedente, o MST incorpora em suas fileiras esses mesmos trabalhadores cujo desemprego tem como um de seus fatores constituintes a irresolução da questão agrária. Outro exemplo importante é dado pelas formas de luta do MST. Enquanto as ocupações de terra ocorrem no campo, boa parte das lutas posteriores (criar assentamentos, criar políticas de crédito, e etc.) do MST se dá no âmbito da cidade. Assim, pode-se dizer em conjunto com boa parte dos autores que citamos anteriormente, que a luta que se trava no campo tem sua resolução na cidade.

Após a fundação do MST, foram empreendidas várias lutas fragmentárias, mas que se mostraram com uma enorme capacidade de aglomeração dos trabalhadores⁵. Já em 1985 é possível notar um crescimento nas fileiras e nas ações do movimento, ao mesmo tempo em que as ocupações e os acampamentos tornavam-se instrumentos fundamentais para a luta do MST. Desta forma, em poucos anos o movimento consegue um crescimento notável da luta pela terra: de 42 acampamentos em 11 estados compostos por 11.655 famílias que existiam em 1985, passou-se para 62 ocupações em 18 estados envolvendo 17.589 famílias (Coletti, 2005). Apesar desse crescimento notável no primeiro período de atuação do MST, o seu crescimento e consolidação enquanto um dos principais movimentos sociais do Brasil ocorrerá somente nos anos 90. Os números de ocupações ocorridas neste período refletem claramente isso: em 1991 houve 77 ocupações envolvendo 14.720 famílias; em 1993, 89 ocupações; em 1994, 119 ocupações; em 1996, 398 ocupações; em 1998, 599 ocupações envolvendo 78.258 famílias (CPT, 2005).

Coletti (2005) destaca dois fatores fundamentais do contexto sócio-político brasileiro para a consolidação do MST enquanto principal movimento social no Brasil durante os anos 90: (1) a politização da luta pela terra durante o governo Sarney (1985-89) decorrente das discussões em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária (1985) e da Constituição

Federal (1988); (2) a expansão das bases sociais do MST no primeiro governo FHC (1995-98) por meio do recrutamento de massas marginalizadas pelos resultados das políticas neoliberais.

Este segundo processo, só é compreensível se realizarmos um breve destaque sobre o processo de reestruturação produtiva do capitalismo, a partir dos anos 70 que teve como principal bandeira ideológica o receituário de reformas oferecido pelo neoliberalismo.

As políticas neoliberais assumem como princípio fundamental que para a economia voltar a crescer é preciso incentivar a desigualdade, pois ela resultará no incremento da competição “natural” do mercado e, desta forma, reaquecer a economia. Assim, cabe eliminar qualquer intervenção “externa” ao mercado, isto é, as intervenções do Estado ou de organizações que representam a classe trabalhadora – principalmente os sindicatos – que passam a ser consideradas perniciosas e um bloqueio ao desenvolvimento econômico. Estas são as bases ideológicas para as políticas de privatização das empresas estatais, para a abertura comercial e financeira das economias nacionais de países dependentes ao capital internacional, para a implementação de cortes nos gastos sociais e para a criação de um enorme contingente de desempregados que permitirá o enfraquecimento dos movimentos sindicais (Anderson, 2000).

O neoliberalismo impõe uma agenda de reformas que destrói direitos historicamente conquistados pela luta dos explorados e coloca de uma forma explícita que a condição de reprodução da sociedade capitalista é a manutenção da desigualdade e a miséria de milhões de explorados. Nas palavras de Antunes (1998):

“Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental ‘sociedade do descartável’, que joga fora tudo que serviu como ‘embalagem’ para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se e agilizando-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital” (p. 92).

Uma das consequências do aprofundamento destas reformas é o aumento do desemprego, isto é, do exército de reserva da mão-de-obra. Tal ampliação do exército de reserva fará com que o movimento sindical

combativo do Brasil recue para posições defensivas, já que a sombra do desemprego funciona como um “constrangimento econômico” que inibe as ações massivas dos trabalhadores. Assim, todos os setores, que na década de 80 marcaram a história brasileira com greves enormes, foram derrotados em boa parte de suas lutas (Antunes, 1998).

É neste contexto que podemos citar, de forma esquemática, pontos importantes relacionados ao crescimento e fortalecimento do MST que são assinalados por diversos autores (Antunes, 1998; Coletti, 2005; Löwy, 2001; Pinassi, 2005; Silva, 2003):

1. A heterogeneidade da base social do MST – composta por camponeses (classe social que é inherentemente heterogênea) excluídos e trabalhadores urbanos desempregados (sendo que muitos deles possuem origem rural) – dificulta a penetração do discurso neoliberal nas fileiras do movimento, já que as medidas neoliberais (retirada de direitos sociais, precarização das relações de trabalho, desemprego estrutural e etc.) têm pouco efeito sobre massas que já se encontram marginalizadas, desempregadas e que estão buscando meios de sobrevivência.
2. Junto com isto, pode-se dizer que enquanto o desemprego estrutural fragiliza a base social do movimento sindical combativo, de forma contraditória, ele reforça a base social do MST. Quanto maior a exclusão, maior é o apelo da luta pela terra, enquanto alternativa para uma massa de trabalhadores rurais e urbanos que passa a compor as fileiras do MST. Isto é, a política neoliberal serve para ampliar a base social do MST.
3. As experiências e formas de sociabilidade oriundas dos mundos rurais e urbanos são sintetizadas no MST, graças à incorporação de trabalhadores da cidade e do campo. Pode-se dizer que tal síntese, permite um aumento das alternativas de ação para o movimento que, tal como já mencionamos, variam desde a ocupação de terras até protestos nas cidades.
4. O centro de ação do MST é a luta social, com métodos que criam condições importantes para a luta do movimento. A tática de ocupação de terras e de construção dos acampamentos, enquanto espaço de resistência, tem um enorme potencial para o desenvolvimento da consciência de classe: baseia-se em necessidades objetivas e imediatas de pessoas buscando alternativas de sobrevivência. Estas

ações levam ao reconhecimento da ilegitimidade do latifúndio improductivo por meio da experiência imediata e permitem enxergar a situação de expropriação de milhares de pessoas e o caráter de classe do Estado.

No entanto, o crescimento do MST ao longo da década de 90 resultou em uma reação das forças políticas representativas do latifúndio. A partir do segundo governo FHC (1999-2002), surge uma política de combate ao MST sob diversas formas: corte de verbas para assentamentos; utilização de políticas compensatórias que não resultam em mudanças estruturais, mas que têm efeito desmobilizador; criminalização de lideranças; estímulo à criação de outros movimentos sociais conciliatórios mais próximos da política governamental (Coletti, 2005).

Nesta conjuntura adversa, o MST, assim como outros movimentos do campo, recuam em sua luta reivindicativa com uma redução drástica do número de ocupações: de 593 ocupações realizadas em 1999 passa-se para 393 em 2000, 194 em 2001 e 184 em 2002 (CPT, 2005). Esta só é retomada com a eleição de Lula à presidência. No governo Lula (2003-2006) há um novo crescimento no número de ocupações rurais: 391 em 2003, 496 em 2004 e 437 em 2005 (CPT, 2005). Este crescimento reflete as expectativas criadas pelo MST em relação à possibilidade de uma reforma agrária efetiva e ao atendimento de suas reivindicações por criação de políticas de apoio à produção familiar.

Porém, entre as expectativas alimentadas pelo MST decorrentes da eleição de Lula e as realizações deste governo, existe um abismo, pois não há ruptura com a política agrária e econômica aplicada pelo governo anterior: o número de assentamentos não teve o crescimento prometido; mantêm-se as restrições orçamentárias; há manutenção e favorecimento de quadro fundiário que propicia violência no campo (revelado pelo crescimento no número de assassinatos em conflitos no campo); e o agronegócio continua sendo o foco central da política agrária, o que é ilustrado pelo fato significativo de que em 2004 apenas dez empresas transnacionais recebiam 4,5 bilhões de reais, isto é, mais do que o total da verba reservada para oferecer crédito aos pequenos produtores. Pode-se dizer, com segurança, que a estrutura agrária do Brasil, continuou a mesma (CPT, 2005; Fernandes, 2005; Ferreira, 2005; Resende & Mendonça, 2005).

Em síntese, pode-se dizer que, apesar da combatividade do MST, a reforma agrária ainda é algo distante. Para Coletti (2005) isto decorre das limitações da luta econômica que, por seu caráter, não coloca em xeque o poder político, apesar de criar algumas respostas para as ações do movi-

mento. Ao mesmo tempo em que o MST intensifica as ocupações de terra e gera respostas do governo, a política neoliberal dificulta a viabilidade econômica dos assentamentos e provoca a sua ruína e de outros pequenos produtores. Some-se a isto um contexto de hegemonia neoliberal, de submissão das forças tradicionais de esquerda ao mercado e ao bloco de poder dominante que dificulta ainda mais o cenário para o MST. Toda esta problemática demonstra como, no atual período histórico, uma bandeira que não leva necessariamente à ruptura com a sociedade capitalista, tal como a reforma agrária, só pode ser realizada inserida em um processo de transformação radical da sociedade.

A seguir citaremos alguns estudos realizados pela psicologia que buscam compreender problemáticas vividas pelo MST a partir da visão que os seus participantes possuem de determinadas problemáticas existentes no movimento. Tal como afirmamos anteriormente se, por um lado, a nossa perspectiva nos obriga ter uma visão do momento histórico em que os sujeitos individuais estão inseridos para que possamos dar inteligibilidade para as experiências vividas por eles, por outro lado, precisamos ter uma visão sobre como os problemas históricos colocados para um país, uma classe social ou um movimento social são vivenciados pelas pessoas que fazem parte disto tudo.

Com isso, não estamos afirmando uma separação do individual em relação ao social, mas sim que os desafios, as contradições e os limites do MST começam e terminam na vida cotidiana daqueles que compõem as suas fileiras, isto é, a vida cotidiana destes sujeitos é a esfera de particularização da complexa relação entre o sujeito singular e a estrutura social e, portanto, as produções subjetivas expressam problemáticas constituintes do movimento social e que podem contribuir para este avançar ou retroceder em sua luta.

4. Considerações da psicologia sobre o MST

Em 1989, Sandoval destacou que existiam poucos estudos sobre movimentos sociais no Brasil realizados pela psicologia social. Isto não mudou muito. Silva (2003), após realizar extensa revisão bibliográfica, concluiu que ainda existem poucas pesquisas da psicologia social sobre o MST.

Aqui discutiremos, principalmente, dois trabalhos (Silva, 2003; Amado, Freitas, Ieno & Camino, 2005) relevantes para compreender algumas problemáticas vividas pelo MST a partir da visão de seus partici-

pantes. A importância destes dois trabalhos deve-se ao fato de que ambos fazem uma ampla revisão de diversas pesquisas da psicologia sobre o MST. Além disso, nosso recorte também se justifica pelo fato de que em ambos encontramos algo crucial no estudo dos movimentos sociais pela psicologia: o foco sobre determinantes dos processos de politização e participação nos movimentos sociais (Sandoval, 1989). Cabe advertir que o recorte dos temas que priorizamos nesta parte de nossa apresentação teórica reflete, de certa forma, as discussões e os problemas que encontramos na realização de nossa pesquisa. Isto significa que os estudos que consultamos abordam outros temas e problemas que nós não apontamos aqui.

Em síntese, podemos dizer que as pesquisas revisadas apontam para quatro problemáticas que são de grande importância na constituição do MST: (1) a diferenciação qualitativa entre distintos grupos de participação que constituem o MST; (2) a tensão entre as políticas, valores, representações e etc. defendidos pela direção do movimento e os projetos e expectativas existentes entre os trabalhadores de base, tensão que se manifesta na contradição entre projetos individuais e coletivos; (3) os fatores ligados ao envolvimento de uma pessoa com a luta do MST; e (4) o papel da família na vivência dos participantes do movimento. Estas problemáticas serão apresentadas a seguir.

Um dos estudos realizados por Amado e cols. (2005) apontou a existência de três grupos no MST: trabalhadores de base – que simplesmente participam das ocupações; ativistas informais – que têm função de mobilização ou direção em assentamentos ou acampamentos, mas sem remuneração; e ativistas formais – militantes que se vinculam formalmente ao MST, recebem auxílio de custos e que têm um envolvimento mais intenso com a elaboração política do movimento. A diferenciação entre estes grupos não se dá apenas no âmbito das posições ocupadas por eles dentro do MST, mas também é marcada pela diferença em várias dimensões como grau de escolaridade, idade, experiências no campo e na cidade, além da existência de diferentes representações e posturas político-ideológicas sobre as atividades do MST. Pode-se dizer que os trabalhadores de base são pessoas mais velhas, sem escolaridade, com maior experiência no campo e entre elas predomina um projeto de caráter mais individual. Já os militantes formais são, normalmente, pessoas mais jovens, com o ensino médio completo, com maior experiência na cidade e acreditam, predominantemente, em um projeto radicalizado e coletivista. Entre eles situam-se os ativistas informais que contém um pouco de cada pólo.

Estas diferenças das representações existentes em cada um dos grupos que compõem o MST estão associadas à segunda problemática

levantada pelas pesquisas: a tensão entre a base do movimento e a sua direção, que é manifesta na diferença entre os valores coletivistas e radicais defendidos pela direção do movimento e os projetos mais individuais e imediatos que possuem os militantes de base. As pesquisas citadas por Amado e cols. (2005) demonstram que estas diferenças entre trabalhadores de base e os militantes formais existem desde o início da luta pela terra na expressão das expectativas que possuem os militantes

Na realidade, o que se pode notar é que nos períodos de mobilização e de luta predominam as crenças na mudança social e no momento de realização do assentamento predominam as crenças na mobilidade social. Uma das pesquisas citadas por Amado e cols. (2005) destaca que até mesmo as lideranças, quando assentadas, podem deixar de atribuir um conteúdo ideológico e coletivo para a terra e, tal como os trabalhadores de base, passam a priorizar a terra, o trabalho e a família, ao invés de valores mais coletivos como a solidariedade.

Neste processo é possível destacar a existência de dois momentos importantes. Por um lado, as ocupações e os acampamentos são momentos privilegiados para que o grupo reconheça a situação comum em que vive e, assim, perceber a necessidade de um projeto coletivo. No entanto, por outro lado, o assentamento é o espaço em que os projetos individuais são priorizados e resulta em conflitos entre o individual e coletivo na construção do movimento (Amado & cols., 2005; Silva, 2003). Esta constatação também é feita no estudo de Santos (2005) que, a partir de entrevistas com militantes assentados em Alagoas, destaca que o momento do acampamento foi permeado pela ação, pelo convívio e pela solidariedade, mas quando os trabalhadores e as trabalhadoras são assentados a ação coletiva praticamente desaparece e o que passa a predominar é a produção voltada para a reprodução social da família. Tal como a autora afirma: "A esperança e solidariedade vivida no acampamento são substituídas pelo trabalho quase sempre solitário em busca da produção no lote." (p. 111).

O estudo de Leite e Dimenstein (2006), por meio da análise do cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras em um dos acampamentos do MST, também aponta a contradição entre os trabalhadores de base e a liderança do movimento. *O estudo ressalta que as experiências de formação, participação cotidiana em assembleias e o convívio com os militantes da liderança, levam à produção de mudanças subjetivas.* No entanto, o estudo ressalta as tensões existentes entre as normas e disciplinas que o MST apresenta para o convívio no acampamento e as práticas cotidianas dos trabalhadores de base.

A terceira problemática também possui uma ligação com as an-

teriores, envolve a indagação sobre o que leva os militantes do MST a participarem do movimento. Apenas reforçando a discussão que mostra como o neoliberalismo contribuiu para o aumento da base social, diversos trabalhos indicam a luta pela sobrevivência como fator central na entrada dos militantes no MST (Narita citada em Domingues, 2004; Santos, 2005; Amado e cols., 2005; Silva, 2005). Aqui, o sujeito mesmo diante de circunstâncias que parecem esmagá-lo, na busca de alternativas para sua reprodução cotidiana, termina por ingressar no movimento. Os estudos que mostram o predomínio da crença na mudança social revelam este aspecto, pois esta crença e a luta decorrente dela só é possível quando o sujeito não encontra espaço para satisfazer suas necessidades.

Por fim, podemos citar outro aspecto de grande importância, destacado por Silva (2003): o papel da família para o MST e o seu impacto na consciência política dos sem-terra. A família é unidade produtiva central para a constituição dos camponeses (fato muito bem explicitado pelo trabalho de Ribeiro, 1978) e Silva (2003) destaca como ela serve para o processo de formação da consciência política. O autor destaca que a organização a partir de famílias esteve presente desde os primórdios do movimento e que, pelo fato da família ser unidade básica de organização do MST, há uma maior valorização da coletividade na tomada de decisões, predomínio de decisões coletivas – ainda que isto seja mais predominante nos acampamentos do que nos assentamentos. A análise empreendida pelo autor destaca que os espaços de diálogo criados dentro do MST durante o momento do acampamento permitem a tomada de consciência das condições comuns vividas pelas pessoas que constituem o movimento e, desta forma, são fundamentais para a configuração da consciência política dos seus militantes. A utilização e a potencialização destes espaços, assim como a necessidade de valorizar a individualidade são encaminhamentos sugeridos pelo autor para que a tensão entre individual e coletivo seja resolvida dentro do movimento. Já Santos (2005) mostra que, após o acampamento se tornar assentamento, as famílias passam a isolar-se uma das outras, cada família passa a priorizar a produção de seu próprio lote.

As problemáticas aqui apresentadas estiveram presentes nos temas que levantamos a partir da análise da trajetória de vida do participante da presente pesquisa. Isto será explicitado na apresentação e discussão dos dados, no entanto antes disso, apresentaremos o método que utilizamos neste trabalho.

5. Método: método de histórias de vida (MHV)

Sendo objetivo do presente trabalho o de compreender a relação entre indivíduo e a sociedade, partindo das experiências vividas por indivíduos que buscaram melhorar suas condições de vida por meio da participação em movimentos coletivos, entendemos que a melhor forma de empreender esta pesquisa seria obter representações que o sujeito elabora espontaneamente sobre a sua própria vida, já que o estudo possui um caráter exploratório. Por isto, optamos pela utilização do MHV, que permite ter acesso ao que o indivíduo considera relevante em sua trajetória de vida, sem que o pesquisador paute qualquer conteúdo que possa influenciar a construção da narrativa pelo sujeito.

O MHV parte dos aspectos subjetivos ligados à descrição da própria vida feita pelo sujeito. Isto é, analisam-se dados biográficos de um indivíduo que narra a sua própria vida e, neste processo, faz a reapropriação singular do seu universo social e histórico (Chauvel, 1990). Cabe destacar que em um trabalho que discutiu como a psicologia social tem pensado os problemas em torno dos movimentos sociais e a participação política, Narita (2005) sugere como recurso metodológico a análise da história de vida dos sujeitos participantes dos movimentos sociais, por permitirem um acesso privilegiado às experiências vividas e criadas pelos indivíduos no interior dos grupos e movimentos sociais.

No entanto, faremos algumas considerações sobre a forma como utilizamos o MHV e como entendemos que podemos usar as narrativas criadas durante a pesquisa. Pois entendemos que em nossa análise não devemos tomar as representações do sujeito enquanto a realidade social (ainda que as representações tenham um papel sobre a realidade), mas devemos problematizar e dar inteligibilidade ao conjunto das narrativas nos marcos de uma teoria social crítica que permita elaborar lineamentos gerais para a superação qualitativa da atual organização social. Passaremos, assim, a uma breve apresentação sobre o que constitui o MHV e sobre como utilizaremos o mesmo nesta pesquisa.

Camargo, Lima e Hipólito (1984) afirmam que a concepção e a utilização do MHV podem variar em um continuum, no qual, em um polo procura-se preservar o máximo de individualidade e em outro polo estão as análises estruturais que utilizam muitos sujeitos para eliminar aspectos singulares e subsidiar conclusões sobre a estrutura.

Na presente pesquisa, concentrarmos nossa atenção sobre um único sujeito e os seus processos de vida. As narrativas servem como ponto de partida para analisar a psicologia de classe do sujeito, sua consciência de

si e de suas relações com o mundo. Entende-se que as análises não devem ser restritas às narrativas construídas pelos sujeitos ao refletirem sobre si. Se há distinção entre ser e consciência e se o primeiro é mais amplo que o segundo, faz-se necessária uma análise de como as relações se dão em seu em-si e não se restringir à narrativa elaborada pelo sujeito (Lessa, 2000; Lukács, 1979).

Desta forma, parte-se de uma concepção em que não se confunde a história de vida com a estrutura em si, mas na qual entende-se que o relato biográfico é a síntese subjetivo-individual realizada por um ser inserido em um determinado espaço e tempo.

Assume-se, que as realidades ideais expressas pelos sujeitos são histórias contadas. As narrativas são factuais, privilegiam o que é vivido, fazem permanente referência ao que é real para quem narra: “Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma seqüência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social.” (Jovchelovitch & Bauer, 2002, p. 91).

Tal como Chauvel (1990) destaca em seu estudo sobre trabalhadores, a história de vida emerge como sucessão de iniciativas do próprio narrador, como resultado de sua reflexão, de seu modo de ver e pensar a vida. As circunstâncias podem aparecer como destruidoras, enquanto barreiras que impedem a escolha do próprio destino – por isto compreender os nexos causais em que o narrador insere-se é condição para compreender a narrativa.

Há diferentes indicações sobre o tipo de entrevista que deve ser usado para pesquisar as histórias de vida, variando desde a organização de entrevistas não-estruturadas até a elaboração de roteiros de entrevistas semi-estruturadas (Camargo, Lima & Hipólito, 1984). Chauvel (1990), por exemplo, realizou pesquisa utilizando o MHV, mas com uma ênfase sobre o(s) trabalho(s) dos participantes. Para isto, a autora construiu um roteiro de entrevista para obter as informações que interessavam ao seu estudo, ainda que não eliminasse um aspecto central do MHV: a abertura da entrevista por meio de um pedido para a pessoa contar a história de sua vida desde o começo até o momento atual o que, desta forma, dá a iniciativa e a decisão sobre que percurso seguir para o entrevistado.

Assim, entende-se que a entrevista do MHV pode ser uma entrevista narrativa semi-estruturada na qual solicita-se ao entrevistado que fale sobre um tema específico – sua própria vida. Nesta entrevista, as intervenções do entrevistado têm como objetivo permitir que a narrativa continue até uma idéia ser completada transformando a entrevista em um

diálogo (Jovchelovitch & Bauer, 2002).

Neste trabalho, realizou-se uma entrevista semi-estruturada aberta com um pedido para a pessoa contar a história de sua vida desde o começo até o momento atual. Posteriormente, fizemos perguntas sobre informações complementares. Para a entrevista utilizou-se um roteiro que orientou a exploração de temas específicos:

- Conte sobre sua trajetória de vida. O que você pode dizer do seu passado? Como chegou até aqui? Como entrou no movimento? Como enxerga sua vida hoje? O que necessita para viver? O que o faz tomar decisões? O que você busca construir em sua vida a partir de agora? Como pretende construir isto?
- Como você vê a sua vida neste movimento? Como ele influencia sua vida? Como você o influencia?

Por fim, cabe destacar que o MHV implica, normalmente, na necessidade de realização de mais de uma entrevista e esta sempre é relativamente prolongada. Por isto, o nosso plano de pesquisa original incluía, pelo menos, duas entrevistas sendo que uma delas serviria para discutir as análises que realizamos a partir dos diálogos feitos na primeira entrevista, o que permitiria aprofundar o conhecimento sobre a trajetória de vida do participante. Porém, na visita posterior à primeira entrevista que realizamos, descobrimos que o participante da pesquisa tinha mudado para um acampamento fora de São Paulo, onde tinha chances maiores de ser assentado. Por isto, este estudo restringiu-se a apenas uma entrevista.

6. Procedimentos de análise

Os procedimentos de análise foram usados a partir de uma síntese dos procedimentos apresentados por Chauvel (1990), Jacques (1993), Jovchelovitch e Bauer (2002) e Mello (1988). A entrevista foi gravada e a sua transcrição foi realizada pelo próprio entrevistador – o que já é o primeiro contato do pesquisador com as dinâmicas internas de cada narrativa e já pensar que temas são abordados em cada uma delas. Em seguida foram realizadas leitura e releituras exaustivas da entrevista, superando impressões imediatas e desvendando temáticas que surgem do conjunto das narrativas. Em seguida passou-se à formulação de um breve resumo da história de vida narrada pelo entrevistado com o intuito de facilitar a leitura vertical, isto é, da lógica interna do relato e também identificar

momentos cruciais da trajetória individual.

Assumindo que há, ao mesmo tempo, em cada história narrada, uma dimensão singular e outra genérica e que a história de vida remete à situação social vivida pelo sujeito, passou-se a buscar na leitura de cada entrevista temas específicos abordados em cada narrativa buscando não perder de vistas as conexões, mediações e contradições da narrativa em si e da narrativa com a realidade social do sujeito.

Sendo esta uma pesquisa de caráter exploratório, guiamos a nossa discussão a partir dos temas que surgiram ao longo da entrevista. Ao mesmo tempo, considerando os limites impostos pelo fato de termos realizado apenas uma entrevista, buscamos dar certa ênfase à discussão e análise daquelas problemáticas que, de alguma forma, apareceram nos estudos teóricos e empíricos sobre o MST que aparecem na fundamentação deste trabalho.

Este processo parece ser o suficiente para que os dados utilizados na pesquisa, ao exigirem um papel ativo do pesquisador demandando operações interpretativas, resultem em análises explicativas, sínteses feitas que permitiriam alcançar os objetivos do estudo sem, ao mesmo tempo, traer a postura teórica assumida na pesquisa. Assim, diferentemente do que em determinadas posturas teóricas assumem a interpretação dos dados qualitativos não é o fim da pesquisa, mas apenas um dos passos iniciais para a compreensão do fenômeno que se está estudando.

7. A Trajetória de um militante do MST

Cenário de Pesquisa

A entrevista realizada durou pouco mais de uma hora. Ela ocorreu em um acampamento do MST no interior de São Paulo em 2005. Dentro do acampamento existiam 21 núcleos cujos nomes fazem alusão a diferentes figuras históricas que, de uma forma ou de outra, participaram de lutas da classe trabalhadora: Rosa Luxemburgo, Frei Tito e etc. Cada núcleo congrega entre 10 e 20 famílias e estrutura-se em torno de atividades que, segundo um dos membros, buscam o “desenvolvimento da produtividade em diversas áreas do cultivo”. Os núcleos têm comissões que se responsabilizam por diferentes tarefas e são gerenciadas por dois coordenadores – um homem e uma mulher. As comissões trabalham com problemas como saúde, finanças, etc.

A Trajetória de José⁶

No momento da entrevista José tinha 58 anos. Nasceu em uma zona rural do interior de São Paulo, tornou-se trabalhador manual assalariado em espaços urbanos distintos durante boa parte de sua vida. Após a saída do último emprego, José encontra dificuldades para conseguir novo emprego, trabalha por um período como “construtor autônomo” e, por fim, decide arrendar um espaço de terra. No entanto, suas dificuldades financeiras não desaparecem e passam a se intensificar, de tal forma, que terminam por reduzir suas perspectivas de sobrevivência e, por isto, José ingressa no MST.

Até a data da entrevista, José vivia amigado com uma pessoa, após dois casamentos, dois divórcios e ter seis filhos. José estava no acampamento há sete meses e vivia em um barraco de lona. A sua subsistência vinha da ajuda financeira esporádica dos filhos, da venda do que plantava, de uma cesta básica cedida pelo INCRA e do apoio dado pelo movimento.

José inicia a sua narrativa a partir dos 23 anos (durante os anos 70), descrevendo os seus primeiros empregos, o seu primeiro casamento e constatando que neste período ainda desconhecia o mundo. O primeiro casamento é breve, enquanto o segundo dura 29 anos. No entanto, José fala de ambos os casamentos como experiências em que ele fracassou.

As experiências de trabalho de José do período anterior ao que ele arrendou um espaço de terra, também foram descritas por José. Seus empregos foram sempre manuais, predominando o trabalho com carpintaria. A narrativa não deixa claro se o segundo casamento de José ainda existia quando ele passou a ter dificuldades de inserção no mercado de trabalho e quando ele arrendou o sítio. José apresenta de forma explícita em sua narrativa que as despesas com o sítio e a dificuldade de conseguir um outro emprego devido ao seu envelhecimento resultaram no seu endividamento.

As crescentes dívidas criaram dificuldades para a sobrevivência de José e o levaram a procurar o MST. As primeiras experiências de José com o MST são: trabalho de base, estudos sobre o MST e participação em experiências de ocupações. Em seguida, José passa a morar, por quatro meses, em um acampamento. Estas primeiras experiências fizeram José perceber a diferença qualitativa que existe entre as condições que tinha na cidade e o acampamento. Também foi durante este período que José passou por uma experiência de desocupação realizada pelo Estado, isto é, um confrontamento com o poder instituído.

Em seguida, José muda para um acampamento com possibilidade de ser assentado no qual, até a data da entrevista, estava vivendo por sete

meses. Este período é visto como um período de esperança, pois há a possibilidade de assentamento e de realização de plantio.

Temas na Trajetória de José

A seguir, apresentaremos temas que, utilizando os procedimentos descritos anteriormente, destacamos da narrativa de José (ver quadro 1). Procuramos explicitar estes temas por meio da citação de trechos da entrevista. Os três temas foram definidos a partir da importância que possuem para explicitar a história de vida de José, isto é, eles em seu conjunto constituem o enredo que dá sentido à narrativa de José.

O trabalho e a família surgem na narrativa de José, enquanto dois eixos norteadores, que usualmente são abordados de forma articulada e que permeiam toda a narrativa. As primeiras menções aos empregos de José aparecem articuladas com os seus dois casamentos. Outro tema central é o MST, a trajetória de José, tal como explicita sua narrativa, tem uma clara inflexão a partir do momento em que passa a mencionar o movimento e sua luta nele.

Temas na vida de José

tema geral	temas específicos
trabalho e mercado	trabalho, emprego e sobrevivência
	esforço individual
	aprendizagem e relações humanas
família	relações conjugais
	filhos
	fracassos individuais
MST	entrada
	formação e experiências
	visão do MST
	novos horizontes, lutas e esperança

Trabalho e Mercado

Trabalho, emprego e sobrevivência - A narrativa de José é aberta mencionando o seu primeiro emprego, fato que demonstra um problema central que permeia toda a sua vida: a inserção e a participação no mercado. A menção ao trabalho (emprego assalariado, agricultura e etc.) é, frequentemente, articulada com o mercado: seja falando da venda de sua força de trabalho antes de trabalhar com agricultura, seja na busca de venda dos produtos agrícolas. Esta freqüente associação do trabalho com o mercado mostra claramente a subsunção das diversas modalidades de emprego da força de trabalho ao capital. O trabalho é garantia de sobrevivência.

A idade chegou, a idade chegou. Então as proposta de trabalho diminuíro. Como eu na época, já nessa época, já vinha trabalhando como autônomo, construtor. Sou formado em mestre-de-obra, sou carpinteiro, marceneiro, pedreiro, sou azu... é também sou azulejista. Eu só, pra fazê igual outro, não encaro muito a parte elétrica quando é muito grande o serviço. A hidráulica eu trabalho também. Mas só que o campo, este campo de trabalho deixou de sê proporcional pra a minha, fazê igual ao outro, a... categoria. (...) Me faltô serviço e quando falta serviço a gente já entra em débito. Entrô em débito você tem que vendê algo que você tem. Mesmo que seja da sua maior necessidade você tem que vendê.

Arrendei um sítio e comecei a trabalha. Ali eu... eu, eu... tinha figueira, entrei num projeto de abobrinha e demais variedade como hortaliça... e daí por diante... quiabo. Só que, veja bem, como eu estava fora do mercado – que é um fator importantíssimo!

Esforço individual – O trabalho, no relato de José, associa-se a responsabilidade e dignidade. A responsabilidade parece estar associada à necessidade de garantir meios de sobrevivência, de não perder oportunidades e investimentos. A dignidade associa-se ao que os resultados do esforço de José propiciam para a sua vida. As experiências mal-sucedidas de José são atribuídas a si mesmo, apesar dele reconhecer o papel do mercado, pois são as dificuldades impostas pelo mercado que levam José a ingressar no MST. Após ingressar no MST a concepção de José de trabalho e mercado não muda, pois os problemas impostos por eles continuam os mesmos.

Conquista do mercado... e difícil, difícil. Se o individuo tem um jogo de cintura, ele possa tê alguma facilidade, senão é muito difícil.

Então... o que acarretou eu levá os prejuízo, foi a certeza que eu ia ganhá. A certeza que eu ia ganhá e não ganhei.

O meio principal que eu to encontrando pra conquistá isso dai [os

projetos de plantação], é os braço, não tem outra saída, é os braço, a corage e a fé.

Uma lavoura, por exemplo, de ciclo longo. Você planta, ela vai durá vinte, trinta anos... depende da qualidade da terra e depende do meu esforço, do meu interesse, do meu entendimento, sem precisá usá nenhuma técnica de agronomia, só com os meus princípios básico.

Aprendizagem e relações humanas – A forma como José enxerga sua relação com as outras pessoas está em estreita conexão com a forma como José enxerga o trabalho, sua inserção no mercado e o grande valor atribuído ao seu esforço individual. Isto é explícito na forma como ele vê que pode aprender com outras pessoas ou no papel que ele desempenhou nos relacionamentos familiares. José fala sobre como ele pode adquirir conhecimentos sem passar pela educação formal, ainda que atribua um papel de grande valor para a mesma. José atribui o conhecimento sobre o campo ao seu contato com outras pessoas e suas experiências de trabalho. Na própria entrevista ele enxerga a possibilidade de ensinar ou de aprender, na qual as diferenças entre entrevistador e entrevistado é, justamente, o que potencializa a aprendizagem.

Porque a pessoa se educa não apenas em faculdade, numa sala de aula, mas também no campo, o dia-a-dia, na própria trajetória dialogando com pessoas de diversos níveis. Você vai, a sua mente vai abrindo, vai ampliando a... o espaço e você vai adquirindo confiança e mais amizade. Isso pra mim foi, foi e é fundamental.

Se eu converso com uma pessoa de faculdade hoje como falo com você... você tem muito pra me ensiná, o seu campo é amplo e muito promissor. O meu já passou, o meu já foi. Só que de outra forma você pode, às vezes, aprender algumas coisas comigo se você voltá a me fazê perguntas sobre a minha origem como agricultor.

Família

Relacionamentos conjugais – O segundo ponto central na narrativa de José é a sua família, principalmente, seus relacionamentos conjugais. Constituir uma família, do ponto de vista de José, é um projeto que garante realização e felicidade. José fala de suas experiências anteriores de casamento avaliando o seu término como fracassos, enquanto expressa sentimentos de orgulho e responsabilidade diante da companheira atual. Um aspecto importante a se destacar são as falas de José de que a família serve para dividir as tarefas impostas pelo dia a dia do trabalho no campo.

Assim, José acentua um papel central da família para os camponeses, que é o papel de unidade produtiva que serve para contribuir com o processo de trabalho – o qual fica mais difícil com a ausência da família.

Porque uma pessoa sozinha não se realiza, disso eu tenho certeza, não se realiza, mas em conjunto sim. Por que que em conjunto sim? Se o indivíduo está sozinho, no caso como eu vinha anteriormente, todos os problema do lar compete a gente fazê... e o trabalho da roça também. Então eu vô tirá mais ou menos trinca por cento do meu tempo disponível pra a agricultura e vô tirá mais ou menos quarenta por cento pra o serviço do lar, contando com serviço de cozinha, lavá uma panela, fazê uma faxina no barraco, na casa por supostamente, vem uma lavagem de roupa etc. e tal... e tal.

Cada vez que eu fô tomá uma decisão, eu não posso tomá decisão sozinho, sozinho. Quando sozinho sim seria, mas em conjunto é muito melhor. Pra elaborá um projeto [de plantio] sozinho... é uma coisa. Elaborá um projeto em duas cabeças, já muda muito e isto é fundamental.

Então... hoje o que mais me faz tomá decisões na minha vida é, como se diz, é em termos de responsabilidade. Na qual eu citei já a esposa, que é uma coisa que me envaidece muito, me deixa mais forte, uma coisa que me joga pra cima. Isso me faiz... não que eu não seja responsável, sou muito responsável.

Filhos – A referência aos filhos é breve, porém liga-se a responsabilidade, dignidade e honra que José tem ou deve ter. Garantir aos seus filhos educação lhe dá honra. Neste ponto fica clara não só a importância que José atribui à família, mas também o valor atribuído ao seu esforço individual e sua visão do trabalho, pois a educação dos filhos resulta de grande esforço da parte de José e, ao mesmo tempo, garante aos filhos um futuro, por dar, na concepção de José, mais espaço no mercado.

Os mesmos eu tive a felicidade, a honradez, com o esforço do meu trabalho – que eu sempre fui digno e honrado – consegui formar todos. Não em faculdade, mas o segundo grau completo e um bom preparo profissional pro mercado de trabalho de qualquer nível em termos de indústria.

Fracassos pessoais – em sua narrativa, José menciona duas separações. Em ambas, o fim do relacionamento é visto como um fracasso e que se deve às vicissitudes humanas, restringem-se aos fatores individuais.

Não deu certo porque o... o ser humano ninguém entende. Porque a gente mesmo, muitas vezes não conseguimos nos, nos entender. O comportamento as vezes oscila muito em altos e baixos e quando tá no baixo a gente... as vezes sai fora da linha um pouquinho né?

O MST

Entrada no MST – A entrada de José no MST foi forçada pelas restrições do mercado. José atribui suas dificuldades à idade que restringe suas possibilidades de participação no mercado – mesmo possuindo diversas competências e conhecimentos – e o prejuízo que teve enquanto pequeno produtor agrícola.

Arrendei um sítio maior, no qual o prejuízo aumentou. Por que que aumentou? Porque eu já vim com prejuízo da safra anterior e então ali não correspondeu. Aí aumentou os prejuízo. Mas veja bem... nem por isso desanimei, continuei lutando. Agora se você me pergunta se eu investi mal o capital que eu tinha em mãos eu te respondo “não investi mal, investi da melhor maneira possível que encontrei”. Porque se eu soubesse que ia dar errado eu faria tudo diferente. Mas, no entanto, eu agi na certeza de que dava certo e deu errado. Foram três anos de prejuízo. Aí foi aonde... se eu tinha dez, eu voltei pra trinta, mas a menos. Trinta vezes a menos! Aí quando chega nesse ponto daí pra recuperar esses trinta e chegá nos dez você sabe que é muito difícil, muito difícil. Mas, depois chegando já aonde estou... foi isso aí.

Então, infelizmente foi depois do prejuízo que eu ingressei no movimento.

Infelizmente foram as dificuldade. Não posso negar isso aí, dizê o contrário, porque eu só uma pessoa certa, séria, não gosto de mentir. Então eu vô, seja qual for a verdade, eu vô nela. Foi a dificuldade. Eu identifiquei a dificuldade, o mercado de trabalho fechou, nada tinha, então falei “agora tem só uma saída: eu vô conquistar o meu pedaço de terra”.

Formação e experiências – As primeiras atividades de José no MST são de formação. José relata que passou mais de um ano participando de trabalhos de base e de ocupações. Estes momentos servem, para José, como possibilidade de perceber diferenças entre a “vida no asfalto” e a “vida na terra”, as ações repressoras do Estado e, assim, desvela-se a luta como horizonte de mudança.

Fiz um ano de trabalho de base e estudos do... com o movimento, com eles, né? (...) Então ali eu trabalhei um ano, toda semana, ou as vezes a cada quinze dias, conforme era a oportunidade. Então sempre aprendendo, aprendendo o que significava o movimento em si. O que significa o... (inaudível), as suas exigências, o que pudesse ocorrer durante uma ocupação, quais seria a nossa maneira de reagir, a nossa reação durante uma ocupação, por mais passiva que fosse... agora se fosse mais violenta, teria que ter uma certa cautela. Mas, felizmente, eu fiz algumas ocupações,

mas nunca encontrei muita resistência. Encontrei muito pelotão de choque, muita tropa de choque, muito policial, mas nenhum conflito. Sempre saindo de cabeça erguida. Despejado sim, mas na nossa condição. Nunca na condição que eles opusesse a gente...

Ficamos quatro meses acampado. Muito difícil, muito difícil. (...). Porque quem saiu de uma... de uma vida no asfalto e partiu pra uma vida assim tem muita diferença. Foi quando eu tive, eu tive a proposta.... eu não, o acampamento teve a proposta que nos foram feita pelo companheiro L. pra vir pra Ribeirão Preto – na possibilidade de ser assentado que é o que tamo aguardando até hoje. Então estamos aqui já com sete meses. Agora esses sete meses foram de luta travada, luta travada.

Visão do MST – O MST possui uma imagem mais ou menos difusa para José. Em certos momentos o movimento aparece como “eles” - gente brava, séria e que o auxiliou a ver o horizonte de lutas e em outros como “nós” quando José fala da luta comum pela terra e que possui um projeto de país. No entanto, a visão do MST o apresenta tanto como um instrumento de luta, quanto um órgão que lhe oferece assistência o que é expresso na afirmação de que o MST é tanto um partido, quanto uma ONG. Em geral os desafios do movimento são vistos como seus.

Esse partido do MST, político, né, que é ONG também... que eu participo e to até hoje.

Agora quanto ao movimento político, o MST, eu acho bastante seriedade neles, viu? Acho muita seriedade, muita mesmo. Por que? Porque primeiramente é uma gente brava, é uma gente que vai a fundo e que tem um objetivo. Qual que é o objetivo? Não é apenas crescer politicamente, mas levá ao mundo lá fora o nosso desenvolvimento aqui dentro do Brasil. Porque quando nós... quando nós começamos aqui... como o movimento, há vinte anos atrás, lá fora já existia há o que... praticamente sessenta, oitenta anos, mais ou menos por aí.

Novos horizontes, lutas e esperança – Após as experiências com o MST, há duas novas dimensões na vida de José. A primeira é que José passa a apontar para a necessidade da luta para conquistar a terra, realizar seus projetos. Esta luta é sua e de um coletivo que o apóia e influencia e que também é influenciado por ele, fazendo-o sentir-se útil. Exemplo disto é o fato de que ter o papel de coordenador de um núcleo é vista como uma experiência que propicia enriquecimento e desafios. A segunda dimensão decorre da anterior: nas novas condições José passa a ter mais esperança, elabora projetos de plantio, de trabalho, de venda, etc. que são descritos de forma extremamente detalhada. Suas perspectivas passam a ter mais “amplidão”, ainda que a luta e as dificuldades sejam permanentes

– o que é expresso em sua visão dos proprietários de terra e o agronegócio, enquanto o contraponto do MST.

Então, o meu papel, dentro do movimento, eu me sinto bastante útil, bastante útil. Não porque eu coordeno um pequeno núcleo que já foi grande ontem, hoje diminuiu bastante. Por que? Porque exige muito da gente.

Do meu lado eu tenho a certeza que tá todo o povo do movimento do MST. Todo. Não tem exceção. Todo o pessoal do movimento político do MST tá do meu lado e tamos juntos.

Porque a luta não para, a luta continua... ela é praticamente interminável. Por que interminável? A gente saindo desta, quando formos assentado, qué dizê, continua mais trabalho. Por que mais trabalho? Porque o campo será maior... bem maior o campo de trabalho. Então a partir daí já vem alguns investimento com recurso pra gente, que vai nos ajudá e muito, muito mesmo. Mas só que a responsabilidade também vai aumentá. Agora como... eu só uma pessoa de responsabilidade, uma pessoa de esforço, uma pessoa lutadora, então pra mim quanto mais trabalho, pra mim, melhor é... com certeza. Agora, a partir de então, a hora que tivermos a oportunidade de ser assentado, o que vai acontece? Aí não apenas vai me começá mais um sonho, não é um sonho. Aí começa a minha realidade, minha e dos demais companheiro que formos assentado na mesma época... nessa época.

Aonde está o agronegócio, ali está o dinheiro, aonde está o dinheiro... também está a indústria, que por um lado ela tem o seu papel, ela gera emprego aqui, gera recurso também aqui. Só que o agronegócio não gera, recurso aqui, divisas aqui, muito... nem imposto paga, nem TR paga aqui. Aonde que tá os recurso que deveria se investido aqui, aonde tá indo? Lá pra fora. Quem abastece o mercado nacional? Quem é? É o médio produtor, de médio a pequeno, porque o grande é tudo lá fora.

Porque quando a gente faz uma ocupação, essa área tem uma propriedade, um dono, um proprietário. Agora esse proprietário tem muita influência, não tem? Tem muita influência” (...) Ele tem condições de chegar no tribunal e até supostamente barrá um, barrá não, mas engavetá um processo tem sim. Ele propriamente não, mas através dele, tem sim. Tem meios. Porque ele tem poder pra isso aí.

8. Discussão

A trajetória de José, mostra claramente que o processo de auto-construção da existência do sujeito não é algo estático. A inserção de José nas relações sociais de produção é um exemplo claro disto: ocorrem diversas mudanças, mostrando que uma classe social existe somente enquanto relação social. José é um trabalhador de origem rural que, a partir dos 23 anos de idade, torna-se trabalhador assalariado. Muito tempo depois, após a passar pelas experiências de dois casamentos e de sustentar uma família, José retorna às suas origens camponesas enquanto arrendatário para, em seguida, tornar-se sem-terra. Assim, podemos dizer que José hoje é um camponês, ainda que tenha passado pela experiência urbana, a sua psicologia de classe está predominantemente marcada pela sua situação de classe atual, ao mesmo tempo em que contém na sua manifestação atual conteúdos que provém da sua situação de classe enquanto trabalhador urbano. É o que podemos ver, por exemplo, no caso das falas de José sobre o seu relacionamento conjugal atual: além de conterem conteúdos que se referem aos sentimentos íntimos da vida privada, José dá ênfase ao fato de que a vida com uma companheira permitiria uma divisão e, desta forma, redução da intensidade das suas atividades produtivas e domésticas no acampamento.

José tem como modelo de coletividade a vida familiar e afirma que, com uma família, a vida torna-se mais fácil. Além de cumprir uma função econômica, a família também cumpre o papel de transformar o processo decisório em algo melhor, porque compartilhado. Se retomarmos o estudo de Silva (2003) que destaca a importância da família para os militantes e para a organização do MST, podemos afirmar que a importância atribuída à família por José não é algo isolado.

Poderíamos nos perguntar sobre as razões de José enxergar apenas na família as possibilidades de reduzir a intensidade de sua jornada de trabalho, deixando de olhar, por exemplo, para a possibilidade de dividir o trabalho com os demais moradores do acampamento (principalmente aqueles que vivem no núcleo dirigido por José). O fato de José ter a família como principal referência de coletividade, junto com o que pudemos ver em toda a entrevista, indicam que os projetos de José restringem-se à esfera da singularidade, isto é, à sua reprodução enquanto sujeito singular na vida cotidiana. O coletivo de José restringe-se à esfera da vida privada, da sua existência enquanto ente singular que, na aparência característica da vida cotidiana, existe desgarrado do gênero humano. Assim o que podemos ver nas falas de José sobre as suas experiências de trabalho, o seu processo de formação, os seus fracassos, os seus êxitos e etc. é a forte

presença de valores que dão ênfase ao indivíduo e que funcionam como princípios básicos e gerais para a ação de José sobre o mundo.

No entanto, esta valorização do privado, do individual não é algo que se manifesta de forma linear e monolítica, mas sim de forma contraditória com avanços e retrocessos. Por exemplo, podemos destacar a existência de uma valorização do coletivo, uma visão de interdependência do sujeito individual com o sujeito coletivo, quando José passa a falar do seu processo de inserção no MST, as lutas colocadas para ele e para o movimento e os desafios para a conquista da posse da terra.

Há um aspecto da narrativa produzida por José na entrevista que não foi possível explicitar na categorização que fizemos anteriormente, mas que destacamos aqui. Podem ser delimitadas duas formas de narrar de José: quando José fala de suas experiências (sem fazer referências ao MST) o uso da primeira pessoa do singular é predominante, mas quando José menciona a sua inserção no MST, a luta pela terra e os desafios colocados para os sem-terra o predomínio é do plural, na primeira pessoa e, de forma menos recorrente, na terceira pessoa.

Este detalhe, quando tomado em conjunto com as falas de José sobre a sua própria luta, a do MST e da luta pela terra em toda a América Latina mostram que há momentos em que a psicologia de classe de José torna-se mais próxima da tomada de consciência de classe.

Trata-se de um processo contraditório em que se alternam formas, predominantemente individualistas, de enxergar o coletivo com formas de enxergar um sujeito coletivo que se identifica com o sujeito individual. Este complexo processo está associado com as contradições e os desafios que surgem na vivência de José dentro do MST, assim como com as dificuldades e possibilidades dadas para a sua realização pessoal.

Tudo isto que assinalamos acima ressalta três problemáticas centrais expressas pelas categorias que surgiram da análise da narrativa de José sobre a própria vida: (1) a inserção de José na sociedade, sendo que esta aparece impondo limitações e coações sobre as possibilidades de realização de José; (2) as relações dos movimentos entre consciência cotidiana e consciência de classe na psicologia de classe (valores, a consciência de si, os projetos, etc.) de José com a participação dele no MST; (3) que possibilidades de mudanças estão colocadas para José e para o MST diante das duas problemáticas anteriores. Apresentamos nossa reflexão sobre isto a seguir.

Coações e limitações dadas pela realidade

Mello (1988), ao pesquisar sobre a vida de mulheres da periferia de São Paulo, notou uma presença constante, direta ou indireta, do trabalho na vida delas. Aqui também podemos ver como a forma específica que o trabalho toma no capitalismo está no centro dos dilemas vividos por José. Porém, cabe destacar que aqui falamos de trabalho abstrato, isto é, práxis social transformada em algo que é necessário para a auto-valorização do capital, uma práxis social que produz mais-valia. A tendência da ordem capitalista é a de reduzir todas as práxis sociais em trabalho abstrato (Lessa, 2003).

Esta expansão do trabalho abstrato marcará a vida social de qualquer ser humano sob o capitalismo, colocando-os sob o julgo da opressão e da exploração. Este é um traço marcante da trajetória de José. A ordem social atual funciona limitando e coagindo as escolhas de cada pessoa no processo histórico.

A maior coação sobre a vida de José é manifesta por uma força, uma entidade sem controle que emerge como uma fatalidade da qual não se pode escapar e só é possível adaptar-se mediante o esforço individual: o mercado. Este mercado, no qual José deve ser capaz de entrar é o grande responsável por diminuir as perspectivas de vida. O mercado não aceita sua idade, não está aberto para seus conhecimentos e habilidades e possui dinâmicas internas que conduzem ao crescente endividamento de José. Há total subordinação da possibilidade de realização do indivíduo em relação a um campo estreito e fora de controle definido pelo sistema produtivo e reprodutivo do capital.

Esta situação coloca o indivíduo em uma posição de isolamento, na qual só resta lutar pela conservação. Trata-se exatamente da criação do que Heller (1987) chama de abismo entre o desenvolvimento do gênero humano e a vida cotidiana, isto é, o conjunto de atividades de reprodução do indivíduo singular, com a vida da maioria dos indivíduos se restrin-gindo a esta última esfera. A redução da vida humana em sua completude à luta pela conservação da existência, conduz o indivíduo a ter apenas a perspectiva da singularidade e não se perceber enquanto um ente perten-cente ao gênero humano. Tal como Heller (1987) destaca, o abismo entre vida cotidiana e gênero humano cria uma situação de empobrecimento (subjetivo e objetivo) que transforma a vida em um ciclo infindável de atividades guiadas apenas por necessidades imediatas. A restrição à pers-pectiva da singularidade é uma restrição do campo de possibilidades que o sujeito pode ter para realizar seus projetos e compreender seu mundo.

Por isto, para José, a resposta ao mercado depende mais do esforço do indivíduo apesar de, contraditoriamente, a sua trajetória ser um exemplo vivo de que as dinâmicas e imposições do mercado estão para além do controle do indivíduo isolado. O mercado da sociedade capitalista dita as possibilidades de realização dos projetos e de satisfação das necessidades dos sujeitos singulares.

Este é o terreno ontológico do ser social sobre o qual se funda o conjunto de representações que constituem a psicologia de classe de José, dentre as quais se destaca a representação de que a satisfação de suas necessidades e o fracasso em realizar os projetos dependem exclusivamente dos esforços individuais de José. Fazendo este destaque, podemos passar para a discussão sobre a segunda problemática geral que discutimos a partir da trajetória de José.

Mudanças de consciência e a participação no MST

Refletiremos aqui, sobre aspectos específicos da relação de José com o MST. Destacamos no início da discussão que há na narrativa de José uma forte presença dos imperativos da vida cotidiana na sua trajetória, mas que também há momentos de tomada de consciência de classe, que suspendem o cotidiano e permitem o enriquecimento desta. Este é o caso das diferentes formas de associação de José com o MST.

Em um primeiro momento, José ingressa no MST não por uma tomada de consciência sobre os interesses objetivos de sua classe social, mas devido à sua luta por sobrevivência. Obviamente é justamente esta luta que possibilita a suspensão da vida cotidiana por meio da atividade política e que, consequentemente, leva José a associar a satisfação de suas necessidades individuais com uma transformação social que permita aos trabalhadores a posse da terra. O simples fato de José ingressar nas fileiras do MST resulta numa mudança qualitativa em sua trajetória de vida e sua consciência. José suspende, temporariamente, a vida cotidiana ao romper com a mera adaptação aos limites impostos pela realidade.

Pode-se notar que os imperativos do processo de mudança não são aqueles dados pela vida cotidiana, mas pelos imperativos de uma classe social particular que é mediação ineliminável na relação de José com a sociedade. Há diversas falas de José que tomam a história da luta do MST, como parte da sua própria história. Nestes momentos, José refere-se a si mesmo não apenas como um ser singular, mas como uma individualidade que atua como membro do gênero humano.

Aqui há uma percepção de que a luta do MST encarna sua própria luta e faz parte do processo de sobrevivência. Neste processo, tal como

podemos ver nos trechos de fala que destacamos, foram fundamentais as experiências vividas nas ocupações empreendidas pelo MST e nos acampamentos pelos quais José passou. Isto está em plena convergência com o que Coletti (2005), Santos (2005), Silva (2003) e outros destacaram sobre a enorme importância destas estratégias de ação adotadas pelo movimento.

Um último exemplo do enriquecimento da vida cotidiana de José, está no fato deste ter se tornado coordenador do núcleo do qual ele fazia parte. A coordenação de núcleo implica num grau de ativismo muito maior do que aquele necessário para quem está apenas adquirir um pedaço de terra, pois, necessariamente, implica em refletir sobre as necessidades de um coletivo. Se lembrarmos que José possui valores de ênfase individualista, a posição de José enquanto coordenador de núcleo reforça a nossa consideração sobre o movimento da psicologia de classe de José rumo à tomada de consciência de classe.

No entanto, podemos aprofundar algumas considerações sobre as contradições dos movimentos de consciência de José. Tal como destacamos anteriormente, a vida de José é pautada por uma série de valores de caráter individualista e que tem origem nas relações sociais em que ele está inserido. Estes valores não desaparecem com a participação de José no MST e chegam a fazer parte dos desafios colocados para o movimento. Cabe retomar o exemplo que citamos, sobre o fato de José enxergar apenas na família a possibilidade de divisão da jornada de trabalho e não entre seus colegas de núcleo – fato que se torna mais significativo ao se ter em vista que José era coordenador do núcleo.

As pesquisas que partiam das visões dos indivíduos sobre o MST, parecem indicar que este problema, assim como outras representações de José, parecem fazer parte de um conjunto de processos contraditórios vivenciados por parcelas significativas do MST no que diz respeito à relação entre o individual e o coletivo e as relações entre base e direção.

Os estudos que apresentamos enfatizaram a dinamicidade e as contradições das mudanças nas representações criadas pelos participantes do movimento. Uma dela, por exemplo, é o fato ressaltado por Amado e cols. (2005) dos ativistas informais – o grupo transitório entre trabalhadores de base e os ativistas formais – do MST, em sua maioria, serem pessoas sem formação política consolidada e atribuírem ao MST um caráter assistencial, apesar de já terem avançado no processo de conscientização.

Podemos estabelecer várias relações entre a análise empreendida pelos autores sobre os ativistas informais e sobre as formas como José participa e concebe o MST. José pertence justamente ao grupo dos ativistas informais: exerce um tipo de liderança em seu núcleo sem receber

remuneração e é ilustrativo disto a formulação elaborada por José de que o MST é, ao mesmo tempo, um partido político e uma ONG. Ele ainda não percebe as diferenças cruciais em relação a partidos, movimentos sociais e ONGs, porém percebe que há uma especificidade do MST fazendo com que ele não o defina apenas como um partido ou somente como uma ONG.

Em síntese, o que podemos notar é que não há um processo de pura e simples identificação da psicologia de classe com a consciência de classe na trajetória de José. Na constituição psicológica de José os imperativos da vida cotidiana, os complexos ideológicos de um modo de sociabilidade regido pelo capital convivem com a apropriação dos seus interesses de classe e a luta para realizá-los. Com isto posto, podemos passar ao tratamento das possibilidades de avanço na tomada de consciência de classe e de realização dos projetos individuais de José.

Possibilidades de mudança

Enquanto nós temos força pra puxá uma carroça, eles tem força pra puxá um vagão.

Se não é possível compreendermos a trajetória de vida de José sem fazer uma ponte que faça uma ligação da decisão de José ingressar no MST, das mudanças em seus valores, suas representações e em suas práticas com o tempo e o espaço histórico nos quais ele existe, também não é possível falar sobre as possibilidades de superação do patamar atual em que se encontra a vida cotidiana de José e sua psicologia de classe sem abordar os desafios históricos colocados para a sua classe social e para um movimento social que expressa os interesses desta classe.

Por isto, decidimos abrir esta parte da discussão com a fala de José sobre como ele compara a força do MST (que é sua também) com a força dos empresários do agronegócio. Este trecho da narrativa de José expressa as condições em que a luta do MST se desdobra e, consequentemente, trazem elementos para a reflexão sobre as possibilidades de ruptura com a ordem social instituída – que é o principal desafio colocado para a realização dos projetos de vida de José.

A fala aponta para o que seria, na concepção de José, uma fragilidade dos camponeses diante dos latifundiários. Na realidade, esta fala tem em sua raiz o fato de que uma sociedade estruturada em torno do capital coloca para os sem-terra somente duas alternativas: a luta contra o capital ou a aceitação de um destino de exploração ou expropriação. Queremos destacar este fato, porque as políticas neoliberais, além de não levarem a qualquer solução da questão agrária, impedem qualquer possibilidade

de reprodução da pequena produção agrícola sem que existam ameaças permanentes de expropriação.

Assim, a psicologia de classe de José, só estará plenamente identificada com a consciência de classe ou, em outros termos, se tornará sujeito de sua própria história apenas na medida em que a sua luta avançar para além da busca de inserção no mercado regido pelas necessidades do capital e se tornar uma luta para criar um novo mercado, regulado por homens e mulheres com o fim de atender as suas necessidades. Trata-se de colocar no horizonte a luta contra o capital enquanto parte fundamental da busca pela conquista da terra, por condições de se reproduzir e viver dignamente e de libertação em relação a uma entidade inumana que controla a vida de milhões de pessoas – algo que o MST destaca em seu programa desde a sua fundação.

Isto cria diversos desafios para as experiências de José enquanto ativista do MST, pois na luta contra o capital os camponeses estão em uma situação de acentuada fragilidade. Wolf (1984), analisando diversas lutas camponesas durante o século XX, destacou duas condições cruciais para o sucesso ou não das mesmas: (1) a associação com agentes externos (partidos da classe trabalhadora e/ou intelectuais orgânicos) que estavam na direção das lutas camponesas e que permitiam as lutas atingirem os pilares estruturais da sociabilidade vigente; (2) a atuação de camponeses médios que, na existência da condição anterior, podem participar de um projeto alternativo de sociedade porque sua localização peculiar no sistema de produção que resulta em uma diferenciação dos latifundiários e na criação de uma margem de manobra suficiente para exercer luta política, porque possuem poder econômico. Nenhuma destas condições existe plenamente na atual luta pela terra.

A base social do MST é formada por setores miseráveis e prejudicados pela sociabilidade regida pelo capital e, desta forma, suas lutas podem exercer pressão sobre governos, mas quando ocorrem de forma isolada são incapazes de colocar em questão as bases do poder político. A ligação da luta pela reforma agrária com as lutas de trabalhadores urbanos, permitiria superar as limitações da reivindicação econômica e colocar em questão o poder político, pois atingiriam os pilares estruturais desta sociedade. Tal associação com agentes externos existe no MST, mas é fragilizada pela situação atual das lutas da classe trabalhadora no Brasil que está em uma posição defensiva e de refluxo diante das recentes mudanças em seus instrumentos tradicionais de seus instrumentos de luta.

É nesta situação complexa que podemos situar os limites e os avanços de José. As mudanças nas suas circunstâncias e o seu envolvimento na

luta política resultaram em uma re-significação de seus processos de vida, mas seus horizontes ainda se restringem a buscar uma inserção no mercado e não lhe permitem enxergar que é este mesmo mercado que limita as possibilidades de desenvolvimento das suas capacidades. A influência do MST na vida de José é a de conduzir a um processo contraditório em que sua psicologia de classe é enriquecida, sofre mudanças contraditórias. José torna-se consciente de que mudanças sociais operadas coletivamente podem permitir a realização de seus projetos que, simultaneamente, dependem apenas de seu esforço individual.

Todavia, tal como Augoustinos (1999), podemos afirmar que as ambigüidades dos movimentos de consciência de José residem mais na própria realidade, do que em limitações individuais. Esta constatação é a mesma que Frederico (1979) aponta a partir de uma comparação das lutas empreendidas por um grupo de operários de uma fábrica antes do golpe militar de 1964 e depois do golpe: as mudanças conjunturais com a tomada de poder pelos militares, levaram a retrocessos e contradições na consciência destes trabalhadores que eram inexistentes em um período de ascensão das lutas dos trabalhadores.

9. Considerações finais

Os processos de consciência ligam-se a fatores conjunturais. No caso analisado, crescentes dificuldades econômicas levaram à decisão de inserção de um sujeito em um movimento social e, consequentemente, na luta política. Isto deu condições para o sujeito romper com o imediatismo da vida cotidiana e criar novos sentidos para a própria vida, assim como desenvolver novos projetos e necessidades. Tal movimento de consciência é dialético, supera-se o velho, mas o novo contém características do velho: a luta política emerge como uma nova dimensão na vida, mas os projetos ainda voltam-se, prioritariamente, à sobrevivência no mercado; coexistem num projeto de realização pessoal a busca de mudança social e a acomodação nos marcos da sociabilidade regida pelo capital. Esta coexistência de duas alternativas contraditórias não se deve apenas à constituição subjetiva de José, mas também às dificuldades colocadas para a luta desenvolvida pelo MST e a inexistência de um projeto de sociedade alternativo.

A contradição entre a mudança social e a realização individual por meio da inserção no mercado, contém em si dois projetos divergentes de sociedade e a realidade é que não há perspectivas de realização do projeto

do MST dentro dos marcos da ordem neoliberal – ainda que exista uma pequena possibilidade de alguns indivíduos isolados sobreviverem no mercado e tornarem-se pequenos capitalistas. A superação do conflito entre o individual e o coletivo, das ambigüidades nos processos de consciência dos militantes passa pela construção e implementação de uma alternativa radical – da qual a reforma agrária é uma parte – para trabalhadores e trabalhadoras dentro e fora do MST, que permitirá a criação de condições em que individual e coletivo não surjam enquanto pólos antagônicos.

Por fim, pode-se destacar que as experiências passadas sobre as quais José narrou, ligam-se aos seus projetos, suas necessidades e seus dilemas atuais. Assim, mais do que apreender as experiências passadas foi possível apreender como José expressava a forma e o conteúdo que a sua vida assumia para ele mesmo.

Das discussões desenvolvidas neste trabalho surgiram diversas perguntas que talvez não foram respondidas por insuficiências provenientes do próprio MHV, assim como pela realização de apenas uma entrevista. O MHV permite que os sujeitos falem de suas experiências, de seus dilemas, suas preocupações, seus planos, etc. de uma forma aberta permitindo a explicitação quase que espontânea de suas representações. Porém há problemas que surgem da abrangência que tal método possibilita e aspectos específicos que demandariam um olhar mais pontual não foram explorados.

A reflexão e a pesquisa de alguns aspectos centrais, como o problema da consciência política ou consciência de classe, deve ser ainda aprofundada e realizada, obrigando-nos a colocar as idéias desenvolvidas ao longo de discussão em um patamar provisório. Elaboramos algumas perguntas que pretendemos aprofundar no futuro:

- Como mediações sócio-culturais e complexos ideológicos funcionariam eliminando, manipulando ou sugerindo os conteúdos das alternativas que os indivíduos elaboram, idealmente ao se apropriar da realidade?
- Como se dá a participação de valores e crenças nas possibilidades de um sujeito avançar ou não em um processo de tomada de consciência?
- Quais vinculações podem se estabelecer entre a consciência que o sujeito possui de seu mundo, sua realidade imediata com as formas deste sujeito se posicionar, se relacionar diante de outros?

Notas

¹ Na realidade, na tradução em espanhol do livro de Heller (1987) sobre a vida cotidiana é utilizada uma terminologia daquela que se utilizou aqui: o invés de utilizar o termo singularidade é usado particularidade. No entanto, optou-se por utilizar o termo singular, pois nos trabalhos teóricos de inspiração lukacsiana a categoria particularidade tem um significado diferente do existente na tradução em espanhol do livro de Heller (ver Netto, 1996).

² Não é possível aprofundar a categoria vida cotidiana, sua relação com processos de alienação, as condições de sua suspensão e etc. Análises utilizando a categoria podem ser encontradas na obra de Heller (1987) e estudos como os de Netto (1996) e Yamamoto (1997).

³ A história do desenvolvimento da questão agrária e o processo de construção do MST são objetos de extensos estudos e não são isentas de polêmicas teóricas. A apresentação que se segue é esquemática e serve apenas para contextualizar historicamente o estudo que realizamos. Para estudos mais aprofundados sobre estes temas recomendamos a consulta das referências que utilizamos.

⁴ Em 1960 a participação relativa da população economicamente ativa rural na força de trabalho total era de 54,5%, enquanto em 1970 era de 44,6%, em 1980 de 30,1% e em 1990 de 24,5% (Romeiro, 2004). Outros dados referentes a este processo também podem ser encontrados em Coletti (2005).

⁵ Citaremos apenas alguns dados ilustrativos sobre o crescimento e consolidação do MST. Análises detalhadas e extensivas sobre números de ocupações, de terras assentadas e etc. podem ser encontradas em Coletti (2005), no banco de dados “Conflitos no campo” elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (2005) e na revista Reforma Agrária editada pela Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA).

⁶ Nome fictício

Referências Bibliográficas

- AMADO, V., FREITAS, S. M. D., IENO, G., & CAMINO, L. (2005). Ocupações rurais: Capacidade de mobilização e contradições internas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Em A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & J. B. d. Costa (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica: O estudo das atividades políticas* (pp. 111-138). Goiânia: Editora da UCG.
- ANDERSON, P. (2000). Balanço do neoliberalismo (L. Fernandes & E. Sader, Trans.). In E. Sader & P. Gentili (Eds.), *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático* (5 ed., pp. 9-23). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ANTUNES, R. (1998). Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90. *Critica Marxista*, 7, 89-110.
- AUGOUSTINOS, M. (1999). Ideology, false consciousness and psychology. *Theory & Psychology*, 9(3), 295-312.
- CAMARGO, A., LIMA, V. D. R., & HIPÓLITO, L. (1984). O método de história de vida na América Latina. *Cadernos CERU*, 19, 148-180.
- CAVALCANTE, M. & FERNANDES, B. M. (2006). Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. *Revista Nera*, 8, 109-121.
- CHASIN, J. (1977). A “politicização” da totalidade: Oposição e discurso econômico. *Temas de Ciências Humanas*, 2, 145-178.
- CHAUVEL, M. A. (1990). *A contribuição potencial do método de histórias de vida na investigação social: Um exemplo prático*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- COGGIOLA, O. (1999). Brasil: A questão agrária e a luta do MST. Em P. Barsotti & L. B. Pericás (Orgs.), *América Latina: História, crise e movimento* (pp. 51-87). São Paulo: Xamã.

- COLETTI, C. (2005). *A trajetória política do MST: Da crise da ditadura ao período neoliberal.* Tese de Doutorado não-publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. (2005). *Conflitos no campo.* Acessado em 20 de março de 2006, de <http://www.cptnac.com.br/?system=news&eid=6>.
- DOMINGUES, E. (2004). A luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) Contribuições da psicanálise. *Psicologia Política, 4*(8), 155-172.
- FERNANDES, B. M. (2001). *Questão agrária, pesquisa e MST.* São Paulo: Cortez.
- FERNANDES, B. M. (2005). *Agronegócio e reforma agrária.* Manuscrito não-publicado. São Paulo. Acessado em 20 de março de 2006, de <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/telas/publicações%20do%20nera.htm>
- FERREIRA, B. (2005). A reforma agrária no governo Lula – Balanço: 2003 a 2005. *Reforma Agrária, 32*(1), 11-35.
- FREDERICO, C. (1979). *Consciência Operária no Brasil: Estudo com um Grupo de Trabalhadores* (2 ed.). São Paulo: Ática.
- HELLER, A. (1987). *Sociología de la vida cotidiana* (Trad. J. F. Yvars & E. P. Nadal, 2^a ed.). Barcelona: Ediciones Península.
- IANNI, O. (1985). Revoluções camponesas na América Latina. Em J. V. T. Santos (Org.), *Revolução camponesa na América Latina* (pp. 15-45). São Paulo: Ícone.
- JACQUES, M. D. G. C. (1993). Um método dialético de análise de conteúdo. *Psico, 24*(2), 117-127.
- JOVCHELOVITCH, S., & BAUER, M. W. (2002). Entrevista narrativa (P. A. Guareschi, Trans.). In P. A. Guareschi (Ed.), *Pesquisa qualitativa*

- com texto, imagem e som: Um manual prático (2 ed., pp. 90-113.). Petrópolis: Vozes.
- KONDER, L. (2003). *O que é dialética?* (28 ed.). São Paulo: Brasiliense.
- LANE, S. T. M. (1987). *O que é psicologia social?* (13 ed.). São Paulo: Brasiliense.
- LANE, S. T. M. (2001). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. Em S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social - o homem em movimento* (13 ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- LEITE, J. F. & DIMENSTEIN, M. (2006). Subjetividade em movimento: O MST no Rio Grande do Norte. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 21-30.
- LESSA, S. (2000A). LUKÁCS: El método y su fundamento ontológico. Em E. Borgianni & C. Montaño (Orgs.), *Metodología y servicio social hoy en debate* (pp. 199-228). São Paulo: Cortez.
- LESSA, S. (2003). Trabalho, trabalho abstrato, trabalhadores e operários. Em A. Boito Jr. & C. N. d. Toledo (Orgs.), *Marxismo e ciências humanas* (pp. 259-268). São Paulo: Xamã.
- LÖWY, M. (2001). The socio-religious origins of Brazil's Landless Rural Workers Movement. *Monthly Review*, 53(2), 32-40.
- LUKÁCS, G. (1979). *Ontología do ser social: Os principios ontológicos fundamentais de Marx* (Trad. C. N. Coutinho). São Paulo: Ciências Humanas.
- MARTÍN-BARÓ, I. (1998). El papel desenmascarador del psicólogo. Em A. Blanco (Org.), *Psicología de la liberación* (pp. 161-199). Madrid: Trotta.
- MARTÍN-BARÓ, I. (2004). *Acción y ideología: Psicología social desde Centroamérica* (2 ed.). San Salvador: UCA Editores.

- MARX, K. (s/d). Teses sobre Feuerbach. Em K. Marx & F. Engels (Orgs.), *Obras escolhidas* (Vol. 3, pp. 208-210). São Paulo: Alfa-Ômega.
- MELLO, S. L. D. (1988). *Trabalho e sobrevivência: Mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.
- MONTERO, M. (1980). La clase social: sus derivaciones psicosociales. Em J. M. Salazar (Org.), *Psicología social* (pp. 295-329). D. F., México: Editorial Trillas.
- NARITA, S. (2005). Notas sobre movimentos sociais e participação política. *Psicologia Política*, 5(10), 183-210.
- NETTO, J. P. (1996). Para a crítica da vida cotidiana. In M. C. B. d. Carvalho & J. P. netto (Eds.), *Cotidiano: Conhecimento e crítica* (4 ed.). São Paulo: Cortez.
- OLIVEIRA, A. U. (2004). O campo brasileiro no final dos anos 80. Em J. P. Stédile (Org.), *A questão agrária na década de 90* (pp. 45-67, 4^a ed.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- PINASSI, M. O. (2005). O MST e a completude destrutiva do capital. *Margem Esquerda*, 5, 105-120.
- RATNER, C. (1971). Principles of dialectical psychology. *Telos*, 9, 83-109.
- RESENDE, M. & MENDONÇA, M. L. (2005). Violência no campo. *Reforma Agrária*, 32(1), 45-48.
- RIBEIRO, I. D. O. (1978). A importância da exploração familiar camponesa na América Latina. *Temas de Ciências Humanas*, 4, 143-159.
- ROMEIRO, A. R. (2004). Reforma agrária e distribuição de renda. Em J. P. Stédile (Org.), *A questão agrária na década de 90* (pp 105-136, 4^a ed.). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- SANDOVAL, S. (1989). Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. *Psicologia & Sociedade*, 4(7), 61-72.

SANTOS, M. A. C. (2005). *Tornando-se um assentado rural do MST: Uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo.* Dissertação de mestrado não-publicada. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SILVA, A. S. D. (2003). Consciência política, identidadade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Psicologia Política*, 3(5), 39-55.

Referência Teórica

WOLF, E. R. (1984). *Guerras camponesas do século XX* (Trad. I. Toledo). São Paulo: Global.

YAMAMOTO, O. H. (1997). É o cotidiano uma questão para o marxismo? *Serviço Social & Sociedade*, 54, 50-61.

Este artigo, através de um modelo cognitivista de tipo de interações, compara o estilo de ação e organização de dois grupos extremistas: ETA e Al Qaeda. É hipótese fundamental é que a forma de organização e a maneira operacional destas organizações é cada vez mais diferente. Conclui-se que é plenamente possível traçar um perfil psicológico da ação de grupos terroristas e que se torna fundamental em um objetivo de combater a estas organizações assim como na imediata identificação dos responsáveis por ataques terroristas.

Palavras-chaves

Fernando Lacerda Júnior

Cognitivismo; ETA; Al Qaeda; Terrorismo

e-mail: fernando_lac@hotmail.com

Raquel Souza Lobo Guzzo

e-mail: rguzzo@mpc.com.br

- recebido em 06 de outubro de 2006.
- aprovado em 18 de janeiro de 2007.

1. Introdução**Análise cognitivista do terrorismo do ETA e da Al Qaeda**

O terrorismo é um fenômeno que tem se manifestado ao longo de séculos, mas é no final do século XX que se intensificou, com o surgimento de organizações terroristas que atuam em escala global. Neste artigo, serão abordados alguns aspectos da organização e da ação de dois grupos terroristas: ETA e Al Qaeda.

Gilberto Sarfati

Gabriela Toutin

Fundação Álvares Penteado - SP

Resumo

Este artigo, através de um modelo cognitivista de Relações Internacionais, compara o estilo de ação e organização de dois grupos terroristas: ETA e Al Qaeda. É hipótese fundamental é que a forma de organização e o *modus operandi* destas organizações é essencialmente diferente. Concluímos que é plenamente possível traçar um perfil psicológico da ação de grupos terroristas o que se torna fundamental em um objetivo de combate a estas organizações assim como na imediata identificação dos responsáveis por ataques terroristas.

Palavras-chaves

Cognitivismo; ETA; Al Qaeda; Terrorismo; relações internacionais.

É comum dizer que os principais motivos por trás do terrorismo são ideológicos. No entanto, existem questões que permanecem talvez mais profundas e complexas. A questão da diferença entre Al Qaeda e ETA é que enquanto a organização da al-Qaeda nasceu para a criação de um apontar o mundo à Sé, sua permanência em dois países não são tão distintos assim. Nesse sentido, é interessante que os grupos não só sejam essencialmente diferentes, permanecendo níveis operacionais distintos e não apesar, mas também organizados para tal exemplo, serem copiados dos grupos terroristas atentados de 11 de setembro.

Comodemos que os grupos ETA e Al Qaeda são essencialmente diferentes tanto na forma colocar em um mesmo painel dos grupos que possuem motivações, ideologias, estruturas e métodos de ação tão diferentes. Simplemente, aplicando o cognitivismo, fica claro que a ação de Al Qaeda claramente não poderia de forma alguma ser

A Cognitivist Analysis of terror of ETA and Al Qaeda

Abstract

Through a cognitivist model of International Relations this article compares the style of action as well as the organization of two terrorist groups: ETA and Al Qaeda. The main hypothesis is that their organization and *modus operandi* are essentially distinct. We conclude that is viable to have a psychological profile of terrorist groups. The application of this method can be an important tool in the combat of terrorist organizations as well as in the process of identification of terrorist attacks.

Key words

Cognitivism; ETA; Al Qaeda; Terrorism; international relations.

1. Introdução

O terrorismo é um tema que exerce fascínio, principalmente sobre analistas de Relações Internacionais. Entender como funciona a mente de um terrorista e porque ele comete atrocidades para mostrar um ponto de vista são apenas algumas das inúmeras questões que surgem quando observamos atentados como o 11 de setembro nos Estados Unidos da América ou o 11 de março na Espanha.

Segundo Stern (2004) o terrorismo é um ato ou ameaça de violência contra não combatentes, com o objetivo de produzir vingança, intimidação ou qualquer outra forma de influenciar um grupo. Essa violência praticada contra os “não combatentes”, ou seja, pessoas inocentes, vem crescendo e se modificando ao longo das décadas. Em um primeiro estágio, percebemos o predomínio do terrorismo nacionalista, com atentados focados em determinados alvos e com a preocupação de poupar, se possível, inocentes.

O objetivo do presente artigo é comparar dois grupos terroristas de grande destaque no cenário internacional, o ETA e a Al Qaeda. A análise comparativa destes grupos será formulada, de um lado, pelos dados sobre atentados cometidos por ambos os grupos no período de 1995 à 2005 e, por outro, essencialmente, pela aplicação do modelo cognitivista de Kaplowitz (1990) centrado nos conceitos de auto-imagem nacional, a percepção da história, o interesse nacional e a percepção do inimigo.

A idéia de realizar um estudo comparativo surgiu principalmente após os atentados que ocorreram em Madri no dia 11 de março de 2004. Após as explosões, surgiram discussões acerca dos responsáveis pelo atentado. Inicialmente, o governo espanhol declarou que o culpado era o grupo terrorista ETA. Por outro lado, o nome da Al Qaeda também aparecia em grande destaque, principalmente por causa da magnitude do atentado. A questão que permaneceu foi: se o grupo terrorista ETA é essencialmente tão diferente da Al Qaeda, em diversos termos como objetivos e modo de atuação, porque houve tanta confusão em apontar o culpado? Será que possivelmente os dois grupos não são tão distintos assim? Nossa hipótese é de que os grupos ETA e Al Qaeda são essencialmente diferentes, possuindo um *modus operandi* distinto e não apresentando similaridades o suficiente para, por exemplo, serem confundidos como ocorreu no atentado de 11/3.

Concluímos que os grupos ETA e Al Qaeda são essencialmente diferentes. Não há como colocar em um mesmo patamar dois grupos que possuem motivações, ideologias, estruturas e métodos de ação tão diferenciados. Simplesmente, aplicando o cognitivismo, fica claro que o atentado de 11 de março claramente não poderia, de nenhuma forma, ser

identificado como uma ação do ETA. Desta forma, o artigo contribui para uma construção metodológica que mais rapidamente e eficazmente possa identificar os autores de eventuais atentados terroristas.

2. A estrutura organizacional dos grupos ETA e Al Qaeda

O Euskadi Ta Askatasuna (ETA), cujo nome significa “Pátria Basca e Liberdade”, é uma organização separatista que tem como objetivo maior a independência do País Basco. O País Basco, Euskadi, é uma região autônoma localizada no norte da Espanha e sudoeste da França, sendo dividida em seis províncias: Guipuzcoa, Alava, Vizcaya (território espanhol), Labourd, Baixa Navarra, e Soule (território francês). Embora não seja uma nação independente e soberana, possui certa autonomia no seu processo de tomada de decisões. Sua descendência vem de um povo antigo e de origem relativamente misteriosa devido ao isolamento geográfico, mas que possui uma cultura bastante diferenciada e utiliza o idioma basco (*euskara*) além do espanhol (Weiss, 2002).

Pode-se dizer que o movimento nacionalista basco teve início por volta do ano de 1892, quando Sabino de Arana y Goiri publicou o documento “*Bizcaya por su Independencia*”, a primeira formalização do nacionalismo na região. Em 1893 foi fundado, também por Arana, a primeira demonstração política do nacionalismo basco, o conservador Partido Nacionalista Basco (PNV). Essa organização política tinha como principais objetivos lutar por uma confederação basca independente, rejeitar imigrações e influências da Espanha e restaurar as principais tradições bascas, incendiando o orgulho acerca do passado. Mais adiante o partido teve que ser mantido ilegalmente devido às perseguições (Weiss, 2002).

Em 1959, membros da ala jovem do Partido Nacional Vasco (PNV) estavam insatisfeitos com as diretrizes tomadas pelo partido que, entre outros, não defendia mais a luta armada como ferramenta para satisfazer seus objetivos, mostrando-se demasiadamente conservador. Com o intuito de continuar lutando pela independência basca com métodos diferenciados e mais “eficazes”, estes fundaram a *Organização Socialista Revolucionária Basca de Libertação Nacional EUSKADI TA ASKATASUNA (ETA)* (Weiss, 2002).

A luta armada começou a ser empregada em meados dos anos 1960 através de assaltos a banco, explosões e assassinatos. O objetivo de tais ações era aumentar a percepção e revolta da população acerca da perseguição do povo basco. A primeira divisão do grupo ocorreu em

1966, quando surgiram duas alas. Havia a ala “nacionalista” que tinha como objetivo atingir a autonomia basca e; a ala “ideológica” que seguia a vertente marxista-leninista, defendendo então o uso da sabotagem e assassinatos para conseguir a independência.

Em 1974, o ETA realizou seu primeiro atentado maciço, matando cerca de 12 pessoas e ferindo mais de 80 (<http://www.elmundo.es/eta/financiacion.html> visitado em 26/10/2005). Os debates internos que surgiram depois do ataque resultaram na segunda divisão, ocorrida no mesmo ano, quando o grupo se dividiu no ETA-m ou *milis* (ETA militar) e o ETA-pm ou *polimilis* (ETA político-militar). A primeira corrente, mais radical, defendia exclusivamente a luta armada, enquanto a segunda, admitia que a luta armada e a luta política são partes complementares e essenciais do processo de libertação nacional.

Na década de 1980, ocorreu uma nova onda de atentados com o intuito de forçar as negociações com o governo espanhol, tanto que, em 1982, desapareceu o ETA político-militar.

É importante ressaltar que o ETA não recorria somente à defesa de seus interesses através da luta armada e ações violentas. Diversas vezes houve a tentativa de negociar “pacificamente” com o governo espanhol, decretando períodos de trégua e paz. Em 1995 foi lançado o programa *Alternativa Democrática*, que tinha como objetivo instalar um ambiente pacífico e democrático para as negociações entre o grupo e o governo espanhol, na esperança de conseguir alcançar o objetivo basco. Algumas sugestões do programa foram: que a sociedade basca decidiria qual o modelo de Estado seria criado e, em troca, o ETA suspenderia todas as atividades armadas.

Não chegando a um consenso, os ataques recomeçaram durante as eleições de 1996, vencidas pelo conservador Partido Popular e tendo como primeiro-ministro José María Aznar. Em 1998, novamente o ETA anunciou um cessar-fogo, retomando as negociações com o governo. Mas, em novembro de 1999, a recusa de Aznar em transferir 600 presos políticos para o País Basco resultou na retomada das ações violentas contra o Governo Central. Depois do 11 de setembro até os dias de hoje observa-se um silêncio incomum do grupo, que tem sido visto mais como o resultado de políticas de combate eficazes do que como uma trégua de fundo moral ou tático (Zulaika & Portillo, 2004).

A estrutura do grupo é relativamente pequena, contando com aproximadamente 20 ativistas principais e centenas de seguidores. Não existe uma hierarquia claramente definida em termos de cargos formais, o que gera grande dificuldade para o governo em infiltrar na organização. Os

membros, ou *etarras*, atuam em células pequenas e auto-suficientes, todas mantendo ligações com a organização principal, também com a intenção de dificultar o rastreamento por parte do governo. Mesmo assim existem chefes e sub chefes, por exemplo.

Os seqüestros são ferramentas poderosas de obtenção de recursos financeiros e, dependendo do seqüestrado, pressionar governos. Sua utilização foi adotada pela primeira vez em dezembro de 1970, com o seqüestro do cônsul alemão na Espanha, Eugenio Behil, que durou 25 dias (<http://www.elmundo.es/eta/financiacion.html> visitado em 25/10/2005). A maior parte dos seqüestros realizados pelo ETA acaba com o pagamento de um significativo resgate.

Com o passar do tempo os seqüestros perderam força para dar lugar a arrecadação através do “imposto revolucionário”. Com certa freqüência, membros do ETA enviam cartas ameaçadoras a empresários bascos exigindo o pagamento de um “imposto” para que a sua vida e a de seus familiares não corresse perigo e para que seu patrimônio permanecesse intacto. Por mais que várias pessoas ameaçadas tenham denunciado esta prática, não se pode calcular com exatidão quantos acabam pagando a quantia exigida pelo grupo, já que o terror psicológico causado é significativo.

Já a Al Qaeda, cujo significado é “A Base”, pode ser descrita como uma organização terrorista global de fundamentalismo islâmico, sendo seu fundador e principal *emir* (líder) Usama Bin Muhammad Bin Laden.

Bin Laden nasceu na Arábia Saudita no ano de 1957. Filho de um importante construtor da região ele se formou em Economia e Engenharia, recebendo uma educação ocidentalizada em países como a Suíça, por exemplo. Muitos estudiosos dizem que seu envolvimento com o terrorismo iniciou em 1973, mas a luta afegã contra o controle soviético alguns anos mais tarde nitidamente o direcionou no caminho do terror, levando-o ao posto de comandante de um dos principais grupos terroristas da atualidade (Conses, 2004).

Foi no ano de 1979 que a União Soviética instalou um governo comunista em Kabul, Afeganistão. Bin Laden, então na faculdade, se desviou de seu objetivo inicial, assumir a construtora da família, e se tornou profundamente religioso, sendo influenciado por um de seus professores, Dr. Abdullah Azzam. No mesmo ano Bin Laden criou um abrigo chamado *Al Qaeda Al Sulbah* (A Base Sólida) para os combatentes árabes do conflito na cidade de Peshawar, fronteira com o Paquistão (Conses, 2004).

Sendo uma figura extremamente influente entre os muçulmanos, Azzam fundou entre 1982 e 1984 a Maktab al Khidmat (MaK), uma organização dedicada a recrutar guerreiros em todas as terras muçulmanas,

treiná-los e armá-los para defender o território afegão. Bin Laden, por ser um dos maiores financiadores, logo se tornou um líder e passou também a recrutar jovens árabes e muçulmanos. A MaK recebeu quantias significativas de governos ocidentais que tinham como maior inimigo, na época, o comunismo. Países como os EUA e a Inglaterra forneceram, inclusive, treinamento e conselhos técnicos.

Quando a luta anticomunista chegava ao fim, a relação entre Bin Laden e Azzam sofreu um abalo, já que este último passou a apoiar Ahmadshah Massoud, o então líder da aliança de combate ao Talibã. Bin Laden preferia Gulbuddin Hekmatyar, líder anticomunista e antiocidental da Hizb-i-Islami, grupo de defesa dos interesses islâmicos. Em 1988, Bin Laden, que retornou à Arábia Saudita como herói, teve então a idéia de criar um grupo que reunisse todas as causas e ideais muçulmanos. Os mais de 10.000 homens treinados pela MaK estavam preparados para defender os interesses muçulmanos. Surgiu com isso a Al Qaeda.

Em 1989, Azzam morreu durante um atentado que resultou na explosão de seu carro. Um dos motivos especulados é que Azzam era contra a utilização da verba da MaK para financiar a organização da Al Qaeda.

A definição dos objetivos atuais da Al Qaeda e sua transformação para um grupo terrorista ocorreram em 1990, quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait. Tendo em vista as possíveis consequências e buscando novamente a glória alcançada no Afeganistão, Bin Laden ofereceu sua equipe e estrutura para defender a Arábia Saudita das forças iraquianas.

Atualmente, os objetivos principais da Al Qaeda são: difundir ideais islâmicos, acabar com regimes corruptos nos países muçulmanos e destruir os poderes, especialmente Ocidentais, que tentam infiltrar-se no mundo muçulmano. Atentados como o 11 de setembro e os ataques aos trens de Madrid são provas de como a Al Qaeda age e como tem conseguido espalhar o medo pelo mundo (Stern, 2004).

Em termos de funcionamento, a Al Qaeda é um grupo terrorista que funciona como um *network*, ainda que possua um líder e alguns membros com maior autoridade em sua “cúpula”.

Existem também diversos tipos de agentes, sendo a principal divisão entre agentes sofisticados (lidam com dados de informação militar, escondem alvos, cuidam da segurança e fazem bombas) e os “bons muçulmanos” (não são especialistas em nada, sendo a melhor coisa que oferecem ao grupo seu conhecimento do idioma e costumes do local onde o atentado será aplicado). Estes últimos, geralmente rapazes identificados nas mesquitas, são descartáveis e recrutados para agir somente na fase de implementação de um ataque, raramente se juntando formalmente ao grupo.

Quando um militante em potencial é detectado, passa por um acampamento onde suas habilidades e empenho são testados. Desta maneira os instrutores podem alocá-lo para o escalão apropriado. Por causa da política rigorosa da Al Qaeda, onde só se compartilha informação com quem precisa saber dela, muitos dos militantes de apoio só ficam sabendo o que vão fazer no momento da ação.

A Al Qaeda mantém diversos vínculos com instituições de caridade. O objetivo principal é usá-las como fachada para lavagem de dinheiro, mas também para desviar fundos doados aos seus próprios cofres. Além destes vínculos, o grupo assume uma função importante de previdência social, recebendo “fundos de caridade” e providenciando ações humanitárias, tal como o Exército de Salvação.

A maioria dos militantes da Al Qaeda foi recrutada por organizações islâmicas em seus países de origem. Os recrutadores geralmente localizam as pessoas com vocações promissoras em seminários ou mesquitas. O possível recrutado é abordado após um período de observação e levado para um acampamento, onde diversos fatores são analisados como: compromisso com o Islã, segurança psicológica, inteligência e condicionamento físico. Identificar os militantes confiáveis é o trabalho mais difícil. Entre os recrutadores mais bem sucedidos vale destacar Muhammad Atef (supostamente morto em 2002 durante bombardeios americanos) e Abu Zubaydah (preso nos EUA).

A partir de 1989, Bin Laden providenciou no Afeganistão campos de treinamento e hospedagem para a Al Qaeda e seus parceiros. Até o atentado de 11 de setembro, entre 70.000 e 110.000 muçulmanos teriam se formado em acampamentos da Al Qaeda, entre eles Khalden, Derunta, Khost e Jihad Wal. Deste número, apenas uns 5.000 foram convidados a formalmente ingressarem na Al Qaeda. Os acampamentos têm diversas utilidades além de treinamentos, criando laços sociais para que os militantes se sintam totalmente comprometidos com a causa proposta. A partir do treinamento os especialistas delegam os recrutas para escalões do grupo e tarefas específicas.

A parte mais importante do treinamento é a preparação mental e a doutrinação religiosa, que inclui a lei histórica do Islã e como desencadear uma guerra santa. Esta parte do treinamento coloca na cabeça dos alunos a idéia de que existe um inimigo cruel promovendo uma nova Cruzada contra as terras do Islã. Este inimigo deve ser combatido militarmente, pois esta é a única linguagem que o Ocidente comprehende. Este inimigo se assusta facilmente com pequenos grupos de combatentes, portanto os alunos aprendem a operar em células menores.

3. O Cognitivismo

Quando as relações internacionais são analisadas sobre a ótica dos modelos teóricos tradicionais, percebe-se que o comportamento humano é constantemente abordado de maneira racional. A psicologia, por sua vez, proporciona uma visão diferenciada do que ocorre na psique humana e explora com muito mais profundidade esse processo interior do ser humano, principalmente ao tomar uma decisão ou formar suas opiniões e escolher ideologias. A visão cognitiva é apenas uma das inúmeras ferramentas da psicologia para essa análise.

O cognitivismo procura decodificar o que se passa dentro da cabeça dos seres humanos, principalmente ao tomarem uma decisão. Esse fato o torna essencial no estudo do comportamento de atores nas Relações Internacionais. Apesar da discordância no uso do termo em política internacional há uma crescente utilização deste tipo de modelo para a compreensão dos fenômenos internacionais (Axelrod, 1976; Jervis, 1976; Holsti, 1967; Larson, 1994; Vertzberger, 1990).

A violência é um elemento para o qual o cognitivismo fornece importantes visões e interpretações. Para um observador externo é muito difícil entender por que ocorre a violência. O cognitivismo explica que para entender por que uma pessoa ou grupo pratica a violência não basta somente conhecer a situação, mas sim interpretar o significado que seus atores lhe atribuem. Portanto, ao interpretar porque grupos terroristas utilizam a violência como meio e fim não podemos somente determinar que seu uso ocorre, devemos analisar qual o significado conferido à violência, ou seja, o que ela representa para o grupo e como sua utilização ajuda o grupo a atingir seu objetivo (Sarfati, 2005).

Para auxiliar na compreensão da motivação de um comportamento violento, tal como percebido em terroristas, utilizaremos o modelo teórico cognitivista desenvolvido pelo autor Noel Kaplowitz (1990), onde o mesmo analisa os conflitos internacionais utilizando os conceitos de auto-imagem nacional, a percepção da história, o interesse nacional e a percepção do inimigo.

A auto-imagem nacional é a visão que um povo tem de si mesmo, sendo essa influenciada por fatores como religião, história e língua. O resultado dessa visão é muito importante na arquitetura de uma política externa. Essa arquitetura também é influenciada pela maneira com que um país enxerga o comportamento de outras nações, modificando-a então de acordo com suas convicções entre certo e errado. Esse processo é conhecido como a Teoria Atribucional.

Entretanto, a influência da auto-imagem no comportamento de um povo não acontece de maneira rápida e direta, sendo induzida pelo inconsciente coletivo de forma sutil. Segundo Jung (*in Sarfati, 2005*), o inconsciente coletivo é o conjunto das imagens primordiais (arquétipos) e representações primitivas que tornaram-se heranças de geração para geração e que constituem os traços coletivos verificados no interior do psiquismo (inconsciente) de cada indivíduo. Esses arquétipos não têm como origem nem são influenciados por experiências pessoais do indivíduo e sim transmitidas como lembranças através das gerações subsequentes.

Baseado nisso, Kaplowitz (1990) defende que uma auto-imagem negativa pode acarretar consequências desastrosas, geralmente ligadas ao sentimento de inferioridade, o de não ter seu espaço reconhecido, de humilhação, dominação, opressão, entre outros. Atos terroristas, na maioria das vezes, surgem da tentativa de compensação desses sentimentos por parte de grupos que refletem os anseios de um determinado povo. Quanto mais negativo forem esses sentimentos, mais agressivo e desafiador será o comportamento desses grupos.

Essa ótica caracteriza o terrorismo como um instrumento de poder. Os atos terroristas seriam a única forma de um povo oprimido impor-se perante uma nação forte e desenvolvida, a única maneira de fazer com que o restante do mundo preste atenção em suas exigências e ideologias. Em outras palavras, quando um povo percebe que seus objetivos não serão alcançados de maneira convencional, através de negociações, por exemplo, grupos podem tentar transmitir uma mensagem política ou religiosa para o resto do país ou mundo através de atos de terroristas.

Para os terroristas, seus atos representam motivo de orgulho e fornecem uma viciante sensação de poder por conseguir finalmente fazer diferença no sistema internacional.

Relacionando à visão de Kaplowitz (1990) sobre a influência da auto-imagem nacional no surgimento do terrorismo, podemos também destacar a teoria da psicóloga política americana Knutson (1981). A hipótese da Identidade Negativa sugere que terroristas de maneira geral adotam uma posição de identidade negativa, ou seja, um sentimento de inferioridade tal como o de fazer parte de uma minoria étnica. O cultivo desse sentimento leva à prática de atos violentos como o terrorismo. A visão negativa em relação à própria identidade, associada à falta de possibilidades de mudança induz o indivíduo a entrar em um processo de rejeição vingativa em relação à posição que assume perante a sociedade. A maneira de extravasar essa frustração geralmente ocorre na forma de violência (Knutson, 1981).

As atitudes de conflito como atos terroristas, além da auto-imagem nacional, também são influenciadas pela percepção da história de um povo. Esse conceito diz respeito a maneira com que um povo vê e analisa sua evolução ao longo dos tempos. Essa análise pode acarretar, por exemplo, na vontade de evitar uma repetição do passado, principalmente se este envolver dominação e repressão. Certos mecanismos de defesa podem então ser aplicados, pois a demonstração de força é uma maneira de recuperar a auto-estima e compensar os traumas ocorridos ao longo do tempo (Sarfati, 2005).

Alguns grupos terroristas claramente defrontam-se com a percepção negativa de seu passado. Certos povos enfrentam por muitos anos a dominação e opressão por parte de autoridades ou outros povos. A maneira escolhida por certos membros das comunidades perseguidas é utilizar-se de extremistas para demonstrar sua força e vontade de vingança, ao determinar inimigos como alvos. Percebemos como uma atitude de defesa surge para enfrentar uma situação de dominação, quando um povo busca sem trégua demonstrar sua força e destruir a dominação, como forma de não permitir a repetição do que ocorreu no passado (Sarfati, 2005).

Contudo, a utilização da violência e a geração de um conflito podem também ocorrer quando um país procura reviver seu passado, o qual foi marcado por vitórias e por uma posição de destaque no cenário internacional. Não necessariamente o conflito precisa ser gerado como mecanismo de defesa contra um passado derrotista, mas como uma alternativa para resgatar um passado glorioso.

Um terceiro conceito que influencia os conflitos internacionais, segundo Kaplowitz (1990), é o interesse nacional. Esta é, na verdade, uma outra forma de auto-imagem porque os objetivos que uma nação almeja como um todo refletirão na maneira com que a população se enxerga. Tradicionalmente, as teorias de Relações Internacionais especificam o interesse nacional como algo objetivamente determinado, mas existem claras diferenças nos interesses nacionais, que variam de país para país. Essas diferenças surgem de acordo com os valores de uma nação e da possibilidade de ação de outras nações. Em outras palavras, os valores de uma nação determinam as perdas e ganhos relativos em comparação à outra nação (Sarfati, 2005).

A percepção do inimigo é de extrema importância quando se analisa a magnitude de um conflito. O ódio exacerbado pelo inimigo leva a conflitos sangrentos e de longa duração. Por outro lado, quando existe uma percepção moderada do inimigo, podendo envolver até respeito, os conflitos tendem a ser mais amenos. Isso não significa que exista um pa-

drão para caracterizar o inimigo, mas com certeza esse fator influencia no desenvolvimento do conflito (Sarfati, 2005).

No entanto, é possível que haja uma *misperception*, ou seja, uma percepção errônea do que outra nação está praticando. Esse erro pode ocorrer devido a preconceitos e resultar em atitudes não racionais, que acabam por agravar ou levar a uma situação de conflito. Quanto menos comunicação existir entre as nações, maior a chance de ocorrer essa má percepção (Sarfati, 2005).

Quando uma situação de conflito já existe, as partes envolvidas tentam interpretar o que está ocorrendo e muitas vezes acabam separando a imagem da realidade. Esse não leva a visões preconceituosas e com certeza não contribui para amenizar o conflito.

Essas percepções e auto-imagens, segundo Kaplowitz (1990), contribuem como base para a estratégia do conflito, ou seja, as ações e o plano para atingir determinados objetivos em relação aos adversários. Existem diversas estratégias no cenário internacional, mas devido ao perfil dos dois grupos terroristas analisados posteriormente, optou-se por destacar as duas estratégias que se adequam ao perfil de cada organização:

Estratégia Totalista: diferencia-se pela obsessão constante de alcançar a vitória em uma situação específica de conflito, portanto, há o desejo pela completa eliminação ou subordinação do outro. As técnicas mais utilizadas são as punições e as ameaças. Deriva de percepções extremamente monolíticas e negativas do inimigo, além de auto-imagens grandiosas e megalomaníacas sobre si próprio. Não somente acreditam que estão 100% corretos, mas que também são onipotentes e merecem a qualquer custo a vitória.

Estratégia Totalista de Longo Prazo: os agentes envolvidos podem se deparar com adversários poderosos e, portanto, terem que adiar a sua vitória final e modificar suas táticas e estratégias para que a mesma seja obtida em partes. Sob esse aspecto, os atores que adotam essa estratégia inconsistentemente ressaltam a força e a ameaça, mas essa visão se torna diluída no longo prazo por razão das sanções e propaganda. Essa diluição permite que o inimigo seja até tolerado no curto prazo. A visão do inimigo é demasiadamente negativa, mas não é completamente monolítica, o que viabiliza a possibilidade de acordos intermediários conforme os interesses dos atores.

Os elementos elucidados acima não explicam por si só o surgimento do conflito e de grupos terroristas. A autora Jéssica Stern (2004) introduz uma série de ressentimentos que geram uma base sólida para o surgimento de grupos que incentivam e utilizam o conflito como meio e

fim e para justificar a origem de atos terroristas. Esses ressentimentos são a alienação, a humilhação e o território.

Outra teoria, criada pelo pesquisador americano Dr. Ted Robert Gurr (1970), realça justamente a importância dos elementos psicológicos na formação de um terrorista, o que ratifica o fator individual como de suma importância para a análise da formação desses grupos, tal qual defendidos também por Stern (2004). Segundo Gurr (1970), todo sentimento de frustração leva a uma exteriorização de violência e agressividade e toda exteriorização de violência e agressividade é resultado de um sentimento de frustração.

Portanto, as condições necessárias para o surgimento de um indivíduo agressivo que exteriorize a violência envolvem, além dos ressentimentos, a privação, que nesse caso é definida como a percepção do indivíduo em relação à discrepância entre seus valores e expectativas e o que o mundo externo realmente oferece. Essa privação pode ser tanto individual quanto coletiva (Gurr, 1970).

Com base nas teorias de Stern (2004) e Gurr (1970), pode-se confirmar que os sentimentos de alienação e humilhação, descritos a seguir, são de total relevância quando se analisa fatores que levam um indivíduo ou grupo de indivíduos ao terrorismo.

A alienação é o ato ou efeito de alienar, ou seja, desviar, afastar, alhear (Ferreira, 1988). Indivíduos que se sentem rejeitados pela sociedade como um todo tendem a se juntar a grupos que o façam sentir importante e valorizado. Grupos terroristas que reconhecem isso buscam justamente pessoas que se encaixem nesse perfil, pois são esses excluídos que tendem a se dedicar inteiramente a uma causa quando sentem que são indispensáveis para seu sucesso. Os líderes de grupos terroristas são especialistas em fazer seus membros se sentirem valorizados e indispensáveis. Quanto mais os líderes fizerem seus membros se sentirem fortes dentro do grupo, mais comprometimento será obtido (Stern, 2004).

Depoimentos colhidos por Stern (2004) por meio de membros de seitas religiosas consideradas como grupos terroristas confirmam o fato de que, para certas pessoas, ser membro de um grupo terrorista é ter status, é ser reconhecido como poderoso e indispensável, sentimento que nunca desfrutaram durante o convívio em sociedade.

Pessoas alienadas também tendem a buscar um lugar ou uma pessoa que as protejam. Por esse motivo, líderes terroristas difundem a idéia de que estão protegendo seus membros contra outras pessoas que se encontram à parte do grupo. Os alienados se sentem vulneráveis ao julgamento de pessoas de fora dessa realidade, portanto, quando ingressam em

um grupo sentem que seu líder os protegerá da humilhação e condenação que anteriormente enfrentavam. Em troca, oferecem devoção à causa e lealdade ao grupo.

O sentimento de humilhação e o ato de humilhar podem ter diversas origens, mas geralmente estão relacionados a diferenças entre duas ou mais pessoas. O indivíduo que humilha se sente em uma posição superior, detectando diferenças étnicas, políticas, religiosas, entre outras, no humilhado, que passa a assumir uma posição de inferioridade e rebaixamento moral (Stern, 2004).

A sensação de ser humilhado resulta, na maioria dos casos, no desenvolvimento de um sentimento negativo tal como a raiva, desespero ou indignação. Vale ressaltar que o indivíduo que sofreu essa experiência pode então exteriorizar o sentimento negativo de forma destruidora como, por exemplo, na forma de ataques terroristas.

Conforme citado anteriormente, líderes de grupos terroristas tendem a aproveitar a alienação e humilhação para recrutar indivíduos, geralmente jovens, alimentar sua coragem e então convencê-los a praticar atentados, assassinatos e seqüestros. O sentimento de afronta facilita o processo de recrutamento e faz com que a idéia de se tornar um terrorista e possuir algum tipo de poder se torne muito mais sedutora (Stern, 2004).

Quando um indivíduo se sente humilhado ou à margem da sociedade a morte é muitas vezes vista com indiferença, portanto, lutar por uma causa e morrer por ela não é um absurdo. Pelo contrário, se uma pessoa que sente não ter nada significante na vida se envolve profundamente com uma causa, ela se torna disposta a morrer por ela e tornar-se um mártir. Os terroristas têm a capacidade de perceber esse sentimento que beira o desespero para então oferecer exatamente o que a pessoa humilhada precisa, como reconhecimento, incentivo, etc.

Há a tendência de acreditar que a humilhação está intimamente ligada à pobreza e à falta de inteligência e personalidade. No entanto, essa é uma visão equivocada, pois a humilhação ocorre, como mencionado anteriormente, de diversas formas e em todas as camadas da sociedade. Dessa maneira, os indivíduos envolvidos no terrorismo, seja ele político ou religioso, podem ser tanto ricos como pobres, tanto inteligentes e bem instruídos como inábeis, tanto homens quanto mulheres e crianças.

Em suma, o terrorismo é uma saída para os humilhados se sentirem poderosos. Humilhações, que muitas vezes são pequenas e aparentemente inofensivas, repetidas ao longo dos anos resultam em frustrações e desejos insuportáveis que levam indivíduos a atacarem e matarem pessoas com a idéia de que dessa maneira se vingarão e recuperarão a dignidade.

Para Juergensmeyer (2000) o terrorismo é uma forma de “desumilhar” os humilhados e traumatizados. Eles se envolvem com o terrorismo não somente para desdenhar seus inimigos, mas também para adquirirem um sentido de poder.

O elemento território representa também uma fonte de extrema importância no que diz respeito à origem de grupos terroristas. Geralmente a causa se resume à disputa por um determinado território. A disputa por um espaço geográfico raramente se dá de maneira pacífica, levando sempre a severas discussões e conflitos. Quando essa disputa não resulta em um processo de negociação sério entre as partes envolvidas, os conflitos se agravam e os ataques ao inimigo assumem uma proporção que muitas vezes foge ao controle. São nesses casos que surgem os grupos terroristas, independente do motivo de disputa pelo território, que pode ser político, religioso, étnico, etc. (Stern, 2004).

Os grupos terroristas que surgem a partir de uma disputa territorial acreditam estar representando os interesses gerais da população e também que têm seu apoio. A população, por outro lado, pode até acreditar na causa territorial defendida pelos terroristas, mas raramente concorda com os métodos utilizados para alcançar a vitória da disputa.

Por fim nota-se que em relação a territórios, o terrorismo resulta da falta de alternativas pacíficas para solucionar uma disputa ou conflito por um espaço geográfico. Os terroristas passam então a utilizar métodos violentos para alcançar seus objetivos e acabam muitas vezes causando discórdia entre a população local, que por sua vez pode concordar com a causa, mas definitivamente não com os meios.

4. Análise comparativa entre o ETA e a Al Qaeda

Em linhas gerais, tanto o ETA quanto a Al Qaeda foram influenciados pelo fator auto-imagem nacional e percepção da história, por mais que essa influência tenha ocorrido de maneira claramente diferente.

O processo de surgimento do ETA foi fortemente influenciado pela auto-imagem nacional. O povo basco, desde seu surgimento por volta do ano 2000 a.C, sempre defendeu com muito afeto sua cultura, que historicamente foi depreciada e perseguida por autoridades espanholas que tinham como objetivo integrar a região basca com o restante da Espanha e não permitir sua independência.

Cada geração basca que sofreu com a repressão e discriminação, tendo que lutar para manter sua cultura, história e idioma vivos acabou

por difundir no inconsciente coletivo, passado de geração para geração, a idéia de que se deve lutar pelo seu espaço e por seu país. Com isso verificamos que o povo basco possui uma auto-imagem afetada negativamente pela dominação que sofreu ao longo do tempo. A consequência é desastrosa, pois o sentimento de inferioridade, de não ter seu espaço reconhecido, de humilhação, dominação e opressão acabaram por criar um grupo que, através do terrorismo, busca atingir os objetivos de um povo e compensar os sentimentos negativos gerados ao longo do tempo.

Claramente o ETA utiliza o terrorismo como um instrumento de poder. Percebendo que seus objetivos não serão alcançados de maneira convencional, através de negociações, o grupo transmite sua mensagem política para o resto do país por meio de atentados, assassinatos, seqüestros, etc.

Por fim, na relação entre auto-imagem nacional e o grupo ETA, comprovamos a teoria de Jeanne N. Knutson (1981), os militantes do ETA adotam, consciente ou inconscientemente, uma posição de identidade negativa, demonstrando um sentimento de inferioridade por fazer parte de uma minoria étnica. O cultivo desse sentimento os leva a praticar atos terroristas.

Por outro lado, a influência da auto-imagem nacional no grupo terrorista Al Qaeda se dá de maneira diferente do que no ETA, no sentido de que sua influência não é tão determinante como no caso demonstrado acima.

Nesse caso é mais difícil falar de uma auto-imagem nacional específica porque não estamos lidando com apenas um país como no caso do ETA, mas sim de um conjunto de países que formam uma região extremamente conflitante, o Oriente Médio. A Al Qaeda é composta por diversas pessoas desses países, Afeganistão por exemplo, que têm como um dos objetivos em comum combater países Ocidentais que procuram infiltrarem-se no mundo muçulmano.

A existência de células espalhadas ao redor do mundo, mas ligadas à Al Qaeda também dificulta a possibilidade de utilizar o conceito de auto-imagem nacional na análise do surgimento do grupo. O que ocorre é que cada indivíduo que ingressa na Al Qaeda ou cria uma célula ligada a ela possui motivações pessoais e distintas. Sob essa ótica podemos afirmar que a visão de Stern (2004) é muito mais pertinente na análise do surgimento da Al Qaeda do que a visão de Kaplowitz (1990).

O que podemos destacar é o fato de haver um sentimento coletivo de dominação, repressão e alienação devido aos inúmeros conflitos existentes na região do Oriente Médio e à delicada relação política e econômica com o Ocidente. Esses fatores levam algumas pessoas a se unirem e exteriorizarem seus sentimentos negativos de maneira violenta, ou seja, através do terrorismo.

Em relação ao surgimento do grupo, este processo se deu através do trabalho de um único homem, Bin Laden, que por mais que tivesse tido ajuda de outras pessoas, idealizou o projeto individualmente com base nos acontecimentos que ocorriam a sua volta, tal qual a invasão do Kuwait por Saddam Hussein.

Dessa maneira, se tomarmos como base a visão de Jung dentro do modelo teórico cognitivista desenvolvido por Kaplowitz (1990), concluiremos que a auto-imagem nacional não influenciou no surgimento da Al Qaeda, pelo fato de somente um homem e não um grupo de pessoas ter criado o grupo, mas sim na sua manutenção. Em outras palavras, este grupo terrorista se mantém vivo devido à auto-imagem nacional que os indivíduos que nele ingressam possuem.

O que faz a Al Qaeda se manter é o fato de que, na região em que o grupo se insere, ou seja, no Oriente Médio, existe uma auto-imagem nacional fortemente relacionada e influenciada pela religião. Apesar da grande diversidade das populações e religiões praticadas, entre elas o islamismo, percebe-se uma grande ligação dos povos com suas crenças religiosas, o que acaba afetando diretamente o modo de vida dessas pessoas.

Com isso, muitas vezes percebe-se uma “rejeição” ao modo de vida ocidental pelo fato de ser extremamente diferente do que o praticado nos países do Oriente Médio. Chega a existir uma intolerância por parte de certos indivíduos, o que acaba por fomentar grupos terroristas como a Al Qaeda que tem como intuito, entre outros, combater violentamente países específicos que se mostram “intrusos” no Oriente Médio, tal como os Estados Unidos da América (EUA) no Iraque.

No caso da relação entre a auto-imagem nacional e a Al Qaeda percebemos mais claramente uma ligação com a Teoria Atribucional. O grupo terrorista em questão, por ter inimigos em uma escala mundial, EUA e Inglaterra, por exemplo, e não localizada como o ETA, constantemente analisa o comportamento de outras nações e, de acordo com suas convicções entre o que é certo e errado, escolhe seus inimigos e direciona suas ações. Esse processo não ocorre com o grupo ETA.

O terceiro conceito analisado por Kaplowitz (1990) é o interesse nacional, ou seja, resumidamente são os objetivos que uma nação anseia. Por estarmos lidando com grupos terroristas e não Estados, definiremos o interesse nacional como os objetivos de cada grupo, explicando também o que os motiva para alcançar esses objetivos.

O objetivo do grupo terrorista ETA é a independência do País Basco em relação à Espanha e França. Sua motivação é a política nacionalista, sendo o grupo classificado como praticante do terrorismo nacionalista-

separatista. O ETA é extremamente dedicado a sua nação, colocando-a acima de tudo e tomado medidas drásticas para defendê-la e conseguir alcançar seus objetivos.

Ainda de acordo com Kaplowitz (1990), podemos deduzir que este grupo pratica a estratégia totalista de longo prazo. Isto se dá pelo fato do grupo, tendo a consciência de que está lidando com um inimigo poderoso, ou seja, o governo espanhol, adiar sua vitória final e modificar suas táticas e estratégias para que o objetivo seja obtido em partes. No entanto, a força e a ameaça são sempre utilizadas, mas ao longo prazo se tornam diluídas por causa da recriminação por parte da opinião pública, que é mais favorável a negociações pacíficas. Essa diluição faz com que o inimigo seja tolerado no curto prazo, havendo espaço para diálogo e negociações.

A motivação política que direciona o ETA significa que existe uma causa de combate mais específica se comparada com uma motivação religiosa, que por si só envolve assuntos mais complexos e abstratos. Com uma causa de combate mais específica, o ETA consegue delimitar com mais facilidade seu inimigo e a região onde irá atacar.

Além do mais, ao contrário da Al Qaeda, os membros do ETA têm em mente uma ideologia política que não sofre intervenção de elementos como religião e fanatismo. Estamos lidando com um grupo que pode até ser classificado como “racional” no sentido de que possui um objetivo certo além de alvos e métodos também certos para que esse objetivo seja alcançado.

Por outro lado, os objetivos da Al Qaeda são mais transcendentes e complexos. O grupo busca principalmente combater governos ocidentais que interferem no mundo muçulmano. Por trás disso se encontra a vontade de difundir as idéias e o modo de vida islâmico. Em sua visão, a ordem global de hoje deve ser destruída e, em seu lugar, instauradas estruturas sociais que sejam condizentes com suas visões religiosas.

Para alcançar seus objetivos o grupo utiliza, de acordo com Kaplowitz (1990), a estratégia totalista de combate. Essa conclusão foi tirada com base no fato de que a Al Qaeda, como grupo terrorista, se diferencia por buscar obsessivamente a “vitória” e a completa eliminação ou subordinação do inimigo. Possuindo uma auto-imagem grandiosa e a certeza de que estão sendo guiados por uma autoridade divina, não somente acreditam que estão 100% corretos, mas que também são onipotentes e merecem a qualquer custo a vitória.

Tendo isso em mente, a principal motivação da Al Qaeda é religiosa, sendo o grupo classificado como praticante do terrorismo religioso fundamentalista. Isso significa que o grupo faz a defesa de um conjunto

de princípios religiosos tradicionais e ortodoxos tidos como verdades absolutas, enfatizando uma obediência rigorosa e literal de certos princípios e pregando como indispensável a adoção de uma determinada consciência religiosa, seja ela individual ou coletiva.

Mais especificamente estamos tratando da religião islâmica e seus princípios característicos, que fazem com que o grupo terrorista determine uma separação entre sua região sagrada e o Ocidente. Pode até parecer que existem motivações políticas impulsionando a Al Qaeda devido ao fato de ela ter como alvo figuras políticas e Estados, mas a determinação dos alvos específicos deriva do comportamento de cada “inimigo”, altamente reprovado.

A necessidade de impor um método de vida baseado em fundamentos religiosos tão fortemente seguidos faz com que os membros da Al Qaeda se tornem fanáticos e extremistas, defendendo seus ideais a qualquer custo e punindo um espectro muito maior de vítimas se comparado a grupos terroristas mais “tradicionais” e com motivações políticas.

Os terroristas fanáticos acreditam que o Islamismo não é somente uma religião, mas uma maneira de vida que envolve fatores sociais, culturais e políticos, ou seja, a religião se torna um apoio ideológico. O terrorismo se torna então a maneira mais usual do fanático alcançar seus objetivos, pois não consegue dialogar ou negociar, portanto não é ouvido (Paz, 2005). Esse é o caso da Al Qaeda, onde a busca pelo alcance dos objetivos e pela oportunidade de ser ouvido faz com que ferramentas como o terrorismo se tornem a única saída para grupos “oprimidos” e fanáticos que não conseguem expor suas idéias de outra maneira.

A Al Qaeda, por ser um grupo terrorista religioso de raízes islâmicas, nos mostra uma forma diferenciada de terrorismo se comparado a grupos com foco político, provando ser um objeto de estudo extremamente complexo. As percepções do grupo em relação a valores e objetivos são muito diferentes das percepções de nossa cultura, fator refletido nos ataques sem limite que ocorrem em escala global (Paz, 2005). Grupos terroristas com motivações diferenciadas, políticas, por exemplo, e com membros não fanáticos praticam ataques muito mais limitados em termos de alvos escolhidos e regiões atacadas, se focando em um determinado espaço geográfico.

Por fim, Kaplowitz (1990) descreve o conceito da percepção do inimigo. O grupo terrorista ETA, apesar de ter praticado atentados em território francês, tem como seu inimigo específico o governo espanhol. A percepção que o ETA tem do governo espanhol é de que este não está

interessado na independência do País Basco, portanto, barra o processo de libertação dos bascos.

No entanto, esse sentimento negativo não possui a mesma profundidade de ódio que os membros da Al Qaeda possuem em relação ao Ocidente e quem vive de maneira oposta ao que eles pregam. Essa característica pode ser facilmente percebida na qualidade de grupo moderado que o ETA possui. Isso não significa que o ETA seja um grupo “melhor” ou condizente em relação ao inimigo, senão não seria um grupo terrorista. Mas, o fato de estarem abertos à comunicação e à negociação significa que existe um grau de tolerância em relação ao inimigo que no caso da Al Qaeda não parece possível.

Já os inimigos da Al Qaeda são representados em maior número. O grupo terrorista trava uma batalha com o Ocidente, fixando alvos específicos quando se sente especialmente ameaçado. Esse é o caso dos EUA e da Inglaterra, que ao declararem uma política de combate particular ao terrorismo e a Al Qaeda ganharam um perigoso inimigo.

O ódio em relação ao inimigo ocorre em termos da conduta religiosa imposta e seguida pelo grupo. Indivíduos e sociedades que não seguem os costumes sócio-culturais tidos como aceitáveis pela Al Qaeda são tachados de infiéis e se tornam alvos do grupo.

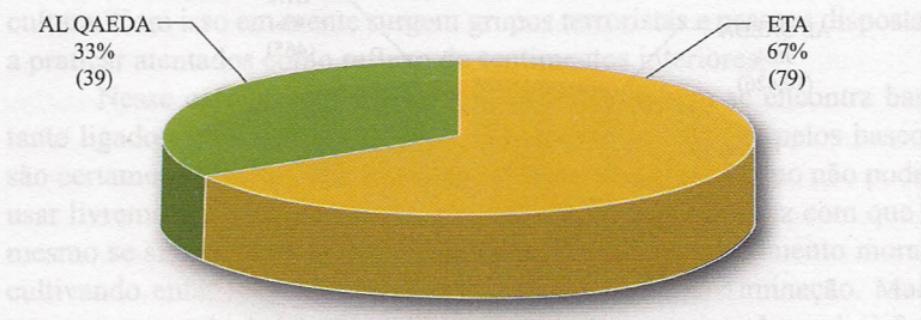
Essa exacerbação de ódio em relação ao inimigo é comprovada através da quantidade de atentados praticados pela Al Qaeda. Mais uma vez destacamos o fato de não haver discriminação das vítimas. Enquanto o ETA se concentra em alvos políticos e procura matar o mínimo de inocentes possível, a Al Qaeda vê todo os infiéis como inimigos e alvos, matando crianças, adultos, mulheres e homens. Na verdade, quanto mais mortos melhor. O objetivo geral é atingir uma nação como um todo, causando pânico e medo, na esperança de que, para poupar mais vidas, os governos desses países alvos cedam às reivindicações do grupo.

Este fato pode ser comprovado através dos gráficos abaixo, que apresentam uma comparação entre o número de mortos e feridos tanto por atentados do ETA como por atentados da Al Qaeda. Vale lembrar que as porcentagens obtidas abaixo são resultado da análise estatística dos dados numéricos apresentados nas tabelas incluídas nos Anexos 1 e 2.

Foram analisados os principais atentados terroristas de ambos os grupos durante um período de dez anos, entre 1995 e 2005. A cada atentado contabilizamos os números de vítimas fatais e de feridos. Inicialmente percebemos que no mesmo intervalo de tempo o ETA praticou mais atentados que a Al Qaeda:

Figura 1
Atentados praticados pelo ETA e Al Qaeda entre 1995 e 2005

Gráfico Comparativo - nº de atentados



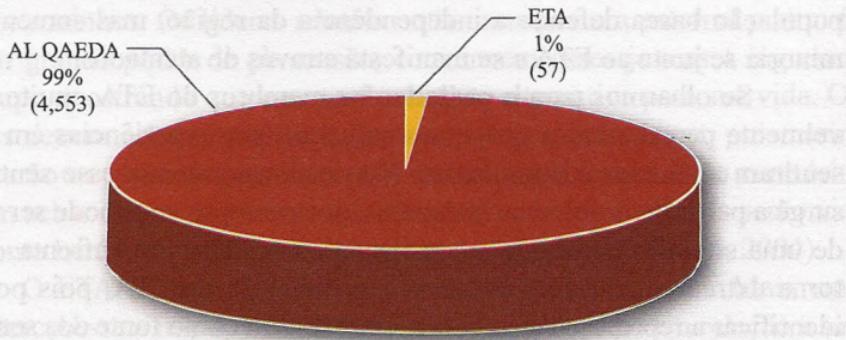
Fonte: BBC, CBC, CFR, Clarín, CNN, El País, El Mundo, FBI, FolhaOnline, ICT, MSNBC, USINFO. Organizado por Gabriela Toutin.

Surpreendentemente, apesar do ETA ter praticado mais atentados em 10 anos do que a Al Qaeda, a Al Qaeda causou mais mortos e feridos. As figuras 2 e 3 abaixo servem para comprovar o maior grau de intolerância que a Al Qaeda possui em relação ao inimigo, buscando matar e ferir o maior número de inocentes possível para, consequentemente, causar um impacto mais devastador na nação inimiga.

Obviamente uma organização terrorista global tem potencial para matar e ferir mais do que uma organização local com pouco espaço de atuação, mas, a magnitude dos atentados da Al Qaeda não pode ser ignorada, pois contribui enormemente para o aumento do número de mortos e feridos.

Figura 2
Número de mortos em atentados do ETA e Al Qaeda entre 1995 e 2005

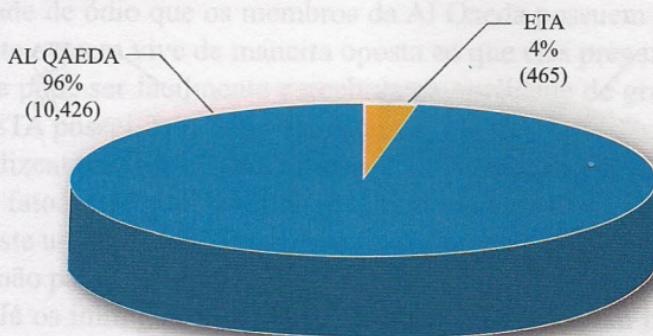
Gráfico Comparativo - nº de mortos



Fonte: BBC, CBC, CFR, Clarín, CNN, El País, El Mundo, FBI, FolhaOnline, ICT, MSNBC, USINFO. Organizado por Gabriela Toutin.

Figura 3
Número de feridos em atentados do ETA e Al Qaeda entre 1995 e 2005

Gráfico Comparativo - nº de feridos



Fonte: BBC, CBC, CFR, Clarín, CNN, El País, El Mundo, FBI, FolhaOnline, ICT, MSNBC, USINFO. Organizado por Gabriela Toutin.

Como mencionado anteriormente, a visão de Stern (2004) se torna mais útil em se tratando de fatores específicos que levam um indivíduo a se tornar um terrorista. Citando a teoria de Ted Robert Gurr (1970), os elementos psicológicos individuais, tais como os citados por Stern (2004), são de extrema importância na formação de qualquer terrorista e esses fatores individuais são essenciais na análise da formação dos grupos terroristas. Com isso, devemos aplicar a visão de sentimentos negativos individuais em ambos os grupos.

Um indivíduo interessado em ingressar no ETA, por mais que seja atraído pela causa de lutar e defender a independência de seu território, muito provavelmente experimentou os sentimentos apresentados por Stern (2004), alienação e humilhação, por exemplo, senão não sentiria a necessidade de extravasar com violência seus ideais. Grande parte da população basca defende a independência da região, mas somente uma minoria se junta ao ETA e se manifesta através de atentados.

Se olharmos para o passado dos membros do ETA, muito provavelmente perceberemos que esses passaram por experiências em que se sentiram alienados e humilhados. Não necessariamente esse sentimento surge a partir de problemas familiares, por exemplo, mas pode ser reflexo de uma situação geral que a população como um todo enfrenta. Isso se torna extremamente importante em se tratando do ETA, pois podemos identificar a repressão espanhola ao País Basco como fonte dos sentimentos de alienação e humilhação sentidos pelos terroristas.

Por muitos anos a população basca se sentiu alienada e rejeitada

pelo governo da Espanha, que chegou a proibir a manifestação de qualquer atributo que pertencesse ao povo basco, portanto discriminando esse povo. A alienação fez surgir um sentimento negativo no País Basco em relação ao restante da Espanha, assim como a vontade de valorizar a sua cultura. Com isso em mente surgem grupos terroristas e pessoas dispostas a praticar atentados como reflexo de sentimentos interiores.

Nesse caso, o sentimento de alienação também se encontra bastante ligado ao da humilhação, pois as repressões sofridas pelos bascos são certamente formas de humilhação. O fato de um indivíduo não poder usar livremente seu idioma e até as cores de sua bandeira faz com que o mesmo se sinta em uma posição de inferioridade e rebaixamento moral, cultivando então uma revolta com o praticante da discriminação. Mais uma vez, o resultado é extremamente negativo, nesse caso levando à formação de um grupo terrorista.

Em se tratando de membros do grupo Al Qaeda, os sentimentos de alienação e humilhação também possuem o mesmo impacto. Os indivíduos que decidem se tornar terroristas da Al Qaeda também buscam compensar sentimentos negativos que carregam dentro de si.

O fato de a Al Qaeda ser um grupo de escala global e considerado um dos mais poderosos do planeta atribui um “status” ainda maior aos seus integrantes do que se comparado a ser membro de um grupo terrorista local. Fazer parte de uma organização que realiza atentados como o de 11 de setembro é uma importante fonte de poder e prestígio, fazendo com que seus membros se sintam poderosos e principalmente valorizados dentro da organização, reduzindo os sentimentos tais como inferioridade e insegurança, causados, também, pela alienação e humilhação.

A Al Qaeda ainda faz mais uso do sentimento de humilhação e alienação para seu benefício. Seu processo de recrutamento é em grande parte baseado na identificação de jovens que aparentemente estão desolados e sozinhos. Os líderes adotam então uma postura paternal e através de um grande poder de persuasão, convencem esses jovens a ingressar no grupo, mostrando que essa será a melhor alternativa para sua vida. Os jovens devem estar dispostos a inclusive morrer pela causa, pois assim praticarão os atentados suicidas sem maiores problemas. Pelo contrário, devem achar que se morrerem defendendo a causa da Al Qaeda serão vistos como heróis dignos de receber recompensas divinas (Stern, 2004).

O ETA é caracterizado como uma organização local. Mais uma vez, percebe-se a importância do objetivo final do grupo em relação a sua organização funcional. Como o ETA é voltado à independência de seu território, nada mais lógico do que se organizar localmente, mais especifi-

camente, dentro da Espanha. O máximo de alcance internacional relacionado ao ETA envolve ataques terroristas em certas regiões francesas que fazem parte do País Basco e “células seguidoras” que surgiram em alguns países como Argentina, Itália e México, mas que não apresentam grande representatividade ou influência no funcionamento final do grupo.

A Al Qaeda difere vastamente da característica descrita acima, sendo caracterizada como uma organização global que não observa limitações de fronteira. Isso significa que seus ataques não são centralizados, podendo ocorrer em qualquer cidade ou país. Grande parte dessa organização global deriva dos objetivos do grupo, que também tem um alcance mundial, já que envolvem a destruição dos inimigos inífiéis do ocidente, principalmente os que tentam infiltrar no mundo muçulmano. Tendo isso em mente, a Al Qaeda exige uma estrutura de funcionamento compatível e que forneça todas as ferramentas possíveis para que o objetivo final seja atingido.

A organização global escolhida por cada grupo também é determinada pelo número de inimigos que o grupo possui. O ETA tem basicamente um inimigo, o governo espanhol, que não permite a independência do País Basco. Sendo assim, as ações do grupo são mais direcionadas em um único alvo e, portanto, exigem uma estrutura mais regional.

Por outro lado, a Al Qaeda, por ter um grande número de inimigos espalhados pelo mundo, entre eles EUA e Inglaterra, necessita de uma estrutura de suporte mais ampla, que facilite os ataques terroristas nos diversos alvos em potencial determinados pelo grupo.

Existem diversas implicações na escolha de uma determinada estrutura organizacional que também acabam contribuindo para a diferenciação entre ETA e Al Qaeda. A principal implicação é financeira. A Al Qaeda, devido ao seu alcance global, necessita de muito mais recursos do que o ETA, que tem suas ações concentradas em âmbito local.

Esse fator nos remonta a uma outra diferença entre os grupos destacados, já que cada um possui uma forma distinta de arrecadação de fundos.

O ETA tem como principal método de arrecadação os seqüestros, principalmente de membros do governo e exército. Esses seqüestros geram altos valores de resgate, que futuramente são injetados dentro da organização. Um outro método popular é a arrecadação do imposto revolucionário, mencionado anteriormente. Já a Al Qaeda encontra grande parte de seu sucesso financeiro das riquezas de Osama Bin Laden, que encabeça o grupo e é responsável pelos maiores investimentos.

Retornando às implicações oriundas da escolha de uma determinada estrutura organizacional, podemos destacar o número de membros envolvidos na organização. Quanto maior a organização, maior o número

de membros incluídos nela, pois é necessária uma rede de apoio muito maior para seu bom funcionamento. Esse fator representa uma grande diferenciação entre os grupos.

Em relação ao ETA, de acordo com o *Institute for Counter-Terrorism*, o grupo possui um número de membros extremamente pequeno, sendo aproximadamente 20 integrantes ativistas em território espanhol e centenas de apoiadores. No entanto, a precisão desse número é difícil de ser determinada pelo pequeno grau de abertura do grupo. Se observarmos o perfil e a magnitude dos atentados praticados pelo ETA, perceberemos que realmente uma estrutura complexa de operação não se faz necessária.

A Al Qaeda tem um número muito maior de integrantes. De acordo com o serviço secreto árabe, em 2004 esse número chegou a 2830, mas, a dificuldade em registrar oficialmente todos os membros ao redor do mundo, inclusive pelo próprio Bin Laden, nos leva a acreditar que esse número é muito mais elevado, especialmente se levado em consideração as dimensões da rede Al Qaeda e suas inúmeras células ao redor do mundo.

Por fim podemos destacar como uma das importantes implicações acerca da estrutura organizacional escolhida, o fator segurança. Havendo uma estrutura mundial, deve haver um cuidado muito maior com a segurança do grupo, já que existe uma maior facilidade em interceptar comunicações internas feitas, por exemplo, de um país para outro. O ETA, por ter uma estrutura menor e sede local na Espanha, já não precisa se preocupar demasiadamente com como sua comunicação é realizada, havendo outros fatores com que se preocupar, pois como seus membros não se encontram espalhados mundialmente, uma captura se torna mais fácil para as autoridades locais.

A Al Qaeda, com seus milhares de membros, precisa ter uma rede de comunicação rápida, eficiente e acima de tudo segura, evitando interceptações e rastreamentos. Mais especificamente dentro das estruturas organizacionais devemos ressaltar a estrutura de trabalho de cada grupo, também determinante nas suas capacidades e alcances finais. Ao analisarmos os dois grupos, podemos destacar maneiras explicitamente diferentes de organização interna, sendo o ETA um grupo com uma clara estrutura centralizada e a Al Qaeda um grupo com funcionamento baseado em rede. O sistema de rede é relativamente novo se comparado a grupos terroristas mais antigos, como o ETA, que funcionam em um sistema mais hierarquizado.

A rede consiste em diversas células ou sub-grupos individuais que trabalham em conjunto e com uma certa autonomia para atingir um determinado objetivo sem depender de uma estrutura organizada hierárquica. Existem líderes e figuras de maior importância dentro do grupo, mesmo

porque o termo rede não é sinônimo de desorganização, mas, não ocorre uma distribuição formal de cargos e papéis para todos os membros. Por outro lado, uma rede só pode funcionar com sucesso se todas as células estiverem trabalhando para um mesmo objetivo, caso contrário, ocorrerá a perda de controle do sistema.

Essa estrutura é um dos pontos fortes do grupo, pois permite com que a Al Qaeda funcione ao redor do mundo de maneira mais ágil, rápida e menos burocrática, alcançando assim seus objetivos. Um network também dificulta o controle do grupo por parte de serviços secretos e agências internacionais, já que militantes se encontram espalhados pelo mundo e prontos para agir (Stern, 2004).

Um ponto interessante a ser destacado é que ao analisar a literatura sobre a Al Qaeda, percebemos alguns fatores conflitantes em relação à estrutura realmente usada pelo grupo. Existe uma unanimidade em classificar a Al Qaeda como um *network*, mas, tradicionalmente um grupo com essa organização não tem um líder claro, uma cúpula com responsabilidades maiores e alguns cargos formalmente estabelecidos, tais como o do egípcio Ayman al Zawahiri, número dois da organização. Surge então a visão da Al Qaeda como sendo em parte um grupo hierarquizado. Essa visão conflitante pode ser justificada pelo fato da Al Qaeda ter surgido inicialmente como um grupo hierarquizado devido aos poucos membros existentes e ao fato de existir um claro líder, Osama Bin Laden, e que esse líder tenha companheiros fiéis que assumiram cargos estratégicos (Mayntz, 2004).

À medida que o grupo foi crescendo, a cúpula inicial se manteve, mas cada vez mais seus membros de menor importância foram se espalhando pelo mundo através de células individuais e novos adeptos surgiaram, assim como os objetivos do grupo cresceram para um nível mais globalizado. Sendo assim, o próprio crescimento da Al Qaeda o transformou em um *network*, mas mesmo assim existem líderes e membros de cargos elevados.

Já o grupo ETA funciona sob um regime centralizado, apresentando traços de uma hierarquia que, no entanto, não é rígida. Em outras palavras, o grupo terrorista em questão tem uma estrutura vertical de trabalho. Essa característica de organização ocorre em grupos terroristas mais antigos, como o IRA, por exemplo.

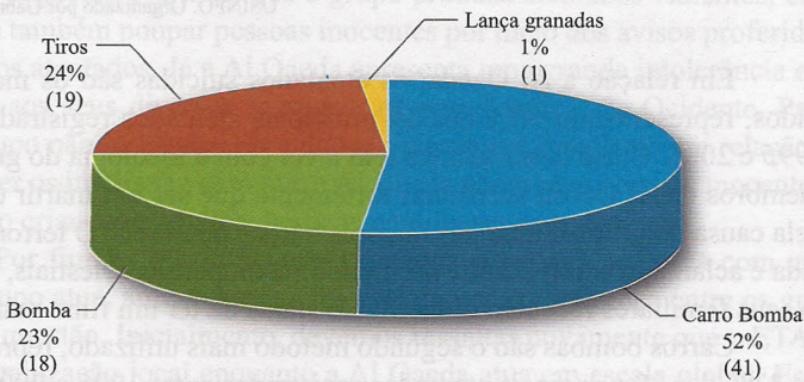
Por fim, após analisar como ETA e Al Qaeda se organizam, devemos observar como seus atentados são praticados. Já se observou que a

Al Qaeda pratica atentados mais mirabolantes, como o 11/9 e o 11/3, do que o ETA, inclusive matando e ferindo mais pessoas. Também já foi dito que os atentados da Al Qaeda são executados em escala global enquanto o ETA se concentra na Espanha e em alguns momentos em regiões específicas da França. No entanto, é pertinente mencionar as técnicas utilizadas por ambos em seus atentados.

Por técnicas utilizadas entendemos as armas que são utilizadas por cada grupo durante seus atentados. Nenhum dos grupos se restringe a somente uma técnica em seus atentados, mas percebe-se uma clara preferência por parte de cada grupo. A Figura 4 e Figura 5 abaixo demonstram claramente as técnicas mais utilizadas.

Figura 4
Técnicas utilizadas pelo ETA em atentados praticados entre 1995 e 2005

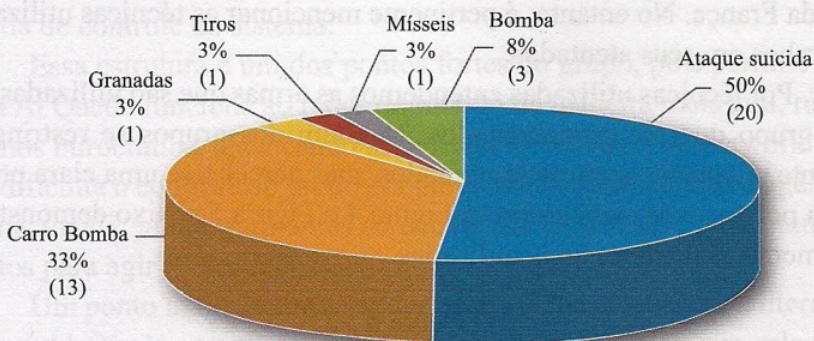
Tipo de atentado - ETA



Fonte: BBC, CBC, CFR, Clarín, CNN, El País, El Mundo, FBI, FolhaOnline, ICT, MSNBC, USINFO. Organizado por Gabriela Toutin.

Com base nesse gráfico podemos concluir que a técnica mais utilizada pelo grupo ETA em seus atentados é o carro bomba, que foi utilizado em 52% dos 79 principais atentados registrados entre 1995 e 2005. Essa técnica se tornou característica do grupo.

Em segundo lugar se encontram as armas de fogo, responsáveis por 24% dos 79 principais atentados registrados entre 1995 e 2005. O motivo se dá pelo fato do ETA ter alvos políticos específicos, que para serem eliminados necessitam apenas de um ou dois tiros, um método mais barato e difícil de rastrear se comparado à preparação de um carro bomba.

Figura 5**Técnicas utilizadas pela Al Qaeda em atentados praticados entre 1995 e 2005****Tipo de atentado - AL QAEDA**

Fonte: BBC, CBC, CFR, Clarín, CNN, El País, El Mundo, FBI, FolhaOnline, ICT, MSNBC, USINFO. Organizado por Gabriela Toutin.

Em relação a Al Qaeda, os atentados suicidas são os mais utilizados, representando 50% dos 39 principais atentados registrados entre 1995 e 2005. O uso dessa técnica tem a ver com a ideologia do grupo. Os membros da Al Qaeda acreditam fortemente que ser um mártir e morrer pela causa do grupo é uma das maiores honras possíveis. O terrorista suicida é aclamado como herói e prometido recompensas celestiais, enquanto seus familiares recebem dinheiro e o status de ter um filho mártir.

Carros bombas são o segundo método mais utilizado, representando 33% dos 39 principais atentados registrados entre 1995 e 2005. Acredita-se que essa técnica seja bastante empregada pelo fato do grupo não poder sempre utilizar seus membros nos atentados, mesmo porque não é qualquer membro da Al Qaeda que é digno de ser um terrorista suicida (Stern, 2004).

5. Conclusões

Concluímos que os grupos ETA e Al Qaeda são essencialmente diferentes. Não há como colocar em um mesmo patamar dois grupos que possuem motivações, ideologias, estruturas e métodos de ação tão diferenciados.

Ambos os conceitos de auto-imagem nacional e percepção da história influenciaram no surgimento dos grupos, mas de maneiras estrita-

mente diferentes. Enquanto o ETA sofreu com uma repressão localizada a Al Qaeda surgiu para combater a ação repressora de diversos países, iniciando-se pela dominação soviética do Afeganistão. Com isso, desde o início percebemos um combate internacional da Al Qaeda contra um combate localizado do ETA.

Essa diferença está muito ligada aos interesses de cada grupo, que mais uma vez divergem significativamente entre si. Enquanto o ETA se preocupa em defender a autonomia do País Basco, a Al Qaeda tem objetivos muito mais amplos e complexos, buscando expulsar a presença indesejada de países ocidentais que se encontram no Oriente Médio e combatendo as nações infiéis do Ocidente.

A maneira com que cada grupo percebe seu inimigo também comprova a grande diferença existente entre os grupos. O ETA apresenta uma maior tolerância em relação ao seu único inimigo, o governo espanhol. Essa tolerância é percebida pelo fato do grupo estar, até certo ponto, disposto a negociar. Por mais que o grupo produza atentados violentos, eles buscam também poupar pessoas inocentes por meio dos avisos proferidos antes dos atentados. Já a Al Qaeda apresenta uma grande intolerância em relação aos seus diversos inimigos, os países infiéis do Ocidente. Para esse grupo não há espaço para diálogo algum e o fanatismo em relação a combater os infiéis faz com que a Al Qaeda não poupe pessoas inocentes, matando crianças e adultos, homens e mulheres sem distinção.

Por fim, as estruturas organizacionais, ou seja, a forma com que cada grupo atua, apresentam as maiores fontes de diferença entre os grupos em questão. Inicialmente, devemos ressaltar novamente que o ETA é uma organização local enquanto a Al Qaeda atua em escala global. Esse fator é de extrema importância no processo de diferenciação dos grupos, pois determina diversos outros fatores, tais como a quantidade de integrantes de cada grupo. Em relação a esse último fator, cabe destacar que a Al Qaeda é mais ampla que o ETA em termos de membros participantes, obviamente devido ao alcance de cada grupo.

A estrutura de trabalho também difere significativamente. O ETA, por ser um grupo terrorista concentrado em apenas uma região, se organiza com uma estrutura centralizada, enquanto a Al Qaeda atua como uma rede, contendo células espalhadas ao redor do mundo.

A arrecadação de fundos para as operações de cada grupo é também um sinal importante de diferença. Enquanto o ETA realiza seqüestros, assaltos à banco e extorsão de empresários, a Al Qaeda tem como principal fonte de arrecadação seu líder, Bin Laden, que possui uma grande fortuna dedicada à sustentação de seus ideais.

Por fim, destacamos a diferença entre as técnicas utilizadas por cada grupo. O ETA pratica seus atentados utilizando em grande parte carros bomba, marca registrada do grupo. Fora isso, por ter alvos específicos geralmente ligados ao governo espanhol, os tiros por arma de fogo são bastante utilizados. A Al Qaeda utiliza na maioria de seus atentados ataques suicidas, principalmente por causa de suas crenças religiosas acerca da importância de ser um mártir.

Referências Bibliográficas

- AXELROD, R. (1976). *Structure of decision*. Boston: Little, Brown.
- CONSES, R. A. (2004), Democracia Ameaçada – Incerteza Global e Extremismo Teológico. Acessado em 26 de outubro de 2005, de <http://www.fapedec.org.ar/PDF/A%20Democracia%20Ameacada.pdf>
- FERREIRA, A. B. de H. (1988), *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- GURR, T. R. (1970), *Psychological Factors in Civil Violence*. World Politics, 20, (32), 245-278.
- HOLSTI, O. R. (1967). Cognitive dynamics and images of the enemy. Em R. Fagan (Org.), *Enemies of politics*. Chicago: Rand McNally.
- JERVIS, R. (1976). *Perception and misperception in international politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- JUERGENSMEYER, M. (2000), *Terror in the mind of God*. Califórnia: University of California Press.
- KAPLOWITZ, N., (1990), National Self-Images, perception of Enemies, and Conflict Strategies: Pscychological Dimensions of International Relations, *Political Psychology* 11, (1).
- KNUTSON, J. N. (1981) *Social and Psychodynamic Pressures Toward a Negative Identity*. New York: Pergamon.
- LARSON, D. (1994). The role of belief systems and schemas in foreign policy decision-making. *Political Psychology*, 15, 17-32.
- MAYNTZ, R. (2004), Organizational Forms of Terrorism: Hierarchy, Network, or a Type sui generis. Acessado em 20 de outubro de 2005, de http://www.mpi-fg-koeln.mpg.de/pu/mpifg_dp/dp04-4.pdf

- PAZ, J.G. A Guerra Contra o Terrorismo Fundamentalista e a Crise dos Direitos Civis: Outra Perspectiva do Conflito. *Military Review*, 2005; edição janeiro-fevereiro: p. 70-76.
- SARFATI, G. (2005), *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva.
- STERN, J. (2004), *Terror em Nome de Deus*. São Paulo: Barcarolla.
- VERTZBERGER, Y. (1990). *The world in their minds*. Stanford: Stanford University Press.
- WEISS, M. (2002), The Basque Nationalist Movement. Acessado em 25 de outubro de 2005, de <http://www.yale.edu/ycias/globalization/basque.pdf>

ZULAIKA, J. E PORTILLO, J. M. (2004), Basque Fatherland and Liberty (ETA). Acessado em 26 de outubro de 2005, de <http://cfrterrorism.org/groups/eta2.html>

Gilberto Sarfati

e-mail: gsarfati@faap.br

Gabriela Toutin

e-mail: g_toutin@hotmail.com

• recebido em 27 de setembro de 2006.

• aprovado em 07 de fevereiro de 2007.

Nas tramas do discurso: a abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault

da obra *Análise Automática do Discurso* (1979), em 1969, por Michel Pêcheux, que a definiu, inicialmente, como o estudo bilingüístico das condições de produção de um enunciado. O referencial teórico-metodológico francesa de Michel Pêcheux (1983) surgiu como

Martha Giudice Narvaz

Henrique Caetano Nardi

Blanca Morales

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

As abordagens discursivas são importantes ferramentas teórico-metodológicas em diversos empreendimentos de pesquisa na atualidade, em especial na compreensão de fenômenos sociais. A abordagem discursiva, tradicionalmente utilizada no campo dos estudos lingüísticos, pode ser instrumento de considerável contribuição aos estudos realizados em diferentes campos do saber, entre eles, na psicologia, daí a relevância do presente trabalho. O objetivo deste trabalho é o de apresentar os pressupostos teórico-analíticos básicos da abordagem discursiva francesa de Michel Pêcheux e de Michel Foucault, tanto nos aspectos que lhe são comuns quanto em suas divergências, sobretudo no que se referem às posturas políticas dos referidos autores. Pretende-se, ainda, através deste trabalho, desestabilizar a lógica que fundamenta a ilusão da neutralidade do saber encontrada em alguns discursos e práticas psicológicas, uma vez que buscamos evidenciar a emergência do saber nas tramas do poder constitutivo do discurso científico a partir das reflexões trazidas por Foucault e por Pêcheux, o que remete aos aspectos políticos implicados nas tramas do discurso.

Palavras-chaves

Discurso; política; Michel Pêcheux; Michel Foucault.

In the discourse threads: Michel Pêcheux's and Michel Foucault's discursive approach

Abstract

The discursive approach is an important theoretical-methodological tool in several research enterprises, especially in understanding social phenomena. The aim of this paper is to present the basic theoretical-analytic assumptions of Michel Pêcheux's and Michel Foucault's French discursive approaches, including shared and divergent perspectives, specially about their political stances. The discursive approach, traditionally used in the field of linguistic studies, can make considerable contributions to studies in several fields of knowledge, including psychology, so that the present work is relevant to research. This paper intends also undo the logic based in the illusion of the neutrality of knowledge which have found in several psychological discourses and practices, once we aim to show its emergency in the schemes of the constituent power of the scientific discourse, based on reflections presented by Foucault and Pêcheux, which cross-references to political issues inscribed in discourse threads.

Key words

Discourse; politics; Michel Pêcheux; Michel Foucault.

e-mail: g_coutinho@hotmail.com

1. Introdução

O marco inaugural da *Análise de Discurso* (AD) foi a publicação da obra *Análise Automática do Discurso* (AAD), em 1969, por Michel Pêcheux, que a definiu, inicialmente, como o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado. O referencial teórico-metodológico da análise de discurso francesa de Michel Pêcheux (1983) surgiu como uma crítica aos estudos da linguagem. A AD consiste tanto num referencial metodológico, dada a operacionalização de análise de discursos que sistematiza, quanto numa teoria. Os aspectos teóricos remetem às posições defendidas pela AD acerca das concepções sobre o sujeito e sobre a dinâmica social nas quais se inscrevem os discursos, daí ser considerada um referencial tanto metodológico quanto teórico. A abordagem discursiva estrutura-se no espaço que há entre a lingüística e as ciências das formações sociais (Pêcheux, 1983). Entre os teóricos que influenciaram Pêcheux encontram-se Foucault (1969) e Althusser (1974): o primeiro, no conceito de formação discursiva (FD) e o segundo, a partir das teorizações sobre ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. A AD inscreve-se, assim, na confluência de três regiões do conhecimento científico: 1) do materialismo histórico, como teoria das formações sociais, incluindo aí a ideologia; 2) da lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e, 3) da teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (Pêcheux, 1998).

2. A abordagem discursiva como crítica aos estudos lingüísticos

Saussure (1970) destaca-se entre os lingüistas por sua proposição original relativa ao chamado “corte saussureano”, que se constitui como ato de nascimento da lingüística moderna. Este “corte” implica uma exclusão do sujeito e do mundo, tratando a linguagem como um percurso interno. Ao constituir a língua como objeto da lingüística, Saussure (1970) exclui para o âmbito da fala o individual, o subjetivo. Para este autor, um termo, ou uma palavra, só tem sentido em uma língua, entendida como um sistema social de signos que exprime idéias. Enquanto a língua é o sistema social de signos compartilhado por uma determinada cultura, a fala é entendida como *ato* individual e virtual que só se atualiza *na e pela fala* (Orlandi, 1995).

No desenvolvimento da lingüística, o ‘sistema’ de organização da língua foi chamado pelos sucessores de Saussure (1970) de *estrutura*, ocupando-se de descrever as relações entre língua e fala, o que caracte-

riza a teoria descritiva estruturalista. Ao *estruturalismo* sucedeu a teoria científica explicativa, chamada ‘*generativismo*’ por Chomsky (1971). O foco de análise desta abordagem é o estudo dos processos psíquicos e cognitivos que ocorrem entre a linguagem e o pensamento, uma vez que concebe a linguagem como inata. Outro importante estudioso do campo da linguagem, Bakhtin (1975), afastando-se das concepções individualistas e inatistas, enfatizou o papel da interação social na produção da língua e dos enunciados. Para ele, a língua deve ser entendida como um fato social, efeito das necessidades humanas de comunicação. Bakhtin (1975) concebe a matéria lingüística (as palavras concretas enunciadas inseridas em determinada língua) apenas como uma parte do enunciado; a outra, refere-se ao não verbal, ao contexto da enunciação. Para este autor, o foco de análise dos estudos da linguagem desloca-se da análise da estrutura da língua (Saussure, 1970) e da análise dos processos psíquicos entre linguagem e pensamento (Chomsky, 1971), centrando-se nas relações intrínsecas entre o lingüístico e o social. Bakhtin critica o objetivismo abstrato de Saussure que trata a língua como sistema monológico e considera que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal. Para Bakhtin (1975), a palavra não é monólica, mas plurivalente e o dialogicismo é uma condição constitutiva do sentido. Identificam-se, assim, várias vozes que falam simultaneamente em um enunciado, ou seja, há uma polifonia inscrita na enunciação, o que será nomeado na AD de *interdiscurso* para referir-se ao conjunto de discursos que são retomados em cada fala. Para a AD, os discursos são, portanto, heterogêneos. Na fala de um sujeito, falam também outras vozes. O discurso se tece polifonicamente num jogo de vozes cruzadas, complementares, concorrentes e contraditórias (Bakhtin, 1975), não havendo discursos monológicos, unívocos ou estáveis, mas discursos que se pretendem, ou ‘fingem-se’ monológicos (Orlandi & Guimarães, 1986). Embora

“ninguém sonhe em negar que existem diversas séries de universos discursivos logicamente estabilizados, inscritos no espaço das ciências matemáticas e das ciências naturais (...) é imperioso reconhecer que toda língua natural é também a condição da existência de universos discursivos não estabilizados logicamente, próprios ao espaço sócio-histórico dos rituais ideológicos, discursivos filosóficos, enunciados políticos, expressão cultural e estética (...) nos quais a ambigüidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável” (Pêcheux, 1998:50).

Há uma heterogeneidade constitutiva do próprio discurso e que é produzida pela dispersão do sujeito. O sujeito, na AD, deixa de ser centro e origem do seu discurso para ser entendido como uma construção polifônica, lugar de significação historicamente constituído. O termo *heterogeneidade discursiva* é utilizado pela AD (Pêcheux, 1983) para destacar que todo discurso é atravessado pelo discurso do outro, ou por outros discursos. A AD rompe, dessa forma, com as tentativas de homogeneidade e de ilusão de identidade tanto do sujeito, quanto dos discursos, sendo marcada, em especial na atualidade, pela plurivocidade e pela heterogeneidade discursiva, explodindo com os discursos monológicos, unívocos e homogeneizantes (Pêcheux, 1983). Há duas formas de heterogeneidade: 1) a *heterogeneidade constitutiva*, que não se apresenta na organização linear do discurso. Visto que a alteridade não é revelada, não é possível de ser analisada. Esgota, assim, a possibilidade de captar lingüisticamente a presença do Outro no Um; e, 2) a *heterogeneidade mostrada*, que indica a presença do Outro no discurso do locutor. A heterogeneidade mostrada, por sua vez, divide-se em duas modalidades: a *marcada*, da ordem da enunciação e visível na materialidade lingüística, como, por exemplo, o discurso direto e as palavras entre aspas; e a *não-marcada*, que é da ordem do discurso, sem visibilidade, como o discurso indireto e a ironia (Authier-Revuz, 1982). Com a noção de heterogeneidade discursiva a AD não só abandona a idéia de um discurso homogêneo como também desestabiliza os conceitos de unidade do sujeito e unidade do texto dos estudos tradicionais da linguagem. Como o sujeito e o discurso já são heterogêneos na sua constituição, a ilusão de unidade, tanto no sujeito quanto no texto, não passam de efeitos ideológicos (Saldivar, 2004).

À semelhança de Bakhtin (1975) Pêcheux (1998) deslocou a reflexão dos estudos lingüísticos da dicotomia língua/fala proposta por Saussure (1970), e também não compactuou com o paradigma cognitivista proposto por Chomsky (1971). Segundo Pêcheux (1983), o cientificismo da gramática gerativa de Chomsky (1971) busca explicar os aspectos de competência/desempenho da linguagem como se a língua fosse um órgão mental. O paradigma cognitivista negligencia o contexto social no qual está inserida a linguagem, o que produz uma idéia de sujeito a-histórico. Nestes aspectos, há concordância entre Bakhtin (1975) e Pêcheux (1983), para os quais a noção de história é fundamental: porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é histórico; sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo dentro de um espaço social. Estando imerso em um contexto social histórico, o sujeito situa seu discurso em relação aos discursos do outro, historicamente já

constituídos, que emergem, então, em sua fala. Ainda que polifônica, na Teoria da Enunciação (TE) de Bakhtin (1975), o sujeito é o centro de sua enunciação. Apesar de muitas convergências entre Bakhtin e Pêcheux, a AD de Pêcheux (1983) problematizou a teoria da enunciação de Bakhtin (1975): o sujeito não é a fonte do sentido dos seus enunciados e nem o senhor da língua. O *Eu* não se encontra fechado em si, mas tem relação com um exterior que o determina, daí não ser o centro de sua enunciação, conforme propõe Bakhtin (1975).

Os deslocamentos efetuados pela AD às concepções de Sausurre (1970), de Chomsky (1971) e de Bakhtin (1975) referem-se, respectivamente, a três importantes recusas que caracterizam a abordagem discursiva de Pêcheux (1983): 1) recusa da idéia de língua como sistema abstrato e ideologicamente neutro; 2) recusa da concepção da língua como universalmente inscrita no inatismo do espírito humano e, 3) recusa da suposição de um sujeito intencional e autônomo como origem enunciadora de seu discurso.

3. As três épocas da AD francesa de Pêcheux

Na AD podem ser identificadas Três Épocas. Na Primeira Época da AD (AD1), a análise discursiva consistiu em detectar e construir sítios de identidades que se davam num espaço discursivo supostamente dominado por *condições de produção* estáveis e homogêneas (Pêcheux, 1983). Na Segunda Época, (AD2), houve um deslocamento teórico que explodiu a noção de máquina estrutural fechada. O objeto da AD2 deslocou o olhar para as relações *entre* diferentes máquinas discursivas estruturais, relações que são relações de forças desiguais entre processos discursivos. Introduziu-se aqui a noção de *formação discursiva* tomada de empréstimo de Foucault (1969): uma FD não é um espaço estrutural fechado, estando invadida por outras formações discursivas sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos. Entretanto, na AD2, “*o sujeito do discurso continua sendo concebido como puro efeito de assujeitamento à maquinaria da FD com a qual ele se identifica*” (Pêcheux, 1983: 314). O desenvolvimento de pesquisas sobre os encadeamentos intradiscursivos permitiu à Terceira Época da AD (AD3) abordar o estudo da construção dos objetos discursivos, dos pontos de vista e dos lugares enunciativos. A heterogeneidade enunciativa característica da AD3 concebe o discurso como heterogêneo, tal qual o sujeito, cujo enunciado é também dividido, cindido, cujo controle do discurso lhe escapa. A AD3 rompe, portanto,

com as tentativas de homogeneidade e de ilusão de identidade presentes nas etapas anteriores. O processo de uma AD, a partir da perspectiva da AD3, passa a ser em espiral, combinando entrecruzamentos, reuniões e dissociações. Inclui, ainda, o sujeito que interpreta o discurso enquanto constituinte do processo de interpretação, preocupando-se com os efeitos dessa interpretação. Fica marcada, dessa forma, a mudança da univocidade para a plurivocidade ao longo das três etapas da AD (Pêcheux, 1983).

4. O discurso em Pêcheux e em Foucault: Convergências

A AD de Pêcheux (1983) ocupa o lugar de uma teoria crítica da produção da linguagem. Considera primordial a relação da linguagem não com mecanismos psíquicos inatos, mas com o contexto ou com a situação na qual se produz a linguagem. Nesse sentido é que, para Pêcheux (1983) é primordial a análise da relação da linguagem com a exterioridade. Exterioridade refere-se ao pano de fundo dos discursos, o que na AD se entende por condições de produção dos discursos. Pêcheux (1983) define *discurso* como *efeito de sentido* entre interlocutores, efeito esse que desliza entre diferentes *posições-sujeito* segundo diferentes *condições de produção*.

Efeitos de sentido são os diferentes sentidos possíveis que um mesmo enunciado pode assumir de acordo com a *formação discursiva*¹ na qual é (re)produzido. O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe em si mesmo. Um sentido é constituído a partir das *condições de produção* de um determinado enunciado. Os sentidos mudam conforme a formação ideológica de quem o (re)produz, bem como de quem o interpreta. O sentido nunca é dado, ele não existe como produto acabado, resultado de uma possível transparência da língua, mas está sempre em curso, é movente e se produz dentro de uma determinação histórico-social, daí a necessidade de se falar em *efeitos de sentido*. Esses sentidos parecem evidentes, mas são, na verdade, efeitos ideológicos que provocam a ilusão de que um enunciado quer dizer o que realmente diz.

A interpretação, gesto de interpretação ou gesto de leitura, segundo Mutti (2003), também interfere na produção dos *efeitos de sentido*. As *condições de produção* fazem parte da exterioridade lingüística e podem ser agrupadas em *condições de produção* em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico). São responsáveis pelo estabelecimento das relações de força no interior do discurso e, junto com a linguagem, constituem o sentido do

texto. Uma *posição-sujeito* não é uma realidade física, mas um objeto imaginário, representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura social. Deste modo, não há um sujeito único, mas diversas *posições-sujeito*, as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas (Pêcheux, 1983). Para a AD, uma fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Na concepção da AD, um discurso é sempre pronunciado a partir de determinadas *condições de produção*, estando sempre situado no interior das relações de força existentes em um campo político dado. Os discursos são produzidos a partir de um determinado conjunto de regras que não permitem que:

“todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são proibidas (diferenciadas e diferenciadoras), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e prosas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (Foucault, 1996: 37).

Não há, portanto, *um* discurso ideológico, todos o são, inclusive os discursos científicos. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção simbólica, daí dominarem também o campo da produção de idéias (Chauí, 1980). Entendendo, a partir de Althusser (1974) ideologia como “*um sistema lógico e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer*” (Chauí, 1980:113), todo discurso é histórico e ideológico, tendo a regulação de uma prática, como as práticas sociais em geral.

Na AD, a noção de discurso enquanto prática é tomada de empréstimo de Foucault (1969): “*Não se pode falar em qualquer época de qualquer coisa; não é fácil dizer qualquer coisa que seja nova*” (Foucault, 1969:61). O discurso é uma prática que relaciona a língua com ‘outra coisa’, ou seja, à “prática discursiva”:

“Não a podemos confundir com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema

de inferência; nem com a ‘competência’ de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1969:147-148).

Foucault (1969, 1996) afirma que o discurso de uma área específica de conhecimento é constituído por espaço heterogêneo e de *dispersão*: dispersão de objetos, dispersão de temáticas e de teorias. O que atribuiria uma suposta unidade a um discurso, afirma este autor, não seria a existência de um objeto único, de um estilo único, de temáticas e teorias ou conceitos hegemônicos. O que caracterizaria a unidade do discurso seria um jogo enorme de relações entre objetos, estilos, temáticas, teorias e conceitos. Cabe à análise do discurso descrever essa *dispersão*, buscando o estabelecimento de regras comuns que regem a formação dos discursos, ou seja, de identificar a *formação discursiva*. Foucault (1969) diz que sempre que se puder definir, entre um certo número de enunciados, uma regularidade, se estará diante de uma *formação discursiva*.

A noção de Formação Discursiva (FD), tomada de empréstimo de Foucault (1969), foi revisada por Pêcheux (1983). Para este autor, o analista do discurso deve explicitar as relações entre o *dito* e o *não dito*, ou seja, deve lidar com as relações de intertextualidade e de enunciação. Tal processo é denominado de *desintagmatização lingüística*, o que permite ao analista do discurso chegar à *formação discursiva* (FD) que domina determinado discurso, bem como identificar a relação dessa *formação discursiva* dominante com outras *formações discursivas* que aí se entrecruzam. Através da *formação discursiva* é possível atingir a *formação ideológica* implícita nos diversos discursos, discursos estes que são prenhes de contradições. Para Pêcheux (1983), a contradição é um princípio constitutivo de toda *formação discursiva*. Também para Foucault (1969) as contradições, as dispersões e as irregularidades são constitutivas das FD. Entretanto, para Foucault (1969), a AD propõe-se a analisar as diferentes FD a partir das suas possibilidades de emergência, não atribuindo, como o faz Pêcheux (1983), um papel preponderante à ideologia na análise dos discursos, diferença fundamental entre os autores. De toda forma, ambos, Foucault (1969) e Pêcheux (1983) entendem que a contradição não é só princípio constitutivo de toda FD, mas é a própria lei de existência do discurso – é porque ela está sempre aquém dele, e ele não pode jamais contorná-la inteiramente, que ela muda, se metamorfoseia.

A noção de *Formação Imaginária* (FI) em Pêcheux (1983) parte da idéia de que a posição dos protagonistas do discurso intervém na produção do próprio discurso. Um discurso não é uma transmissão de informação, mas um efeito de sentidos entre interlocutores cujos lugares de onde falam configuram seu próprio discurso. Os lugares de onde os interlocutores falam podem representar “coerções do discurso: as que limitam seus poderes, as que dominam suas aparições aleatórias, as que selecionam os sujeitos que falam” (Foucault, 1996:37). Todo processo discursivo supõe a existência de relações de força imaginárias, que são as representações subjetivas das designações das posições dos sujeitos. Esse lugar não é objetivo, mas um lugar transformado, representado pelos participantes do discurso, ou seja, referem-se à imagem que se fazem uns dos outros os participantes do diálogo. A cada passo, o discurso de um protagonista é modificado pelo do outro. Há uma antecipação do que o outro vai pensar na constituição de qualquer discurso. A posição dos protagonistas do discurso intervém como uma das condições de produção do discurso, embora o contexto seja um objeto imaginado (o ponto de vista do sujeito) e não a realidade física. Nesse sentido, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1983:82).

Pêcheux (1983) entende, tal qual Foucault (1996) que não existe um discurso autofundado, de origem absoluta. Enunciar é situar-se sempre em relação a um já dito: “todo o discurso manifesto reposaria secretamente sobre um já-dito. Um livro, por exemplo, além de sua configuração interna e a forma que o autonomiza, está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases” (Foucault, 1969:34). O discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, sobre um discurso pré-construído². Enunciados simples são provenientes de outro discurso, de um discurso anterior, como se esse elemento já se encontrasse *sempre aí*, efeito da interpelação ideológica (Pêcheux, 1983). Discursos já ditos em outros lugares e em outros tempos são os discursos pré-construídos e fazem parte da *formação discursiva* (FD). Entretanto, há sempre ‘deformações’ sobre esse discurso prévio já constituído, possibilidades estas que permitem a construção de novos sentidos em função dos acontecimentos que o envolvem (Foucault, 1996) Todo o enunciado pode sempre se tornar outro, uma vez que seus sentidos podem ser muitos, mas não qualquer um (Mutti, 2003).

O autor do discurso, como unidade e origem de suas significações (Foucault, 1996), é impulsionado por uma vocação totalizante. Tenta, em

função disso, conferir coerência, estabilidade, unidade e homogeneidade a seu discurso. Para Pêcheux (1983), essa ilusão de unicidade, entretanto, escapa ao autor/locutor, aparecendo os equívocos e a heterogeneidade em seu discurso. O ‘equívoco’ é uma marca de resistência que afeta a regularidade do sistema da língua. Este conceito surge uma vez que a língua é concebida como materialidade do discurso, como um sistema não-homogêneo e aberto. Algumas manifestações de equívocos são as falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos, ambigüidades, que fazem parte da língua e representam uma marca de resistência e uma diferenciação em relação ao sistema da FD dominante (Orlandi & Guimarães, 1986).

O locutor procura anular qualquer desnível ou heterogeneidade de seu discurso através de manobras discursivas, ou *esquecimentos* (Pêcheux, 1995). Há dois tipos de esquecimentos: no *esquecimento número 1*, o sujeito cria uma realidade discursiva ilusória; colocando-se na origem da autoria do que diz, na fonte exclusiva do sentido de seu discurso, o sujeito tem a ilusão de que é ele o criador absoluto de seu discurso; no *esquecimento número 2*, ao retomar seu discurso para explicar a si o que diz, o sujeito tem a ilusão de que o discurso reflete o conhecimento objetivo que tem da realidade (Pêcheux, 1983). As noções de esquecimento estão entrelaçadas com a noção de *memória discursiva*. Para Foucault um domínio de memória compreende “*enunciados que não são mais nem admitidos nem discutidos, (...) mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, de gênese, de transformação, de continuidade e de descontinuidade histórica*” (Foucault, 1969:72-73). Para a AD a *memória discursiva* faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos.

A concepção de sujeito da AD rompe com as teorias inatistas e com as teorias essencialistas do sujeito, entendendo que tanto o sujeito quanto os sentidos não são dados *a priori*, mas são constituídos no discurso. O sujeito perde sua universalidade, sua ilusão de autonomia e sua centralidade ao passar a integrar o funcionamento dos enunciados atravessado por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, em que “*o sujeito falante, efeito de linguagem, é determinado pelo inconsciente e pela ideologia*” (Chauí, 1980:119). A ambigüidade constitutiva da noção de sujeito inscrita na AD situa-se paradoxalmente entre uma subjetividade livre e uma subjetividade assujeitada. O indivíduo é interpretado em sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do sujeito, logo, para que ele aceite (livremente) seu assujeitamento (Althusser, 1974). Há, portanto, uma contradição no interior desse sujeito: não sendo totalmente livre, nem totalmente submetido, o espaço de sua constituição é tenso

(Orlandi, 1988). Nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado, sobre a constituição da subjetividade revelam-se as contradições que marcam o sujeito na AD: tensionado entre a incompletude e o desejo de ser completo; cindido entre a dispersão de sua subjetividade e a vocação totalizante do sujeito-locutor em busca da unidade e coerência de seu texto, encontra-se na AD um sujeito marcado pela ilusão de ser fonte e origem dos sentidos que produz (Dias, 2003; Mutti, 2003). A subjetividade desloca-se do sujeito e passa a ser vista como efeito de linguagem. O sujeito é integrado ao funcionamento do discurso, determinando e sendo determinado tanto pela língua quanto pela história. Trata-se do sujeito descentrado: um mesmo sujeito é, efetivamente, outro. A ambigüidade, a dispersão e a heterogeneidade são, portanto, constitutivas do sujeito e dos discursos.

Tanto para Pêcheux (1983) como para Foucault (1991, 1995), mesmo que o sujeito seja produzido pelas verdades de um determinado tempo e contexto, ou pela ideologia dominante, isso não determina uma prisão que encarcela os destinos dos sujeitos, mas, isto sim, que é a partir das verdades e da ideologia que lhes são oferecidas ou impostas que se construirão tais destinos. Nesse sentido, conforme Foucault (1995), não existem formas de dominação e não existem relações de poder sem que os sujeitos sejam livres. A liberdade não se associa à ausência de normas e regras, mas ao que fazemos com as normas e regras que nos constituem.

Entretanto, a teoria da constituição do sujeito na AD foi construída tendo como referência conceitos psicanalíticos lacanianos, tais como imaginário, simbólico e real. Existe, para Pêcheux um real da língua que tem a ver com a ordem da história. É via imaginário que o sujeito se relaciona com a realidade. Essa relação não é direta, mas mediada pela linguagem enquanto campo simbólico de elaboração do sentido. O imaginário não se opõe à realidade, sendo parte constitutiva dela, um efeito do real. O discursivo é a ligação entre a ordem do imaginário- do ideológico, e a ordem simbólica- a ordem das palavras. A ideologia é interpretação e direcionamento de sentidos em certa direção, direção esta determinada pela história. Assim, o real, trazido por Pêcheux (1990) para a AD, é o “real sócio-histórico”, é da ordem dos processos e das práticas sociais. Nisso está presente o modo próprio ao campo específico com que, na AD, se articulam as noções de imaginário, simbólico e real, definidas no campo da psicanálise e ressignificadas na AD. A especificidade que tais noções assumem na AD manifesta-se na articulação dessas três dimensões à ideologia e à determinação histórica, e não ao inconsciente. Este é o deslizamento que se instaura na AD acerca das noções de inconsciente, real, simbólico e imaginário que, mesmo sendo influenciados pela picanálise, são ressignificados.

5. A AD de Pêcheux e a Ordem do Discurso de Foucault: Algumas diferenças

Apesar da influência de Foucault (1969) na constituição da AD francesa de Pêcheux (1983), há algumas distinções entre estas abordagens discursivas. Para Pêcheux (1983), é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência lingüística fechada sobre si mesma. O objeto de uma sociologia do discurso seria, portanto, o de verificar a ligação entre as relações de força (exteriores à situação do discurso que constituem sua exterioridade) e as relações de sentido que se manifestam nessa situação. A AD procura mostrar o funcionamento dos textos observando sua articulação com as *formações ideológicas* presentes em determinado contexto. Viabilizando a identificação do sujeito que fala, verificando a autoridade que lhe é conferida pelo lugar social que representa em consonância com o tema sobre o qual se pronuncia, desvelando sua intenção e sua posição ideológica em relação ao seu interlocutor, a AD procura tornar visíveis as relações de poder no ato comunicativo (Saldivar, 2004). Faz-se necessário referir o discurso ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção. As superfícies discursivas, analisadas em série, dão vestígios do seu processo de produção. O processo de analisar um discurso consiste em desvelar a estrutura invisível que determina sua produção. No dizer de Pêcheux (1983), “*dado um Estado dominante das condições de produção do discurso, a ele corresponde um processo de produção dominante que se pode colocar em evidência pela confrontação das diferentes superfícies discursivas provenientes desse mesmo Estado dominante*” Pêcheux (1983: 104).

A abordagem discursiva de Pêcheux (1983) assume uma posição marcadamente política em sua proposta, centrando sua análise na importância da ideologia enquanto constitutiva dos discursos. Partindo de Foucault (1969, 1986, 1995), para quem o poder e o saber, entrelaçados, constituem os discursos e os sujeitos, a proposta da AD de Pêcheux (1983) é a de identificar a estrutura invisível da formação discursiva dominante que produz discursos em seus aspectos ideológicos. O caráter político intrínsico à abordagem discursiva de Pêcheux (1983) desvela-se na medida em se propõe a analisar as condições de produção dos discursos e os mecanismos de restrição e de produção dos enunciados e dos discursos que podem e devem (ou não) ser ditos em cada tempo e em cada espaço social a partir da ideologia dominante. A AD busca identificar as regras que regem a produção dos discursos dominantes, dos saberes ditos verdadeiros em contraposição aos saberes que são excluídos ou negados em função de

interesses de determinados grupos sociais. Assim, para Pêcheux (1995), não há discursos neutros, constituídos sob a ilusão de que não se está tomado posição ao proferir determinado enunciado. A noção de discurso considera o histórico e o social conjuntamente, sob o modo da ideologia – é esta que interpela o sujeito que se submete à formação discursiva dominante. Em todo discurso, há deslizamento de sentidos e interpretação, que são engendradas pelas formações ideológicas presentes em dado contexto. Não se trata, na AD, de interpretar, encontrar ou extrair um sentido último do texto, como na Hermenêutica, mas, isto sim, de compreender o processo discursivo (Orlandi, 1996) através da identificação da estrutura invisível da FD dominante (que produz discursos) e explicitar seu caráter ideológico. Analisando tomadas de posição, é possível conhecer as filiações sócio-históricas com que um determinado discurso está identificado, uma vez que “não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (Orlandi, 1996:13). Há, entretanto, deslocamentos possíveis de serem realizados pelos deslizamentos de sentidos, dando margem ao surgimento de novas posições em relação a tais filiações, o que rompe com a idéia de um sujeito “alienado”, meramente reprodutor de discursos e capturado pela ideologia dominante (Morales, 2002).

Já para Foucault (1995), os discursos são práticas sociais - práticas discursivas entendidas como regras anônimas, constituídas no processo histórico, determinadas no tempo e no espaço. O sujeito que conhece, os objetos que conhece e as modalidades de conhecimento são efeitos das implicações do poder-saber e de suas transformações históricas, ao invés de efeitos diretos do interpelamento ideológico. Para ele, a ideologia não exclui a científicidade, haja visto que poucos discursos deram tanto lugar à ideologia quanto o discurso clínico ou o da economia política, por exemplo, evidenciando o funcionamento ideológico das ciências. Foucault (1969) não centra sua atenção na ideologia na constituição dos discursos, aspecto central da AD de Pêcheux (1983), e sim na história, entendida não de uma perspectiva linear ou evolutiva, mas a partir de acontecimentos marcados por rupturas e por descontinuidades, na perspectiva da genealogia de Nietzsche.

A análise enunciativa de Foucault (1969, 1986) não busca interpretações e nem se propõe a analisar ou a desvelar *ideologias*. Não há o que ser desvelado ou descoberto, buscando, isto sim, descrever aquilo que é efetivamente dito a partir das possibilidades históricas, dos ‘modos de existência’ próprios a cada tempo histórico e social. A análise do discurso em Foucault (1969, 1996) refere-se à descrição das coisas ditas a partir do modo como foram ditas, embora, “*de uma maneira ou de outra, as coisas*

ditas dizem muito mais do que elas próprias" (Foucault, 1969:144). A análise enunciativa foucaultiana mantém-se fora de qualquer desvelamento ou interpretação: às coisas ditas, não pergunta aquilo que escondem, o que nelas e apesar delas estava dito, o não-dito que recobrem, a abundância de pensamentos, de imagens ou de fantasmas que as habitam. Ao contrário, a análise é mais uma pergunta, uma investigação acerca dos modos segundo os quais algo é dito, por quem e com que interesses; busca compreender as marcas deixadas pelo que foi dito e as possibilidades de seu surgimento ou de sua enunciação, bem como tenta identificar o percurso segundo o qual determinados enunciados aparecem ao invés de outros (Cordeiro, 1995).

Pêcheux (1983) posiciona-se de forma marcada e assumidamente política em sua proposta de análise discursiva. A filiação marxista de Pêcheux (1983) o interpela ao desvelamento da ideologia implícita nas diferentes formações discursivas, componente fundamental de sua abordagem. Tal qual Pêcheux (1983), Foucault (1995) também foi um teórico engajado nas questões cruciais de sua época, cujo desejo de intervir na realidade era evidente, marca de sua postura ética e política enquanto intelectual (Birman, 2000). Entretanto, ainda que tivesse atuado politicamente em alguns fóruns, como o *Groupe d'Information sur les Prisions- GIP*, e contribuído para a definição das lutas de seu tempo, Foucault (2000) era reticente em relação aos movimentos de libertação, dado que tais lutas estariam atravessadas pelos discursos de cientificidade dos especialistas, das teleologias pré-definidas e dos argumentos dogmáticos, como por exemplo, do Partido Comunista Francês. Sendo um tanto céptico quanto às soluções políticas oferecidas à sociedade, na época, pelo marxismo, no que se distancia de Pêcheux (1983, 1995), para Foucault (2000), o intelectual não é o apontador de valores universais, nem é sua tarefa criticar os conteúdos ideológicos ligados à Ciência. O papel de um intelectual seria o de problematizar a realidade e questionar as formas próprias de pensar e atuar em cada tempo e, indicando "os riscos do presente", participar na formação de uma atividade e de uma consciência política. O problema político essencial para o intelectual seria, para ele, o de evidenciar o sistema de poder que interpreta, proíbe e invalida os discursos e os saberes das massas. Há, entretanto, ao longo de sua obra, destaca Alvarez-Uría (1986), o compromisso apaixonado em defesa da liberdade, entendida como um direito inscrito na idéia de Humanidade. A preocupação com a liberdade atravessa o projeto teórico e político foucaultiano, destinado a evidenciar a estrutura indissociável das relações de poder e saber, relações essas que atravessam os corpos e as consciências a fim de discipliná-los

e controlá-los. Foucault (2002), opondo-se a quaisquer formas hegemônicas de códigos que devessem ser seguidos pelos indivíduos, buscou identificar as formas que regularam as condutas e negaram as práticas de liberdade através dos tempos. Ele acreditava que, através da reflexão ética e do cuidado de si, os sujeitos poderiam ampliar a prática reflexiva da liberdade. Pensava, assim, ser necessário discutir a fundação de uma nova ética para além da moral cristã ou das imposições do Estado. Nesta nova ética, a ação individual e o compromisso pessoal não poderiam estar desvinculados dos interesses coletivos. Foucault buscou, assim, “fazer uma história destinada a auxiliar homens e mulheres a estarem mais conscientes das ataduras visíveis e invisíveis da modernidade que hipotecam sua liberdade” (Alvárez-Uría, 1986: 20).

6. Considerações finais:

Políticas de Verdade e tramas de Saber-Poder

A tradição científica positivista, com seus ideais de racionalidade, objetividade e neutralidade, afastaram a emoção, a subjetividade e as lutas políticas do critério de científicidade. Assumir uma posição política parece estar na contramão do discurso científico e das práticas terapêuticas (Fonseca, 1997). Os pressupostos da abordagem discursiva de Pêcheux (1983) e de Foucault (1969, 1996) destacam, no entanto, os aspectos históricos e políticos da/na produção de discursos que constituem diversos campos do saber. A verdade nunca está fora do sistema de poder e não há uma verdade sem poder (Foucault, 1991, 1995). Na AD, a produção do saber está sempre situada, na qual sujeito e objeto interagem para produzir significados particulares. Não há, portanto, nessas abordagens, a clássica separação defendida pelo positivismo entre sujeito que conhece e realidade (objeto) a ser investigada, mas uma relação de interdependência e de resgate da subjetividade do pesquisador-analista do discurso no processo de conhecimento. O sujeito do conhecimento está, portanto, sempre implicado em suas verdades.

Em especial na terceira fase, na AD3 (Pêcheux, 1983), predominante no campo atual da abordagem discursiva, o sujeito-pesquisador-analista do discurso que interpreta o discurso é constituinte do processo de interpretação. Essa posição caracteriza a implicação do sujeito do conhecimento na construção de sua interpretação através dos *gestos de leitura e de interpretação dos discursos* (Mutti, 2003), devendo-se “*conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma*

prática que lhe impomos em todo o caso” (Foucault, 1996:53). O conhecimento é constituído por discursos e por

“relações de ‘poder-saber’ que não devem ser analisadas a partir de um sujeito de conhecimento livre das tramas do poder. Ao contrário, é preciso considerar que o sujeito que conhece, os objetos que conhece e as modalidades de conhecimento são efeitos dessas implicações do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (Foucault, 2002: 27).

Não há, portanto, uma Verdade absoluta, mas diferentes formas de conceber a realidade conforme as filiações teórico-políticas de cada pesquisador(a) e as possibilidades discursivas e históricas de cada tempo (Foucault, 1969; Pêcheux, 1983). O discurso está ligado à vontade e ao poder, não sendo “o discurso simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996:10). Tais reflexões são um convite a que possamos abandonar a pretensa ilusão de um saber verdadeiro último (Foucault, 1991), neutro e supostamente fora das tramas do poder. A ilusão de neutralidade pretendida pelas epistemologias positivistas que circulam pela academia e pela pesquisa ainda na atualidade (Keller, 1996), cujos mecanismos de restrição, de exclusão e de segregação dos discursos e dos saberes, dispositivos disciplinares e disciplinantes (Foucault, 2002) funcionam como “camisas de força” às quais, muitas vezes, estamos assujeitado/as. Tais interdições “não têm a mesma forma e não interferem do mesmo modo no discurso literário e no da medicina, no da psiquiatria e no da direção de consciência” (Foucault, 1996: 67), daí a necessidade de incorporarmos tais reflexões em nossas produções e assumir que nossas escolhas teórico-metodológicas constituem-se nos jogos de verdade e de saber-poder. Embora ainda um tanto tabu em nosso meio científico, faz-se fundamental assumir que tais escolhas são um ato político, mesmo em se tratando de escolhas de métodos de pesquisa e de teorias com as quais escolhemos trabalhar (Fonseca, 1997). Na Psicologia, temas que se colocam como políticos têm sido nomeados não científicos e não acadêmicos, relegados ao território da “militância” (Coimbra, 2004; Narvaz & Koller, 2006). Entendemos que as abordagens

discursivas de Foucault e de Pêcheux podem, assim, contribuir na problematização de nossos saberes e de nossos discursos, inscritos que são em determinados marcos éticos e políticos, reflexão a qual nos propomos com o presente texto.

Notas

¹ Formação Discursiva (FD): é uma matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito.

² Enunciado simples proveniente de discursos outros, anteriores, “como se esse elemento já se encontrasse sempre-aí por efeito da interpretação ideológica (Pêcheux, 1995).

Referências Bibliográficas

- ALVÁREZ-URÍA, F. (1986). La cuestión del sujeto. Foucault, M. *Michel Foucault: Hermeneutica del sujeto* (pp. 07-31). Colección Genealogía del poder. Madrid: La Piqueta.
- ALTHUSSER, L. (1974). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Martins Fontes.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1982). *Palavras incertas*. Campinas: Unicamp.
- BAKHTIN, M. (1975). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec
- BIRMAN, J. (2000). *Entre cuidado e saber de si: Sobre Foucault e a Psicanálise*. Coleção Conexões, 7. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- CHAUÍ, M. (1980). *O que é ideologia?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.
- CHOMSKY, N. (1971). *Linguagem e pensamento*. Rio de Janeiro: Vozes.
- COIMBRA, C. M. (2004). Tensão ou oposição entre ciência e política na pós-graduação? Um falso problema. *Psicologia & Sociedade*, 16 (1), 86-97.
- CORDEIRO, E. (1995). Foucault e a existência do discurso. *Cadernos do Noroeste*, 8(1), 179-186.
- DIAS, L. F. (2003, abril). Resistência e desafio: Traços do pensamento de Pêcheux no Brasil. Trabalho apresentado no *I Seminário de Estudos em Análise de Discurso*, Porto Alegre, UFRGS.
- FONSECA, T. M. G. (1997). Psicologia e relações de gênero: O gênero da ciência psicológica. In: Zanella, A. V.; Siqueira, M. J.; Lulhier, L. A. & Molon, S. I. (Orgs.), *Psicologia e práticas sociais* (pp. 317-

- 321). Porto Alegre: ABRAPSO.
- FOUCAULT, M. (1969). *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1986). *Michel Foucault: Hermeneutica del sujeto*. Madrid: La Piqueta.
- _____. (1991). *Saber y verdad*. Madrid: La Piqueta.
- _____. (1995). O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H. & Rabinow, P. (Orgs.), *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense.
- _____. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- _____. (2000). *Um diálogo sobre el poder y otras conversaciones*. Madrid: Alianza.
- _____. (2002). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- KELLER, E. F. (1996). O paradoxo da subjetividade científica. In: Schnitman, D. (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 93-111). Porto Alegre: Artes Médicas.
- MORALES, B. V. (2002). *A dependência de drogas no discurso do psicólogo: Efeitos de sentido*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Letras. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MUTTI, R. (2003, maio). O primado do outro sobre o mesmo... Trabalho apresentado no I Seminário de Estudos em Análise de Discurso, Porto Alegre, UFRGS.
- NARVAZ, M. & KOLLER, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654.

- ORLANDI, E. P. (1988). *Sujeito e texto*. São Paulo: Hucitec.
- ORLANDI, E. P. (1995). *O que é lingüística?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.
- ORLANDI, E. P. (1996). *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso*. Campinas/SP: Pontes.
- ORLANDI, E. P. & Guimarães, E. R. (1986). *Unidade e dispersão: Uma questão do texto e do sujeito*. São Paulo: Cadernos PUC.
- PÊCHEUX, M. (1983). A análise automática do discurso. In: Gadet, F. & Hak , T. (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (pp. 61-105). Campinas, SP: Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1990). *Discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, M. (1995). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP.
- PÊCHEUX, M. (1998). Sobre a (des)construção das teorias lingüísticas. *Cadernos de Tradução*, 4, 35-55.
- SALDIVAR, G. E. (2004). *A natureza heterogênea do discurso*. Acessado em 23 de novembro de 2004 de <http://spider.ufrgs.br/discurso/artigos/htm>.
- SAUSSURE, F. (1970). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.

Martha Giudice Narvaz

e-mail: phoenix@terra.com.br

e-mail: hcpnardi@terra.com.br

Blanca Morales

e-mail: morales@cpoovo.net

- *recebido em 10 de outubro de 2006.*
 - *aprovado em 08 de janeiro de 2007.*

A violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância

Junia de Vilhena

Pontifícia Universidade Católica - Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir algumas das consequências psíquicas da intolerância presente na contemporaneidade, tomando como fio condutor o preconceito racial, suas consonâncias e dissonâncias no agenciamento da subjetividade. Partindo do pressuposto que a violência racista do branco, assim como outras formas fundamentalistas de segregação, é exercida, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito, no caso do negro, através da internalização forçada e brutal dos valores e ideais brancos, observamos que, frequentemente, este é obrigado a adotar para si modelos incompatíveis com seu próprio corpo - o fetiche do branco, da brancura. Ao discutir o caráter ideológico do racismo, a autora, baseada em Hanna Arendt, aponta para o poder de persuasão que fixa negros, trabalhadores pobres, desempregados, indigentes, loucos, mulheres, etc. em identidades coletivas e serializadas.

Palavras-chave

Intolerância; racismo; ideologia; alteridade.

Este trabalho tem como objetivo discutir algumas das consequências psíquicas da intolerância e da negação de alteridade no agenciamento da subjetividade do sujeito contemporâneo. Para mim, ignorar as comoetas, para se defender-se e para instinto de auto-preservação. O alienian, em seu domínio a cultura causa estrupendo também por compreensão, por intolerância e por prazer.

Este trabalho tem como objetivo discutir algumas das consequências psíquicas da intolerância e da negação de alteridade no agenciamento da subjetividade do sujeito contemporâneo. Para mim, ignorar as comoetas, para se defender-se e para instinto de auto-preservação. O alienian, em seu domínio a cultura causa estrupendo também por compreensão, por intolerância e por prazer.

The violence of colour: on Racism , alterity and intolerance

Abstract

The article discusses some of the psychic consequences of intolerance against the other, taking as an example racial prejudice, their consonances and dissonances in the process of the construction of subjectivity. Assuming that denial of alterity, so much present in our culture is exercised, mostly, by the merciless tendency to destroy the subject's identity, the author points out how the brutal internalization of white values and ideals frequently, forces black people to adopt for themselves incompatible models with his/her own body - the fetish of the white, and that of the whiteness. When discussing the ideological aspects of racism, the author, based on Hanna Arendt points out the power of persuasion that reduces black people, poor workers, unemployed, indigent, crazy, women, and others socially excluded to a collective and serialized identity.

Key Words

Intolerance; racism; ideology; alterity.

1. Introdução

*"Vivemos num campo de concentração/Somos o lixo, a bucha
do canhão/De um lado os Alvos, brancos, tiranos/Senhores
carrascos mundanos/Do outro, o medo, os pretos, plebeus/
Escravos, mulatos, ateus"*

MV Bill

O que leva um ser humano a eleger como inferior tudo aquilo que dele difere? Como entender o sofrimento daquele que é levado a crer que por não pertencer à minoria privilegiada, que dita os chamados parâmetros da normalidade, beleza e sucesso, está fadado, não apenas ao fracasso, como, sobretudo, à justificativa de sua infelicidade?

O momento atual parece agudizar a dialética entre a identidade e alteridade, conduzindo-a a um paroxismo (Pelbart, 2003). O encontro com o Outro não é mais uma possibilidade de deixar-se afetar e de permitirem-se novas interações, mas uma ameaça em potencial. Nos fundamentalismos cotidianos inventa-se e recria-se o perigo e o inimigo – bandido, favelado, traficante, negro, homossexuais e prostitutas - para que se possa oferecer segurança e defesa e a ilusão de ordem.

Iniciarei este artigo com uma frase de Enzenberger:

"o homem é o único ser vivo que planeja, a extinção da própria espécie. Os animais lutam, mas não fazem guerra. O homem é o único primata que planeja o extermínio dentro de sua própria espécie e o executa entusiasmaticamente e em grandes dimensões..." (1995:9).

Ou seja, em seu domínio, na Natureza, o animal caça e mata para comer, para defender-se e por instinto de auto-preservação. O Homem, em seu domínio, a Cultura, causa sofrimento também por conveniência, por intolerância e por prazer.

Este trabalho tem como objetivo discutir algumas das consequências psíquicas da intolerância e da negação da alteridade no agenciamento da subjetividade do sujeito contemporâneo. Para tal, tomaremos como eixo condutor, uma das formas de intolerância, bastante marcadas em nossa sociedade, que é o preconceito racial, suas consonâncias e dissonâncias no agenciamento da subjetividade, bem como as repercussões observadas em nossa prática clínica.

Longe de pretender esgotar o tema, o que buscamos neste trabalho, como em um caleidoscópio, é apresentar uma das múltiplas visões que possam espelhar parte do sofrimento vivido por todo aquele afetado pela intolerância e pela discriminação. Neste sentido, se há um ponto comum que a todos afeta – daí, tratarmos de diversas formas de intolerância –, há também algo de específico no caso do racismo, onde mais nos deteremos.

Contudo, é bom relembrar que não se trata de deixar de lado o que está referido à patologia social, à história, às práticas vigentes, nem de apagar as diferenças; mas sim de estar atento à irredutibilidade do sujeito a qualquer registro.

Sendo cultura o outro do sujeito, não há como pensá-lo fora dela. Conforme afirmamos em um trabalho anterior

"Diferentes códigos lingüísticos, ethos e representações são enunciados de uma singularidade daquele que fala - seja ele pobre ou rico -, obedecendo a uma lógica própria, do inconsciente, não podendo ser reduzidos a quaisquer categorias previamente estabelecidas. Tal afirmação, ao contrário de negar diferentes determinantes de uma identidade - que sem dúvida alguma é também socialmente construída -, desloca-nos de uma escuta etnocêntrica remetendo-nos ao que nos parece tão óbvio quando exercido em nossa prática privada: a escuta do desejo. Mais ainda, não será inerente à nossa própria tarefa a escuta de diferentes sistemas simbólicos? O desejo é polissêmico, poliglota, paradoxal. Coloca em cena o plural e o singular, numa relação dialógica de complementaridade" (Vilhena & Santos, 2000:166).

Em outras palavras – qualquer que seja o recorte escolhido – psicológico, antropológico, sociológico, histórico ou político – este será sempre insuficiente, fragmentário, uma vez que não há como reduzir o ser humano – em toda a sua complexidade a apenas uma categoria representacional.

Neste trabalho, é utilizando os conceitos da clínica, que nos desvela o sofrimento psíquico dos sujeitos em pauta, no qual nos deteremos. Enfatizamos, como já afirmamos em trabalhos anteriores, que é sempre importante ter muito claro o lugar de onde falamos – este define os registros aos quais nos atemos e os determinantes que privilegiamos.

2. Sobre a naturalização do preconceito

"Todas as espécies de animais que Deus havia criado foram preservadas na arca de Noé. As espécies mescladas que Deus não criou, e que foram o resultado de amalgamas (mistura de raças), foram destruídas pelo dilúvio. Desde o dilúvio, tem havido amalgama (mistura de raças) entre seres humanos e bestas, como pode-se ver ... em certas raças de homens"

Ellen G White

A história mostra-nos, através do racismo, do preconceito sexual e da indiferença face aos miseráveis, a facilidade com que se desumaniza o “diferente” ou “inferior” sem que nos sintamos minimamente responsáveis. Acreditando que este não é sujeito moral como “nós”, toda残酷 pode ser cometida. A famosa frase de Hitler ilustra bem o que estou apontando: “sem dúvida alguma os judeus são uma raça, mas não são humanos”.

A violência a qual o negro no Brasil sempre esteve submetido não é apenas a da força bruta. A violência racista do branco é exercida, antes de tudo, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização forçada e brutal dos valores e ideais do branco é obrigado a adotar para si modelos incompatíveis com seu próprio corpo - o fetiche do branco, da brancura. Citemos como exemplos banais: o cabelo liso e o nariz fino.

Para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diferentes em suas realidades psíquicas, econômicas e sociais assumem um caráter universal onde somente a “brancura” é percebida e mitificada. A interiorização de tais ideais pode, e freqüentemente leva, como veremos a seguir, à alienação e à negação da própria natureza humana, oferecendo como única “salvação” o embranquecimento físico e/ou cultural.

Ser diferente é ser uma exceção - ou seja, o negro “normal” é marginal, ignorante. O discurso ideológico da sociedade é introyectado e assimilado pelo Super-Ego. Na formação do seu Ideal de Ego não lhe escapa nenhuma das características do modelo opressor: ser branco, rico e consumidor!

Ser negro é ser violentado continuamente de forma constante e cruel, como aponta Costa: “o sujeito violentado é o que sabe ou virá a saber; sente ou virá a sentir que foi submetido a uma coerção e a uma dor absolutamente desnecessários ao crescimento, desenvolvimento e manu-

tenção de seu bem-estar, enquanto ser psíquico” (1984:77).

A brancura transcende o homem branco. Nada pode macular esta brancura que, a ferro e fogo, cravou-se na consciência negra como sinônimo de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica e etc. O belo, o bom, o justo e o verdadeiro são os brancos.

O branco foi e continua sendo a manifestação do Espírito, da Idéia e da Razão. O branco e a brancura são os únicos legítimos herdeiros e construtores do progresso e desenvolvimento do homem. Eles são a cultura e a civilização, em uma palavra - a “humanidade”. Neste sentido, a maioria da população brasileira, negra introjetou o ideal do branqueamento que não apenas interfere no processo de construção de identidade como na formação da auto-estima geralmente baixíssima e na super-valorização idealizada da população branca.

Durante toda a Idade Média até os séculos das Luzes, o imaginário europeu, foi constituído pela existência de seres fantásticos que lhes geravam simultaneamente medo e fascínio. Figuras monstruosas, homens com um pé só ou com orelhas enormes, ocupavam lugar nas descrições da África e Ásia desde a Antigüidade, e figuravam na cosmografia renascentista. Ainda em 1660, em uma gravura de Mazot representando a África (F. Mazot, *As Quatro Partes do Mundo: a África*. Paris, Biblioteca Nacional) se podia ver a imagem de um dragão, sobrevoando os céus. (Santos, 2002)

Na cultura ocidental, a cor negra está associada ora a um sentimento de fascínio exótico ora a uma sensação de medo ou horror, como veremos mais adiante.

3. Des- construindo uma identidade

“Quando as pessoas gostam de mim, dizem que isto se dá apesar de minha cor. Quando não gosta, afirmam que nada tem a ver com a minha cor!”

Frantz Fanon

A família (real ou substituta) é o primeiro lugar onde a ação constituinte do Ideal do Ego se desenrola. Para recuperar o narcisismo original perdido é preciso que haja um modelo a partir do qual o sujeito possa se constituir, ainda que seja através de uma mediação - idealização dos pais ou substitutos e ideais coletivos. O Ideal do Ego é então a instância que estrutura o sujeito psíquico, vinculando-o à Lei e à Ordem - uma

conexão da normatividade libidinal com a cultural, como aponta Freud (1914,1921).

Winnicott (1987), que sempre enfatizou a importância da provisão ambiental satisfatória, apontava dois riscos possíveis, e não excludentes, para aqueles que sofriam privações precoces. Uma direção era representada pelo roubo e a outra pela destrutividade. Durante um certo tempo estas manifestações podem surgir e representar uma forma de solicitar uma mudança no ambiente.

Contudo, elas só acontecem se e enquanto a criança tiver esperança. Esperança não só de ver suas necessidades atendidas, mas, também, de poder contar com o outro, de poder ser amada, de poder construir projetos de vida. Depois de um tempo, se não há respostas favoráveis, a esperança desaparece e a situação se cronifica tornando o seu manejo muito mais difícil.

Em nosso imaginário social, o negro sempre esteve associado ao que é ruim, refletindo-se mesmo na linguagem: a coisa está preta, humor negro, um futuro negro e etc... Como será isto vivido por ele? Que consequências terão em seu processo de subjetivação?

No caso do negro, e o trabalho de Neuza Santos (1983) é magistral nesta avaliação, o que iremos observar é a encarnação no corpo negro dos ideais do homem branco, destruindo a sua identidade, levando-o a desejar e projetar um futuro que redunda em sua própria extinção – o *embranquecimento*. É com desprezo e vergonha que falam do “cabelo ruim”, da “bunda grande” ou do “beiço grosso”. O corpo é, assim, vivido de forma persecutória uma vez que é o grande obstáculo à realização de uma “identidade branca” que foi coagido a aceitar.

Pela repressão ou pela persuasão leva-se o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro calcado em uma realidade diferente de sua história única, pessoal e de seu corpo. Todos os seus ideais convertem-se em um ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer (Santos,1983).

A direção mortífera desses ideais é trágica como aponta a autora -, o negro, no desejo de embranquecer, deseja nada mais nada menos, que a sua própria extinção. Seu projeto, de no futuro deixar de existir; sua aspiração , a de não-ser ou não ter sido.

Ao repudiar a cor repudia radicalmente o corpo. É com desprezo, vergonha ou hostilidade que se refere ao “beiço grosso”, “nariz chato e grosso”, “cabelo ruim”, “bundão” e assim por diante.

"A reação ao pensamento do negro frente à violência do Ideal branco não é uma resposta ao desprazer da frustração. Elemento periférico do conflito, mas uma réplica à dor. O sujeito negro, diante da "ferida" que é a representação de sua imagem corporal, tenta, sobretudo, cicatrizar o que sangra. É a este trabalho de cerco à dor e regeneração da lesão que o pensamento se dedica... O tributo pago pelo negro à espoliação racista do seu direito à identidade é o de ter que conviver com um pensamento incapaz de formular enunciados de prazer sobre a identidade do sujeito. O racismo tende a banir da vida psíquica do negro todo prazer de pensar e todo pensamento de prazer..." (Costa, prefácio Santos, 1983, p10).

Este é o segundo traço da violência racista. Estabelecer uma relação de desqualificação entre o sujeito negro e seu corpo. Sabemos que a identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que o sujeito cria com seu corpo. Para criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário, como aponta a psicanálise, que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de prazer. Quando tal não acontece, torna-se um corpo perseguidor, odiado, visto como foco permanente de ameaça de dor e de morte.

O sujeito negro que abdica de seus direitos humanos, resignando-se à passiva condição de inferior, vem a sofrer uma dramática contradição. É no momento mesmo em que o negro reivindica sua condição de igualdade perante a sociedade, que a imagem de seu corpo surge como um intruso, como um mal a ser sanado, diante de um pensamento que se emancipa e luta pela liberdade enfatiza Costa.

O que observamos em nossa clínica é que um branco é apenas o representante de si - mesmo, um sujeito no sentido da palavra, onde a cor, via de regra não se constitui como um significante posto em relevo –, cor e raça não fazem questão na construção de sua subjetividade (Vilhena, 2005 b).

No caso do negro, freqüentemente, observamos o inverso: um negro representa uma coletividade racializada em bloco – cor e raça são eles mesmo, os significantes que o definem como sujeitos – quando de sujeito podemos falar, em virtude dos impasses da singularização.

Um dos elementos de expressão do racismo é a infra-humanização das vítimas, as quais são percebidas como possuindo mais características naturais ou naturalizadas do que culturais. Neste sentido, os grupos racializados (por exemplo, negros) são aproximados do pólo da natureza e

distanciados do pólo da cultura em relação aos grupos não “racializados”, por exemplo, brancos, como aponta Cohen (1980).

Daniel Bar-Tal foi um dos pioneiros na análise da infra-humanização dos grupos minoritários, ao analisar o modo como judeus eram percebidos pelo regime nazista e afirmar que a infra-humanização pode ocorrer através da “deslegitimização” da categoria ou grupo social com a atribuição de características extremamente negativas:

“A desumanização envolve categorizar um grupo como não humano, seja pelo uso de categorias “de criaturas sub-humanas” tais como raça inferior ou animais ou seja pelo uso de categorias negativamente utilizadas como super- humanas ,tais como demônios, monstros e criaturas satânicas. A caracterização por traços se dá através do uso de características vistas como extremamente negativas ou inaceitáveis em uma determinada sociedade” (1989: 93)¹.

Moscovici e Pérez (1999) argumentam que as representações sociais construídas sobre os grupos “racializados” podem estruturar-se em dois eixos: o eixo dos traços de natureza e o eixo dos traços de cultura. Os traços “naturais” são definidos como características que são usadas de maneira indiferenciada nas descrições de seres humanos e nas descrições de animais. Já os traços “culturais” são aqueles típicos dos seres humanos (Moscovici & Pérez, 1997).

Como aponta Carone (2003) o racismo, a despeito de todas as leis antidiscriminatórias apenas sofreu transformações formais de expressão:

“não é posto nem é dito, mas pressuposto nas representações que exaltam a individualidade a neutralidade racial do branco – a branquitude – reduzindo o negro a uma coletividade racializada pela intensificação artificial da visibilidade da cor e de outros traços fenotípicos aliados a estereótipos sociais e morais. As consequências são inevitáveis: a neutralidade de cor/raça protege o indivíduo branco do preconceito e da discriminação raciais na mesma medida em que a visibilidade aumentada do negro o torna alvo preferencial de descargas e frustrações impostas pela vida social” (p.23).

O racismo que, através da estigmatização do corpo, retira a dimensão de prazer do corpo negro, também perverte o pensamento do sujeito, privando-o da possibilidade de pensar o prazer e do prazer de pensar em liberdade. O pensamento do negro, como aponta Costa (1984), é um pensamento sitiado, acuado e acossado pela dor da pressão racista.

Pensar, como dizia Hanna Arendt (1951), é intrinsecamente uma atividade subversiva por ser um ato que ameaça todas as versões oficiais do direito e da ordem - questiona a "história oficial". Por isto os sistemas totalitários impõem a verdade única e pensar livremente é crime. Mas como pensar, senão livremente?

O que mais assusta aos seres humanos é o pânico de perder o simbólico, de não conseguir representar aquilo que é vivido. Esse é o campo da estranheza, desse algo que é irrepresentável, que é vivenciado como medo de destruição, de castração, como uma ameaça. É a perda da possibilidade de pensar.

"Uma das formas de adquirir segurança contra essa ameaça é nomeá-la como algo que (fazendo parte de mim) é externalizado como se não pertencesse [a mim], cria-se, desta forma, um duplo. O duplo é um 'outro eu de mim próprio'" (Chnaiderman, 1996:89).

Contudo, criado para dar segurança ao eu contra aquilo que horrozza, não pode mais ser entendido como duplo e é tomado como um outro diferente e estranho. Como aponta Kristeva, *"da estranheza ao temor, da curiosidade ao medo, do amor ao ódio, o rosto do estrangeiro nos força a manifestar a maneira secreta que temos de encarar o mundo, de nos desfigurarmos todos, até nas comunidades mais familiares, mais fechadas"* (1994:11).

Esse "estranhamente familiar" é o aparecimento de algo que se precisou construir em um determinado momento da vida, por angústia, por medo de perda da identidade, por pânico do estilhaçamento. Mas quando isso emerge, quando isso que não se sabe que está dentro aparece fora, ocorre o "estranhamente familiar". (Chnaiderman, op.cit)

4. O outro e o mal

"Aprendemos a ser racistas, logo podemos também aprender a não ser. Racismo não é genético. Tem tudo a ver com poder".²

Jane Elliot

Acusar de demoníacas as crenças de outros povos, para manter a ortodoxia de uma fé, é prática que remonta ao Antigo Testamento. Tal como ocorre com os cultos afro-brasileiros, e como já ocorria desde a Idade Média, sempre que se buscou impor um saber, uma fé ou uma prática, demonizou-se o Outro. (Vilhena & Medeiros, 2003). Designar aos negros atributos demoníacos possibilitou que a escravidão fosse tomada como forma de redenção já que se fossem vítimas ou agentes de Satã os africanos não poderiam ser abandonados sem a tentativa de livrá-los da influência do Maligno.

Mas nem só os religiosos são perseguidos. O que Freud já apontava era a questão da intolerância. Para Freud, nos grupos humanos há sempre a necessidade de se formarem pequenos círculos para designar como inimigos quem fora deles estiver – esta seria uma via de solução para a pulsão de destruição. A lógica do *traço identificatório diferencial* regeria a aversão que se produz entre comunidades vizinhas ou mesmo aparentadas - *narcisismo das pequenas diferenças* como Freud denominou em *O mal estar na civilização* (1930 [1929]).

Em *Moises e o monoteísmo* [1939], em suas reflexões sobre o antissemitismo, Freud assinala como a intolerância se manifesta muito mais no tocante às pequenas diferenças do que nas divergências fundamentais - o ódio ao “quase semelhante”. Neste caso, o ódio encontra seu objeto precisamente do campo do próximo, do semelhante – o próximo que somos supostos de amar como nos ensina o mandamento: “*amarás o próximo como a ti mesmo*”.

Para Collete Soller (citada por Cevasco e Zafiropoulos, 2001), a intolerância presente no racismo, não pode ser entendida apenas como um repúdio à diferença baseado na problemática da identificação: o racismo, segundo a autora, diz respeito a algo no discurso que não é linguagem, quer dizer o gozo.

Lacan [1969-1970] no texto sobre agressividade, retoma a proposição freudiana, ressaltando que nesta “pequena diferença” articula-se tanto uma função simbólica, um traço que nos singulariza, quanto a mira-

gem do narcisismo, que acena com um horizonte de eliminação: ou eu ou o outro. Também se jogam as diferenças entre identificação e identidade, na subjetividade.

O ódio para Lacan deve, em última instância, estar referido a uma economia do gozo. O racismo é o ódio ao gozo do outro. É esta suposição do Gozo do Outro – como privativo de meu próprio gozo - que institui o Outro no lugar do estrangeiro, intruso, expropriador de meus bens, de meu país ou de minha fé.

Em 1921 Freud, em *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, apontava que era ocupando o lugar de ideal de ego das massas que o líder se constituía como tal. É a partir deste lugar, idealizado, que se torna possível a formação de uma fratria, de um coletivo, que em busca da aprovação deste pai, frequentemente tirânico e dominador, exclui a todos que dela não participam.

Para Zafiropoulos e Assoun (1995), a compreensão do ódio, que enseja tanta intolerância, e que se encontra na base da história humana, está referida a dois grandes mitos: um formulado na Bíblia, e o outro formulado por Freud em *Totem e Tabu*. O primeiro descreve o ódio assassino entre irmãos, diferenciados pelo olhar do Deus-Pai Todo Poderoso; o mito Freudiano fala do ódio assassino dos irmãos, frente a um Pai tirânico usurpador de todos os bens e de todas as mulheres.

Seja qual for a importância da possessão dos bens, que está em jogo no campo de enfrentamento social, o registro do genocídio só se desenvolve, completamente, na medida em que mobiliza o que há de mais sagrado na socialização do sujeito: o Nome do Pai, seu olhar aprovador e a lembrança angustiante de uma ameaça de invasão do olhar maligno do Estrangeiro “*parece ser muito difícil dar conta das lógicas do genocídio (ou de purificação étnica) sem convocar o “complexo paterno” – sobretudo em sua versão utilizada pelo discurso religioso*” (1995:10).

Como ressalta Santos (2002) se o horror, a duplicação do eu, o estranhamente familiar são os elementos de nossa psique, de nosso inconsciente, que permitem a construção do outro como algo ameaçador e que deve ser destruído e eliminado, não podemos nos esquecer de que o racismo é uma ideologia de dominação; é a efetivação no plano da história, no plano da temporalidade e da política, da submissão do outro. Por isso, para compreender e impossibilitar a repetição das ideologias racistas é preciso, por um lado, entender a necessidade da personificação do mal e do negativo que faz com que sejamos tão facilmente persuadidos pelos discursos que apresentam o outro como totalmente ruim, e, por outro lado é preciso pensar o que faz com que os negros tenham sido identificados

com o mal e com a negatividade ou vistos como demônios, exóticos e selvagens.

5. Na galeria dos espelhos

"O medo coletivo estimula o espírito de manada (ou grupo) e tende a produzir ferocidade contra aqueles percebidos como não pertencentes ao grupo"³.

Bertrand Russell

Octávio de Souza e Miriam Chnaiderman consideram que tanto o exotismo quanto o racismo são dispositivos que as culturas utilizam para dominar o estranho. Para que a pessoa possa vencer, superar a estranheza que lhe é oferecida torna-se necessário devolver ao sujeito o poder de dar, a partir dele próprio, significado para o outro. Em outros termos, eliminamos o estranhamento quando tornamos o outro objeto de nossa ação; oferecemos, nós mesmos, uma lógica a ele, fazendo-o, então, objeto de nossa palavra sem a qual nada pode ser.

Segundo Lacan [1959-1960], nenhuma teoria da história seria capaz de dar conta de uma explicação para o ódio racista que ensejou a barbárie do holocausto. Somente uma referência à tendência humana de cultuar o que chamou de “deuses obscuros”, seria capaz de fornecer algum tipo de explicação.

A história está repleta de exemplos de desumanização e de desqualificação do outro enquanto semelhante. Para os que crêem que o nazismo deixou-nos alguma lição, citemos alguns exemplos mais recentes: o massacre em Ruanda, a guerra da Bósnia e o estupro contínuo das mulheres muçulmanas.

A análise da violação das mulheres muçulmanas põe em evidência um verdadeiro delírio acerca da paternidade. Pela primeira vez, na história militar moderna, a violação foi usada como uma arma de guerra – um instrumento de “limpeza étnica”. Ao violar as mulheres, estariam, imaginariamente, interrompendo o futuro da religião do Outro, ao privá-los de seus filhos - como se o ideal religioso fosse transmitido geneticamente (Cevasco & Zafiropoulos, 2001).

De acordo com os autores, a análise do que poderia ser o desejo do violador denuncia o ódio, a paixão mortífera do narcisismo. Ao anexar-

se, através da violação da Mãe, aos filhos da Outra religião, golpeia seu inimigo em seu ponto mais íntimo – sua descendência.

Em termos psicanalíticos falamos de regressão e cisão – não existem territórios intermediários entre o seguro e o ameaçador, entre o bem e o mal - apenas vida ou morte.

Há um traço específico nas violências modernas oriundo dos ideais de igualdade, de individualismo e autonomia – a intolerância ao outro. Os filhos desse social encontram-se perturbados à procura desesperada de uma referência que lhes dê um sentimento de pertencimento, de inclusão. Como aponta Calligaris (citado por Vilhena 2005a), “*sem a dimensão da filiação, exercer a própria subjetividade é muito difícil, restando ao sujeito, muitas vezes, apenas um destino de sofrimento e loucura*” (p.13).

O original trabalho de Vergne (2002) mostra como a história oficial tem reservado um lugar de exclusão para as favelas e seus habitantes, em grande número negros. Há um modo predominante de olhar para a favela, mesmo dentro da academia: ela é violenta e violentos são seus moradores. A favela aparece como um lugar, nas grandes metrópoles brasileiras, onde a estranheza na relação com o outro surge de modo insistente. O morador da favela é tido como perigoso, mesmo nos discursos que falam sobre o respeito à diferença, ao reconhecimento da singularidade e à busca de conhecer modos de vida diferentes. Por que isso ocorre?

Não sendo possível ignorar a favela, aprendemos a temê-la e a rejeitar seus moradores, vistos como massa uniforme de um monstro subterrâneo prestes a destruir nosso mundo “ordenado” e “coerente”. Construímos, assim, uma realidade de uma única faceta, sem diferenças, nuances, ou contrastes. Ao morador de favelas não é permitida uma voz que seja diferente do que desejamos escutar; freqüentemente sua diferença é patologizada ou criminalizada. O “exótico” substitui o lúdico e a criatividade.

O discurso da guerra contra o tráfico põe nas páginas policiais, e nas telas de televisão, a imagem insistente do policial com o fuzil apontado em direção ao morro. Os moradores são mostrados, constantemente, sem rosto. Enquanto isso, as mortes diárias ocorridas em bairros pobres da cidade, por ação do tráfico e da polícia, são ignoradas.

O Outro é sempre visto como ameaçador e no tocante a esta população, toda identidade é presumida e toda singularidade é previsível ou é negada. Negros, trabalhadores pobres, desempregados, indigentes, loucos, mulheres, homossexuais, criminosos, crianças, velhos, nordestinos, paraibas, são fixados em identidades coletivas, pré-visíveis, onde todo sentimento vira lamento e onde toda experiência é carência (Zamora 1999).

6. Conclusão

*"Esta não é uma reforma simples. É, na verdade, uma revolução. Sexo e raça, porque possuem diferenças visíveis, têm sido a forma principal de organizar os seres humanos como grupos superiores ou inferiores e na designação de trabalhos inferiores (barato) do qual este sistema ainda depende. Estamos falando de uma sociedade onde não haverá papéis que não aqueles escolhidos ou merecidamente ganhos. Estamos falando, em realidade, de humanismo"*⁴

Gloria Steinem

O que faz com que numa sociedade que propaga valores democráticos, as pessoas aceitem a injustiça e as práticas de descriminação?

Hannah Arendt (1951) ao discutir o caráter das ideologias considera que elas têm uma enorme força de persuasão não por serem fundamentadas cientificamente, mas por corresponderem exatamente às expectativas ou desejos, a necessidades imediatas que, ao final, vão buscar nas ciências e nos cientistas as doutrinas que as possam justificar. É fundamental considerar que essas necessidades e desejos também são construídos historicamente, filosoficamente. Ora, o racismo é uma ideologia e, como tal, também foi concebido como uma estratégia de poder em acordo com as expectativas de parte de uma determinada sociedade.

As sociedades não são entidades em si mesmas. Pelo contrário, só existem através dos indivíduos que as atualizam no exercício de suas vidas pessoais - refiro-me aos inúmeros e diferenciados discursos que circulam numa dada cultura. Além disso, nenhuma cultura, por mais simples que seja, é um todo coerente e indiferenciado, mas uma trama, uma teia como chama Geertz (1978), mais ou menos articulada de discursos freqüentemente contraditórios.

A questão da diferença não se coloca assim, apenas entre culturas, mas no interior de cada uma delas. O que promove a ilusão de unidade e coerência é o fato de que toda a sociedade hierarquiza os seus discursos, conferindo-lhes maior ou menor legitimidade e elegendo aquele que irá reconhecer como o "discurso da cultura/dominante".

Em nossa cultura ou reconhecemos no Outro um semelhante, e nesse caso conferimos a ele os mesmos atributos de humanidade que encontramos em nós ou vemos no diferente o sujeito portador de características desabonadoras, menos "humano" do que nós e, portanto, passível de

violências e atos que justificam sua discriminação.

Pensar a sociedade como desracializada permite a alguns negros atribuírem a opressão que sofrem a outros fatores menos dolorosos do que o fator racial. Preserva-se, também a crença de que o esforço individual é reconhecido com imparcialidade. Em uma sociedade individualista e cujo mote é o sucesso pessoal não é difícil imaginar as consequências geradas pelo fracasso vivido.

Convém relembrar que o sujeito só abdica de determinados lugares porque a cultura lhe oferece algo em troca - um lugar no mundo dos homens. Uma possibilidade de criar projetos de vida, o direito de pertencer a um grupo, de ter condições dignas de sobrevivência e o direito de ser visto. Se o acordo que estaria implícito para o ingresso do homem na cultura falha, ou se torna insuficiente, corre-se o risco, dentre outras coisas, da re-instauração da Lei de Talião - olho por olho, dente por dente, das apatias, do fanatismo religioso, ou do sofrimento doentio que exacerbava aquilo que é próprio da dor de existir. (Vilhena, 2002)

Os vários textos de Freud sobre o narcisismo e os processos de identificação corroboraram este pensamento. No eixo da relação entre o sujeito e o outro, ao aumento do narcisismo parece corresponder a exacerbão da violência.

Em sua teorização sobre o Narcisismo Freud sublinha a necessidade de que condições mínimas de investimento libidinal sejam feitas sobre o corpo da criança para que ela crie um projeto de vida possível e se reconheça como parte da cultura. Contudo, permanece também o risco (que todos continuamos mantendo pela vida afora) de que os sujeitos se encurrem no sofrimento atroz daquilo que Freud enunciou como sendo o narcisismo das pequenas diferenças.

Evitamos o Outro, porque ele é irredutível em trazer sua dessimetria, sua diferença. Ele mostra que não formamos um todo harmônico, uma totalidade. O inaudito, o disruptivo, não pode ser esconjurado pela vida pacificada e nem tampouco poderá ser duradoura uma paz que não pode ser conseguida senão ignorando ou abafando gritos.

Vimos que a atitude de oferecer significado ao outro a partir de si é o que o exotismo faz. É essa leitura que permite a Edward Said considerar que o Ocidente inventa o Oriente e, lançando mão deste discurso, projeta sobre ele suas próprias questões. Uma invenção não deixa de ser face da dominação já que, ao construir uma imagem do Oriente, se efetivam os valores que atraem e ameaçam o Ocidente. O mesmo ocorre em relação à África (Santos 2002).

O racismo se origina como estratégia de diferenciação numa so-

ciedade na qual as próprias estruturas e a própria organização social não mais se incumbem de estabelecer garantias e direitos para todos os grupos que a compõem. Por isso, Lilia Schwarcz (1996) afirma que as teorias racistas e racialistas abortaram, no Brasil, a frágil discussão da cidadania na medida em que a liberdade alcançada por força da lei (após a força das revoltas e sublevações) torna-se inócuas diante de um discurso científico que afirma e reafirma a diferença e a determinação do homem pelas raças.

Esse enfoque permite a Chnaiderman dizer que a questão principal do racismo não é o medo do diferente, mas o medo do igual. Compreendendo-se o igual não só como aquele que, na versão psicanalítica nos remete aos nossos próprios horrores como também, na versão política e social, aquele que tem acesso aos mesmos direitos que nós, ou seja, partilha do mesmo poder e, consequentemente, conosco compete.

Assim, torna-se plenamente compreensível a afirmação de Arendt segundo a qual a persuasão (a persuasão da ideologia racista) não é possível sem que o apelo corresponda às expectativas ou desejos ou, em outras palavras, a necessidades imediatas.

Qualquer sinal de diferença, de risco de não satisfação, de não reconhecimento pode reconduzir à experiência do desamparo primordial e aos becos sombrios e tenebrosos da violência contra o outro que nos ameaça. Em outras palavras, a ampliação dos mecanismos narcísicos potencializa os mecanismos de impotência e desamparo constitutivos do sujeito, dificultando as práticas de solidariedade social. Seus efeitos acentuam as reações de segregação, o antagonismo e o ódio em relação ao diferente, tornando maiores e insuportáveis as pequenas diferenças entre o sujeito e o outro.

Vemos, então, que a partir da inclusão da realidade social e do ambiente, tanto no processo de constituição do sujeito quanto no cenário da análise, o estudo dos processos psíquicos (nos campos teórico e clínico) vai adquirindo, cada vez mais, maior complexidade. Desde Freud, até os autores pós-freudianos modernos e contemporâneos, esta questão se coloca permanentemente com maior ou menor ênfase.

A configuração do cenário analítico constitui uma tarefa complexa. A re-descrição da clínica tem sido uma questão importante para a psicanálise contemporânea. Percebemos, cada vez mais, a busca de dispositivos analíticos que possam atender a uma diversidade de situações que a caracterizam atualmente, a despeito de sua localização. Seja no consultório particular, seja na comunidade, o psicanalista hoje se depara com muitos desafios.

Um dos traços da especificidade da realidade brasileira é a extraordinária longevidade da cultura e das práticas autoritárias. A estrutura de

poder pressupõe a negação dos direitos da maioria da população para que o sistema de exploração possa ser reproduzido sem acidentes maiores.

No Brasil a lei jamais serviu para inibir a ação dos governantes ou a prática da violência ilegal. Como aponta Schmitter (1988), “não existe no mundo país com instituições democráticas que viole tanto as suas próprias leis quanto o Brasil. É o descontrole do Estado”. Aqui, a lei serviu univocamente como expressão de dominação sem oferecer nenhuma garantia de direitos fundamentais para a maioria da população.

Se a lei tem de ser dura e temida para ser respeitada e incorporada simbolicamente, esta tem que estar, primeiramente, submetida ao amor e à justiça. Ora, nenhuma tirania é capaz de anular completamente o desejo; mas nesse lugar onde o horror ocupa o lugar da Lei é difícil falar de cidadania:

“Vemos assim, que a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência de uma comunidade...” (Freud, 1932:247).

Neste caso, a violência é posta a serviço da preservação da comunidade e da vida cultural e não do desejo instintivo de matar ou fazer sofrer o semelhante.

Maquiavel já nos apontava o terror desta situação: onde o homem comum não mais se reconhece ou se vê reconhecido em sua cidadania, não se cria um novo território para a existência humana. Eis que a grande maioria continua a conviver e a agir normalmente, demonstrando pelo silêncio, pelo medo, pela violência ou pelo cinismo, a incapacidade da ética em evitar a irrupção da barbárie. Para Costa (1984), a banalização da violência é, talvez, um dos aliados mais fortes de sua perpetuação.

O argumento histórico e sociológico não basta. Um pai pode se sustentar como pai pela violência (eu sou mais forte) ou pela via simbólica (eu sou seu pai), ancorada na sua função de introdutor da Lei. Onde a lei do pai é imposta pela força bruta os filhos não são sujeitos, são submetidos. Não existe compromisso ou pacto; existe submissão ao mais forte - lei espúria e perversa. A lei existe, como dizia Pellegrino (1987), não para humilhar e degradar o desejo, mas para estruturá-lo, integrando-o no circuito do intercâmbio social.

Como aponta Benjamin (apud Chomsky, 1997), a história oficial é a história dos vencedores - não existe uma história dos vencidos. Sob es-

tes se abate uma tríplice violência: a do seu silêncio, para que o vencedor fale em seu lugar; a de sua figura, reduzida a revoltoso ou em nosso caso desajustado e, finalmente, a própria história do vencedor.

Assim, para cada situação de revolta vivida uma nova imagem será sempre criada para desfazê-la ou ocultá-la, numa inversão ideológica que acaba por afirmar a culpa da vítima, estigmatizando-a.

O pobre é pobre porque não trabalha ou não poupa; a favelada, mãe irresponsável que não dispensou à criança os cuidados com higiene e alimentação; a menina estuprada porque é provocadora ou prostituta em potencial, e o “trombadinha” porque, como todos sabem, é um perverso por natureza que deve ser eliminado.

O laço simbólico do qual falávamos diz respeito ao que organiza nossas relações; o que faz o reconhecimento do outro como semelhante e que permite a vida em comunidade. Quando este laço é rompido, ou não pode ser construído, rapidamente aparecem as situações onde a relação passa a ser orientada pelo domínio, pela força e, frequentemente, pela demonização do outro. Acreditamos não ser exagerado afirmar que o descrédito atormenta os excluídos tanto quanto a fome.

Notas

¹ Dehumanization involves categorizing a group as inhuman either by using categories of subhuman creatures such as inferior races and animals, or by using categories of negatively valued superhuman creatures such as demons, monsters, and satans. Trait characterization is done by using traits that are evaluated as extremely negative and unacceptable to a given society (1989: 93).

² We learn to be racist, therefore we can learn not to be racist. Racism is not genetical. It has everything to do with power.

³ Collective fear stimulates herd instinct, and tends to produce ferocity toward those who are not regarded as members of the herd.

⁴ This is no simple reform. It really is a revolution. Sex and race because they are easy and visible differences have been the primary ways of organizing human beings into superior and inferior groups and into the cheap labour in which this system still depends. We are talking about a society in which there will be no roles other than those chosen or those earned. We are really talking about humanism.

Referências bibliográficas

- ARENDT, H. (1951). *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BAR-TAL, D. (1989). *Group beliefs: A conception for analyzing group structure, processes, and behavior*. New York: Springer-Verlag.
- CARONE, I (2003). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: Caroe & Bento (orgs) *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes. pp 13- 24.
- CEVASCO & ZAFIROPOULOS. (2001). *Odio i Segregacion* (cópia mimeo).
- CHNAIDERMAN, M. (1996). Racismo, o Estranhamento Familiar: uma Abordagem Psicanalítica. In L. Schwartz & R. S. Queiroz (orgs), *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp.
- CHOMSKY, N. (1997). Consentimento sem Consentimento. A Teoria e a Prática Democrática. In: *Estudos Avançados* 11(29) SP: USP.
- COHEN, W (1980). *Français et Africains*. Paris: Gallimard.
- COSTA, J.F. (1984). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- ELLIOT, J. acessado 6 de março de 2006 <http://www.poemhunter.com/quotations/racism/>
- ENZENSBERGER, H.M. (1995) *Guerra civil*, São Paulo: Cia das Letras.
- FANON, F. (1970) *Escucha blanco!* Barcelona: Nova Terra.
- FREUD, S [1921] *Psicologia de Grupo e análise do ego*. IN: ESB volXXIII. RJ: Imago,1976.

- [1927] *O Futuro de uma ilusão*. In: Edição Standard Brasileira. Edição Eletrônica. Vol.XXI. Rio de Janeiro: Imago. 2000
- [1929] *O Mal-Estar na Civilização*. In: Op.cit. Vol.XXI.
- [1932] *Carta a Einstein*. In: Op.Cit. Vol.XXII.
- GEERTZ, C. (1978). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed.Zahar.
- KRISTEVA, J. (1994). *Estrangeiros para nós mesmos*, Rio de Janeiro: Rocco.
- LACAN, J [1959-1960] A Ética da Psicanálise, *O Seminário Livro 7*. RJ: Jorge Zahar, 1988.
- LACAN, J [1969-1970] O Avesso da Psicanálise. *O Seminário Livro 17*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LIMA, M.E. O. & VALA, J. (2004) Sucesso social, branqueamento e racismo. *Psic. Teor. Pesq.*, jan./abr., vol.20, no.1, p.11-19.
- MACHIAVELLI, N. (1950). *The Prince and the Discourses*. NY, Random House.
- M.V. BILL acessado em 9 de março de 2006 <http://www.realhiphop.com.br/mvbill/>
- MOSCOVICI, S. & PÉREZ, J.A. (1997). *Prejudice and social representations. Papers on Social Representations*, 6(1), 27-36.
- PELBART, Peter Pal (2003). *Vida capital – Ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras.
- RUSSEL, B. acessado 8 de março de 2006 <http://www.poemhunter.com/quotations/racism/>

- SANTOS, G (2002). Selvagens, exóticos, demoníacos: idéias e imagens sobre uma gente de cor preta. *Estud. afro-asiát.* vol.24, no.2, p.275-289
- SANTOS SOUZA, N. (1983). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal.
- SCHWARCZ, L. (1996). As Teorias Raciais, uma Construção Histórica de Finais do Século XIX. O Contexto Brasileiro. In: *Raça e Diversidade*. São Paulo: Edusp.
- SCHMITTER, P. (1988). Condenados à Democracia. In: Caderno Especial, *JORNAL DO BRASIL*, 10/07/88, p.10.
- SOUZA, O. (1994). *Fantasia de Brasil*. São Paulo: Escuta.
- STEINEM,G. acessado em 8 de março 2006. <http://www.poemhunter.com/quotations/racism/>
- VERGNE, C (2002) *A história dos rostos esquecidos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- VILHENA, J (2005 a). Da cultura do medo à fraternidade como laço social. In: Vilhena, Vieiralves e Zamora (orgs) *As cidades e as formas de viver*. Rio de Janeiro, Ed.Museu da República, pp 19-43.
- VILHENA, J (2005 b). *As cores da violência. Notas sobre o racismo*. In: CD-Rom dos Anais do III Encontro Clínico do Centro de Invesigações e Atendimento Psicológico – CIAP. Rio de Janeiro, Ed. PUC.
- VILHENA, J (2002). A Arquitetura da violência. Reflexões acerca da violência e do poder na cultura. In: *Cadernos de Psicanálise*. Rio de Janeiro, SPCRJ. Vol.18. N.21. pp 181-200
- VILHENA, J. & MEDEIROS, S. (2004). O diabo e o gozo do outro. O retorno do demônio no discurso neo-pentecostal. In. *Revista Percurso*. São Paulo. Ed. Escuta, XVII, n.33, pp-83-92.

VILHENA, J & SANTOS, A (2000). Clínica psicanalítica com comunidades. Um desafio contemporâneo. In: *Cadernos do Tempo Psicanalítico*. Rio de Janeiro, SPID n.32 pp 09-35.

VILHENA, J. & ZAMORA,M.H. (2002). Being a Child in a Brazilian Slum. *Clio's Psyche. Psychohistory Forum.* vol.9, n.1- pp16-28. New Jersey, The Psychohistory Forum.

WHITE, E.G. (1864). *Spiritual Gifts* e tornou a ser publicado em *Spirit of Prophecy* (Edição de 1870). Acessado em 6 de março de 2006 <http://www.quotemeonit.com/racism.html>

WINNICOTT, D.W (1987). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.

ZAFIROPOULOS, M. & ASSOUN, P. L. (1995). *La haine, la jouissance et la loi*. Paris, Ed Anthropos.

ZAMORA, M.H. *Textura áspera. Subjetividade e confinamento nas favelas cariocas*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

Junia de Vilhena

e-mail: juniavilhena@terra.com.br

• *recebido em 02 de outubro de 2006.*

• *aprovado em 17 de fevereiro de 2007.*

Poder e terrorismo: entrevistas e conferências após 11 de setembro

Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá

Universidade Federal do Ceará

Poder e Terrorismo

Autor: Noam Chomsky

Organizadores: John Junkerman e Tsurumi Shunsuke

Tradução: Vera Ribeiro

Rio de Janeiro: Record, 2005.

208 páginas “Todos se preocupam em deter o terrorismo.

“Bem, há uma maneira realmente simples:
não é necessário que os Estados Unidos
parem de participar dele”.

Noam Chomsky

Os livros “A minoria próspera e a multidão inquieta” (1993), “Discurso da Dissidência” (Lisboa: 2000, ainda inédito no Brasil) e “Poder e Terrorismo (2005) seguem o mesmo modelo de compilação de trabalhos produzidos por Noam Chomsky ao longo de suas peregrinações político-intelectuais. Tal se justifica pelo fato da carreira do linguista e cientista político Chomsky vir se intensificando com o passar dos anos, levando-o a uma imensa e ininterrupta produção intelectual. A comprometida agenda de trabalho deve-se ao fato de ter o autor muito a nos proporcionar por meio do seu ativismo político, de suas idéias originais e de sua inabalável convicção sobre a ineeficácia da estratégia de confrontação dos fracos pelos poderosos em nome do combate ao terrorismo “mencionável”. Desta forma, os que não têm o privilégio de acessar Chomsky em suas inúmeras palestras públicas, incontáveis entrevistas, seja nos Estados Unidos ou outros países, pode conhecer o mais atual de suas teses por meio dos livros que procuram reunir esse material, que sem dúvida corroboram com estudos históricos, documentos e análises comprometidas e detalhadas,

muitas vezes ignorados pela corrente dominante da mídia mas com repercussão em outros setores da sociedade. É notória sua projeção local e mundial enquanto integrante do pequeno grupo de intelectuais norte-americano que se opõe às respostas militares agressivas dos seguidos governos de seu país, e em especial às respostas bélicas dadas por Washington em consequência dos ataques terroristas de 11 de setembro. Não por menos, grandes platéias recorrem a Chomsky “em busca de uma voz arrazoada e de uma consciência moral” e de respostas ou de entendimento acerca do que estava acontecendo e do que viria a acontecer no mundo depois destes ataques que atingiram solo de um império antes imune. O livro mais atual de Chomsky sobre este tema intitula-se “Poder e terrorismo” e foi organizado a partir de registros de palestras, entrevistas, conferências e diálogos organizados pelo documentarista John Junkerman sob a supervisão editorial do filósofo e ativista japonês Tsurumi Shunsuke. A tradução para a primeira edição brasileira em 2005 ficou a cargo de Vera Ribeiro.

Todos aqueles que acompanham a trajetória do autor, assim como o fizeram os organizadores do atual livro que resenhamos, são unânimis em constatar a generosidade e o otimismo do intelectual que recusa a se render ao cansaço quando se trata de desafiar os governos chauvinistas, através de suas idéias progressistas. Apreende-se seu otimismo nas palavras que propaga com matizes de novidade e valor preeditivo (Tupinambá, 2001), assim como na sua convicção da força que pode ter cada indivíduo ao lutar contra os abusos dos poderes constituídos. O trabalho ora comentado resume-se a uma coletânea de entrevistas que serviram para a construção de um documentário sobre o Chomsky político. Apesar da leitura do livro não substituir a assistência ao documentário, complementa-o e ilustra o tema por meio de registros históricos detalhados, análises e comentários de difícil acesso na grande mídia. O livro traz os meandros da atual política estadunidense de combate ao terrorismo, cujo nascedouro nos remete aos idos do governo Reagan, passando por Carter e desembocando nos anos Bush. A série de eventos da história contemporânea nas Américas e no Oriente Médio forma um mosaico de tragédias que ainda é ignorado até mesmo por nossos intelectuais e minimizado pela grande imprensa. Sugere-nos o autor que isso se justifica por se passarem esses eventos na periferia do mundo desenvolvido e por serem suas vítimas meros desconhecidos, muitas vezes vistos como a escória da humanidade. Ao tratar do desenvolvimento da política antiterrorista estadunidense ao longo da primeira e segunda parte do livro, Chomsky alerta para o exemplo dessa política na América Central durante os anos 1980, quando o “sucesso” de tais investidas que ali só começavam, custou a vida de

eminentes intelectuais locais e milhares de civis, mas todos meros desconhecidos e, portanto, com pouca repercussão e sensibilização fora daquele eixo de ação. Essas incursões de Estado foram muitas vezes criticadas nos organismos de representação internacional como as Organizações das Nações Unidas (ONU), contudo, sem qualquer efeito punitivo para os agressores. Algo semelhante ao que aconteceu nas Américas foi se repetindo em outras regiões, a exemplo do Oriente Médio. Nesse caso, como afirma Chomsky, os candidatos à intervenção dos poderosos foram escolhidos e tiveram seu destino mediado por Israel. O que se passou na América Central, no Oriente Médio, e ainda na África, especialmente a partir das ações em colaboração com a África do Sul, levou a década de 1980 a se configurar como “uma década do terrorismo de Estado”, cujo eixo se encontrava nas denominadas medidas pró-ativas ou de antecipação e proteção dos “povos civilizados” contra os “bárbaros terroristas”. As entrevistas, palestras e debates que dão corpo ao livro trazem exemplos que ilustram diferentes dimensões do que se pode compreender e como podem ser caracterizados os ditos “atos terroristas”. Isso pode ser melhor apreendido no texto introdutório à segunda parte do livro “Forças Armadas Norte-Americanas, Direitos Humanos e Saúde Social”. Sem interpretar diretamente os fatos e acontecimentos relatados, Chomsky permite, a partir desse material sobre ações internacionais, em especial sobre a luta antiterrorista em consequência ao 11 de setembro ou a “guerra justa”, uma reflexão necessária acerca da natureza da cultura moral e intelectual em vivemos atualmente. Mas não temos um livro que se resume à análise das relações internacionais e do terrorismo. Voltam à baila questões correlatas que fazem, tradicionalmente, parte das preocupações de Chomsky e que envolvem o controle da informação e o papel preponderante da mídia em torno das relações de poder. Constatada renovadamente que o mundo da informação está em estreita relação com o sistema de dominação e de controle organizado pela economia.

A terceira parte do livro “Palestras e Debates” aborda a relação da mídia com a questão palestina. No caso, não economiza críticas no que tange à grande tendenciosidade que termina por prejudicar o lado mais fraco no conflito. Tratam de divulgar aquilo que siga uma conveniência estatal e empresarial. Mas também se encontra nessa mesma parte do livro idéias sobre as possíveis formas de combate a injustiças e desigualdades nas relações internacionais face a tantas indignações que surgem de diversas direções e locais. A quarta seção “Como devemos reagir” é o ponto de convergência do debate das táticas de resistências, que o autor identifica em diferentes momentos da história contemporânea das relações interna-

cionais, ao aparentemente impossível de ser mudado, quando o que está em jogo são os interesses dos Estados Unidos. Talvez, como reconhece o próprio Chomsky, seja difícil vislumbrar soluções aos problemas que o próprio autor identifica e analisa ao longo do seu texto. Revela apenas uma parcial confiança em seu juízo tático, atitude comumente identificada nos críticos de esquerda. Seu otimismo produz gestos de natureza simbólica mas dificilmente resultariam em ações que pudessem levar o centro do poder a rever suas políticas ou mudar seu curso de ação. Talvez o que nos empolgue seja o testemunho de que tais reações populares ao aparentemente intangível acontecem em determinados lugares e em determinados períodos históricos com resultados positivos e terminam por enobrecer esse otimismo chomskiano. Vejam o exemplo do que ocorreu na África do Sul, quando sua população organizada e combativa chegou a reverter o modelo estadunidense e britânico de apoio à política racista interna e de agressão aos países vizinhos, ou ainda o exemplo do que aconteceu no Timor Leste, quando a força dos movimentos populares e dos combatentes locais impediu a manutenção do projeto americano de apoio incondicional ao governo indonésio que teria culminado com a anexação forçada do território timorense por aquele país. Otimismo este que advém de sua visão do mundo hodierno como “um lugar muito mais civilizado do que foi no passado, basicamente graças à participação dedicada, trabalhosa e amiúde não reconhecida, mas corajosa, dos cidadãos comuns”.

O livro ainda traz uma quarta parte de natureza informativa sobre o autor e sua produção literária, assim como a sinopse do filme-documentário “Poder e Terrorismo: Noam Chomsky em Nossa Época”.

Referências bibliográficas

- CHOMSKY, N. (2005). *Poder e terrorismo*. Rio de Janeiro: Record.
Tradução: Vera Ribeiro.
- _____. (2000). *Discurso da Dissidência*. Lisboa: Edições Dinossauro. Trad: Ana Barradas e Isabel Palha.
- _____. (1999). *A minoria próspera e a multidão inquieta*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Tradução: Mary Grace Fighiera Perpétuo.

TUPINAMBÁ, A.C.R. (2001). *Discurso da dissidência* (Resenha). Revista Psicologia Política. Vol. 1, Número 2: 109-110.

1. Submissão de um manuscrito

O envio de manuscrito será feito eletronicamente através do sistema de Edição Eletrônica de Revistas (SER), que autoriza o usuário a fazer upload de arquivo e definir a estrutura do SER, através de entrada envio seu artigo. Em seguida, pode-se fazer upload de arquivos para o envio de manuscrito através em formato PDF e enviar via e-mail com login e senha no sistema automaticamente. Não é preciso enviar anexo. Há a estruturação pelo sistema depois da confirmação de todos os processos descritos.

O manuscrito deve ser enviado em arquivo word (.doc) e seguindo as regras abaixo. Não identifique nenhum aspecto do manuscrito, já que todo processo de identificação estará gravado nas medidas com a precisão menor das pessoas para envio de manuscritos.

Se o seu recebimento automático não é o desejado, entre em contato com a redação e confirmarão com a mesma sua intenção para o processo editorial.

Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá

e-mail: tupinamb@ufc.br